

**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Centro de Ciências Humanas e Naturais**  
**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

**Teologia da Prosperidade: contribuição à  
crítica da religião neoliberal**

**DONEY CORTELETTI STINGUEL**

**Vitória**  
**2020**

**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Centro de Ciências Humanas e Naturais**  
**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

# **Teologia da Prosperidade: contribuição à crítica da religião neoliberal**

**DONEY CORTELETTI STINGUEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. José Pedro Luchi

**Vitória**

**2020**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S854t Stinguel, Doney Corteletti, 1984-  
Teologia da Prosperidade : contribuição à crítica da religião neoliberal / Doney Corteletti Stinguel. - 2020.  
140 f.

Orientador: José Pedro Luchi.  
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Teologia da Prosperidade. 2. Neopentecostalismo. 3. Cristianismo. 4. Materialismo histórico. 5. Materialismo dialético. I. Luchi, José Pedro. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 101

---

**Doney Corteletti Stinguel**

**"Teologia da Prosperidade: contribuição à crítica da religião neoliberal".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Filosofia.

Aprovada em 12 de novembro de 2020.

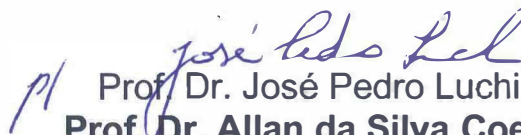
Comissão Examinadora:



**Prof. Dr. José Pedro Luchi (UFES)**  
Orientador e Presidente da Comissão (UFES)



**Prof. Dr. Marcelo Martins Barrera (UFES)**  
Examinador Interno (UFES)



*pl* Prof. Dr. José Pedro Luchi por  
**Prof. Dr. Allan da Silva Coelho**  
Examinador Externo (USF)

**Prof. Dr. Jorge Augusto da Silva Santos**  
Examinador Interno Suplente (UFES)

*“Se a intenção era chegar a uma decisão essencialmente bem fundamentada, nunca se poderia permanecer na reflexão dos fatos imediatos; antes, seria preciso esforçar-se sempre para descobrir aquelas mediações, muitas vezes ocultas, que conduziram a tal situação e, sobretudo, tentar prever aquelas que provavelmente nasceriam dela e determinariam a práxis posterior.”*

(György Lukács)

*“A salvação anunciada pelo cristianismo constitui um conceito englobante; não se limita às libertações econômicas, políticas, sociais e ideológicas, mas tampouco se realiza sem elas.”*

(Leonardo Boff)

*“A corrupção das melhores coisas engendra as piores.”*

(Gregório, o Grande)

*“São grandes as obras de Javé, dignas de estudo para quem as ama.”*

(Sl 111,2)

*“Nunca se pratica o mal tão plena e tão alegremente como quando praticado por um falso princípio de consciência.”*

(Blaise Pascal)

*“Filho do diabo, cheio de falsidade e malícia, inimigo de toda justiça, quando é que você vai parar de torcer os caminhos do Senhor, que são retos?”*

(At 13,10)

## RESUMO

O neopentecostalismo é um fenômeno que se transformou não só em uma potência religiosa, mas também econômica, midiática, eleitoral e cultural. Sua principal característica é a Teologia da Prosperidade e através desta pesquisa pôde-se verificar que este pensamento religioso não tem vínculo determinante com a Bíblia. Através das categorias do materialismo histórico e do materialismo dialético, observou-se que tal concepção não é apenas mais uma vertente cristã, mas sim uma versão religiosa do neoliberalismo. A Teologia da Prosperidade subverte o pensamento histórico do cristianismo, que compreende o trinômio fé/obras/amor como um meio para se chegar a Deus (que por si também é amor). Na religião neoliberal, Deus é transformado em meio, para se chegar a outro fim bem específico — que é o dinheiro.

Palavras-chaves: Teologia da Prosperidade, Neopentecostalismo, Cristianismo, Materialismo histórico, Materialismo dialético.

## ABSTRACT

Neopentecostalism is a phenomenon that has become not only a religious power, but also an economic, media, electoral and cultural power. Its main characteristic is Prosperity Theology and through this research it was possible to verify that this religious thought has no determinant link with the Bible. Through the categories of historical and dialectical materialism, it was observed that such a conception is not just another Christian aspect, but a religious version of neoliberalism. Prosperity Theology subverts the historical thinking of Christianity, which understands the trinomial faith / works / love as a mean to reach God (Who is himself love as well). In neoliberal religion, God is turned into a mean, to reach another very specific aim — which is wealth.

Key-words: Health and Wealth Gospel, Neo-Pentecostalism, Christianity, Historical materialism, Dialectical materialism.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Categorias filosóficas.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Materialismo dialético .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Materialismo histórico.....</b>	<b>28</b>
<b>2. O Pentecostalismo e a Teologia da Prosperidade .....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 A Reforma Protestante .....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 Pentecostalismo e neopentecostalismo .....</b>	<b>57</b>
<b>2.3 Teologia da Prosperidade.....</b>	<b>70</b>
2.3.1 Origem e fundamentação .....	71
2.3.2 A religião neoliberal .....	76
2.3.3 Análise das obras dos teólogos da prosperidade.....	90
2.3.4 Crítica .....	101
<b>Conclusão .....</b>	<b>128</b>
<b>Referências .....</b>	<b>134</b>



## Introdução

Os cientistas enfrentam algumas dificuldades para definir o critério a partir do qual se pode afirmar que surgiu o primeiro homem. Não poderia ser a linguagem, já que vários animais trocam informações — às vezes de maneira bem diversificada. Também não poderia ser a construção de ferramentas, pois muitos animais não só as utilizam com fins diversos, como eventualmente até as fabricam. Por outro lado, os cientistas reconhecem que o ser que enterra seus mortos, presta homenagem a eles, que buscam em sua vida algo que está além dela mesma, é um ser autenticamente humano. Sem dúvida, em meio a todos os múltiplos seres do planeta, o homem se caracteriza por ser o único que tem necessidade de sentido (PASSET, 2002, p. 63).

Ao longo da história da humanidade, as religiões forneceram explicações, alívio e a compreensão de que havia algo de maior em nosso mundo, algo de transcendente, que não pode ser explicado somente através da razão e da ciência. De distintas maneiras as religiões ofereceram respostas — especialmente para os tormentos e dificuldades aos quais as pessoas invariavelmente são submetidas ao longo de suas vidas. Para os dramas da morte, penúria, doenças, problemas crônicos, derrotas em batalhas de diversas ordens, as religiões levam suas explicações e seu acalanto, tentando libertar os fiéis de sua aflição, renovar suas forças e ao menos mitigar suas consequências. Como bem afirma Karen Armstrong (2009, p. 33), a despeito do sucesso extraordinário na esfera prática, o pensamento racional não consegue aliviar a dor.

Em uma relação ambivalente, as religiões sempre estiveram imbricadas junto à cultura de seu povo, influenciando-se reciprocamente. Basta lembrar, por exemplo, a religião dos vikings, que legitimava através de seus deuses guerreiros o avanço bélico dos nórdicos em busca de locais mais amenos onde pudessem viver e prosperar.

Os grupos humanos se vincularam ao transcendente também com o intuito de compreender a finalidade de sua existência na Terra. Mesmo que de modo precário, com as dificuldades inerentes à limitação do conhecimento da respectiva época, de alguma forma a realidade a sua volta passou a fazer mais sentido por conta dos esclarecimentos fornecidos pelas religiões. Ademais, através delas a sociedade conseguiu regulamentar padrões éticos e morais, criando mecanismos de obrigações recíprocas, bem como consequências sociais e jurídicas.

Desta maneira, as religiões puderam prover um senso de pertencimento, um sentido e uma razão para a vida de inúmeros devotos que estavam desenraizados e/ou perdidos na vida.

As demandas que as religiões explicam e atendem podem ser de cunho coletivo (por exemplo, um povo exilado, explorado ou perseguido), ou de cunho individual (circunstâncias profissionais ou familiares pontuais). Em ambos os casos, o sagrado é requerido com o intuito de suprir necessidades não correspondidas, auxiliar no enfrentamento de percalços e angústias que a razão ora não dá conta de explicar, ora não auxilia a suportá-los.

Entretanto, para que se distinga do profano e se alcance este sagrado que esclarece e alivia, comumente se faz necessária a intermediação através de um especialista religioso, que consegue estabelecer o vínculo entre o simples fiel e sua respectiva divindade. A classe sacerdotal surge para ministrar as cerimônias e normas em relação ao todo, dando origem à religião — palavra que no latim significa ligar o que ficou separado (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 10).

De todo modo, a religião não pode ser reduzida a atos de culto ou ao cumprimento de certas obrigações morais. Ao lado dos traços culturais que estão vinculados à vida, a religião constitui uma realidade intrinsecamente ligada tanto ao lado subjetivo quanto ao lado comunitário. As religiões operam em uma determinada realidade concreta da história e do mundo, assumindo dentro deste contexto, aspectos desta realidade (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 29).

De fato, nos últimos anos pôde-se observar uma mudança significativa no panorama religioso brasileiro. Se antigamente as religiões eram basicamente uma herança familiar e cultural, agora outros predicados estão envolvidos nesta seleção. Imersos na cultura capitalista neoliberal pós-moderna, as relações, os empregos, as religiões, as amizades, os amores perderam solidez. A vida se tornou efêmera, irregular, inconstante, descontínua — ou, na metáfora cara ao sociólogo Zygmunt Bauman (1998, 2008), a solidez de outrora foi perdida e a vida se tornou líquida.

As transformações pelas quais a sociedade vem passando são de ordem intensa. O ser humano já foi à lua há décadas, conseguiu grandes avanços nas mais variadas áreas da ciência (física, química, medicina, agricultura, informática, telecomunicações etc.). Entretanto, mesmo no auge da produtividade do sistema capitalista, este não consegue suprir as necessidades elementares para um contingente enorme de pessoas. Seguimos em uma sociedade extremamente desigual, com elevadíssima concentração de renda

(PIKETTY, 2014) e problemas societários que, a despeito do enorme avanço tecnológico, a ordem capitalista não sana — toda sorte de opressões e explorações que resultam na miséria, na degradação ambiental, na violência, no preconceito e assim por diante.

É no meio deste contexto desigual — onde o consumismo e as privações de toda ordem andam lado a lado — que cresce de maneira vertiginosa a Teologia da Prosperidade (TP). Esta concepção religiosa caracteriza-se por uma fé cada vez mais privatizada e individual, dissociando-se da comunidade de fiéis que distinguiu a religião cristã de outrora (SILVA, 2006, p. 216; SOUSA, 2011, p. 236). Onde a TP é pregada, mesmo quando as pessoas estão em grandes grupos, não há mais o senso comunitário e os vínculos societários que caracterizaram o cristianismo primitivo. Nas igrejas que adotam esta concepção religiosa, há uma multidão de “uns”, carreando seus objetivos individuais — mormente monetários —, enquanto a vida em comunidade, a partilha, a compaixão, a fraternidade, a solidariedade, a misericórdia, a comunhão, a responsabilidade para com seus semelhantes e todas as demais categorias cristãs são sufocadas por um discurso utilitarista e venal. Em resumo, de caráter individualista, egocêntrico, e materialista, a TP não tem por guia o mandamento do amor ao próximo — que em tese deveria guiar o cristianismo (Mt 22,36-40, Mc 12,28-31 e Lc 10,25-28).

Ao longo desta dissertação deslindaremos a Teologia da Prosperidade<sup>1</sup>, realizando uma análise comparativa entre o que o seu livro sagrado professa e a forma como ela aborda a religião. Ao pesquisarmos a postura, as ações e consequências da TP, teremos ao final elementos suficientes para confirmar se há algum embasamento teológico para sua prática, ou se o principal indutor de seu desenvolvimento é o neoliberalismo.

Mesmo lidando com a exploração contra pessoas muito humildes e uma simonia indignantes (dentre outros exemplos, a venda da água milagrosa do Rio Jordão ou do Nilo, do perfume da riqueza, da tesoura que corta pecados, da sarça dos milagres, da areia do deserto do Sinai, da rede de Pedro, da semente que cura Covid-19, do cajado, óleo, nardo e toda sorte de objetos ungidos), esta pesquisa evitará a confecção de uma banal crítica moralista, com opiniões soltas e desconectadas dos fatos, mas tentará compreender dialeticamente as causas da Teologia da Prosperidade, suas categorias, para que se possa

---

<sup>1</sup> Deve-se pontuar que a característica fundamental do neopentecostalismo é a Teologia da Prosperidade, porém, habitualmente esta nomenclatura não é utilizada dentro de suas igrejas, mas sim por estudiosos do assunto. Inclusive, de maneira muito contraditória, ao longo desta pesquisa foram escutadas pregações críticas à TP oriundas de pastores neopentecostais que adotam todas as suas categorias. Na IURD, utiliza-se mais frequentemente o termo “vida abundante” para descrever o que esta concepção teológica representa (SANTOS, 2015, p. 59).

decifrar o movimento real que levou e segue levando tanto as lideranças religiosas quanto os fiéis — cada vez mais abundantes — rumo a esta concepção teológica. Utilizando-nos das categorias do materialismo histórico e dialético, poderemos nos abstrair da crítica rasa e avaliar se não é a própria estrutura econômica da sociedade que induz as lideranças religiosas a observarem os fiéis como clientes e os fiéis a verem as lideranças religiosas como vendedores.

Destarte, através das determinações categóricas e de uma pesquisa teórico-metodológica, o problema de investigação desta dissertação será o de fazer uma análise crítica apreendendo: (i) a integralidade de seu caráter; (ii) os sistemas de mediação que permitem que estas antinomias surjam e se desenvolvam dentro do cristianismo; (iii) e o que a Teologia da Prosperidade efetivamente representa.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o assunto, convém destacar dois pontos. O primeiro é que não será objeto deste trabalho a crítica à religião como um todo. Muito já foi escrito a este respeito. Desde o iluminismo e sua convicção na racionalidade, no progresso do conhecimento humano, na riqueza e no controle sobre a natureza (HOBSBAWM, 2010, p. 37), esperava-se que o avanço da modernidade transformaria as religiões em uma página virada da história. Auguste Comte (1978, p. 48), por exemplo, afirmava que o estado metafísico era um tipo de doença crônica, intrínseco à evolução mental da sociedade, localizada entre a infância e a virilidade. Sigmund Freud (2006, pp. 145-147) vinculava a religião à substituição do pai feita pelos filhos — que teriam assassinado seu progenitor com o intuito de poderem se apoderar das mulheres da tribo que só a ele cabiam. Ao praticar este parricídio, os irmãos teriam instituído no seu lugar um representante simbólico, o totem, que no fim das contas, com as gerações se sucedendo, veio a se tornar o Deus daquela tribo, tendo esta veneração o intuito de apaziguar o sentimento filial de culpa pelo assassinato paterno. O fundador da psicanálise via a religião, os mitos e a moralidade como tentativas de compensar a falta de satisfação dos desejos humanos (2006, p. 194). Já Karl Marx (2010, pp. 145-146) via a religião como a consciência invertida da sociedade, uma forma de autoalienação, a expressão e o protesto contra a miséria real, servindo como anestesia (ópio) contra as mazelas do povo — que ao invés de lutar por sua emancipação, ficava preso girando ao redor deste consolo ilusório enquanto não girava em torno de si mesmo. Nietzsche (2009) afirmava que o cristianismo nega a condição humana, enfraquece o homem e promove a vitória da “moral do escravo”; para este autor — que destes pensadores foi o que mais longamente investiu a religião (2006, 2009, 2009b, 2009c etc.) — o cristianismo teria uma ética

submissa, com efeitos sociais deletérios, na medida em que emascula as forças vitais humanas. Dany-Robert Dufour (2005, p. 27) compreende que o homem não tira sua existência de si próprio, mas de um outro ser. As múltiplas ontologias que tentaram responder a esta questão nomearam este outro Ser de várias formas (Natureza, Ideias, Deus, Razão etc.). Ao fim, Dufour compreende que toda a filosofia é apenas a sequência de proposições sobre este princípio primeiro que é o ser.

Tais críticas, aqui resumidas e se atendo a poucos autores, servem para mostrar que este é um caminho possível. Entretanto, estes e outros tantos que se debruçaram com o mesmo intuito não serão o foco desta pesquisa, que tentará estabelecer uma crítica a uma forma de religião — e não à religião em si.

O segundo ponto que devemos destacar sobre o desenvolvimento desta dissertação de mestrado ficará mais claro com um exemplo peremptório. Um crime bárbaro acontecido na cidade de Linhares em abril de 2018 chocou o estado do Espírito Santo. Um pastor espancou, estuprou e queimou vivos seu filho e seu enteado, que tinham respectivamente 3 e 6 anos de idade<sup>2</sup>. A investigação da polícia esclareceu que o pastor cometeu o crime com dois intuitos que indignaram a sociedade capixaba: ele queria tanto progredir dentro da estrutura da igreja, bem como conseguir que os fiéis lhe doassem uma quantidade maior de dinheiro, via dízimo e ofertas. O homicida julgava que com a morte das crianças conseguiria sensibilizar os fiéis e as lideranças da instituição da qual participava, permitindo assim que ascendesse financeira e socialmente<sup>3</sup>.

Acontecimentos como este, conquanto lúgubres e chocantes, não serão tema desta dissertação. Se alguma liderança religiosa cometeu assassinato, roubo, pedofilia, tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro ou crimes similares, por óbvio, o cometeu à revelia do que prega a instituição. Deste modo, equívocos (ou crimes) individuais não serão generalizados. Para que se mantenha o rigor teórico, comportamentos heterodoxos de pessoas que agem à revelia de sua corporação não serão considerados; somente serão analisados comportamentos comuns à igreja ou às suas maiores lideranças.

No primeiro capítulo, analisaremos as categorias filosóficas que explicam como a economia influencia a sociedade. No segundo capítulo abordaremos rapidamente a Reforma Protestante, para então chegarmos a um movimento reformador dentro dos

---

<sup>2</sup> <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/policia-conclui-que-pastor-matou-o-filho-e-o-enteado-antes-de-incendio-no-es.ghtml>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

<sup>3</sup> <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/mae-sabia-que-pastor-queria-usar-a-morte-dos-filhos-para-promover-igreja-diz-juiz.ghtml>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

reformados — o pentecostalismo. Em seguida, poderemos analisar o que representou seu sucedâneo, o neopentecostalismo, bem como sua principal característica, a Teologia da Prosperidade. Analisaremos quais são seus avanços e suas rupturas tanto em relação ao pentecostalismo, quanto ao protestantismo e ao cristianismo. Ao término deste capítulo, poderemos, por fim, compreender qual é de fato a gênese da Teologia da Prosperidade.

## 1. Categorias filosóficas

### 1.1 Materialismo dialético

Apresentaremos neste capítulo as categorias filosóficas do materialismo dialético e do materialismo histórico que, como poderemos observar, vão nos prover uma compreensão ontológica do fenômeno neopentecostal.

Esquemáticamente, pode-se considerar que na concepção filosófica do materialismo dialético, o *materialismo* representa o aspecto da *teoria*, enquanto a *dialética* representa o *método* — sem deixar de destacar que cada termo remete ao outro (ALTHUSSER, 1979, p. 46; SODRÉ, 1968, p. 68). Mas antes de se avançar na teoria, convém explicitar seus pressupostos etimológicos, destacando a razão de o *materialismo dialético* ser assim designado.

Uma quantidade infinita de fenômenos e objetos (estrelas e planetas, animais, árvores, grãos de areia, pedras e muitas outras coisas) constituem o ambiente que nos cerca. Todas essas coisas são designadas por apenas uma palavra, *matéria*. A palavra *matéria*, empregada dessa maneira, carrega em si um *conceito*. Exemplificando, não se faz necessário descrever toda a enorme quantidade de alimentos disponíveis para que se compreenda o conceito de *comida*, pois, ainda que existam tipos de comida bastante diferentes entre si, eles também têm algo em comum. O conceito de comida não compreende os traços que diferenciam entre si o arroz, o feijão, a carne, mas, pelo contrário, contempla os traços comuns destes alimentos. Quanto aos traços que os diferenciam um do outro, faz-se uma abstração deles, para que possam ser compreendidos em conjunto. Assim, nos conceitos, repetem-se os traços essenciais e gerais, inerentes a objetos e fenômenos distintos, independentemente de suas peculiaridades individuais. Estes *conceitos* mais amplos também são designados como *categorias filosóficas* (PODOSETNIK e YAKHOT, 1967, pp. 25-26, SODRÉ, 1968, pp. 7, 10-11).

Algumas categorias (ou conceitos) abarcam ampla variedade de fenômenos ou sujeitos, outras uma quantidade menor. Assim, por exemplo, a categoria *coisa* é mais abrangente que a categoria *comida*. E a categoria mais ampla de todas é a da *matéria*, porque exprime características gerais e essenciais, não apenas de determinados grupos de coisas, mas de todos os fenômenos e todas as coisas do mundo e do universo que nos rodeia, não se limitando a um objeto ou processo isolados, nem a um grupo de fenômenos ou objetos mas, ao contrário, contemplando toda a realidade objetiva. Abstraindo-se das

particularidades, aspectos e propriedades conhecidas dos objetos, de suas inter-relações e nexos concretos, esta categoria expressa o comum, o principal de todos esses objetos: ou seja, a objetividade, sua existência autônoma da consciência do homem, bem como sua capacidade de atuar sobre nossos órgãos sensoriais e suscitar as reflexões e sensações correspondentes. Com estes pressupostos, portanto, a filosofia materialista concebe que a matéria existe objetiva, externa e independentemente do homem, de seus desejos, de suas sensações, de sua consciência — e são refletidos por esta última. O fato de as ciências naturais comprovarem que o mundo e o universo já existiam milhões e milhões de anos antes do surgimento dos primeiros seres humanos e dos demais seres vivos, comprova peremptoriamente a asserção materialista de que a matéria existe de maneira externa e independente do homem (PODOSETNIK e YAKHOT, 1967, pp. 25-26; SODRÉ, 1968, pp. 7, 10-12; CHEPTULIN, 1982, p. 64)<sup>4</sup>.

Desta maneira, a teoria marxista é chamada de *materialismo* porque são as condições materiais — as condições da vida prática, concreta e real — as determinantes para que os pensamentos possam ou não se desenvolver; é considerando este mundo objetivo, esta realidade material que nos cerca que pode-se compreender a sociedade, sua história e seu desenvolvimento. O reconhecimento da objetividade do mundo que nos circunda e a atitude do entendimento humano no intuito de conhecê-lo constituem os princípios básicos da concepção materialista dialética de sociedade. Ao se afirmar a cognoscibilidade do mundo, ajuda-se o homem a penetrar em seus profundos enigmas, desperta-se o pensamento, oferecem-se perspectivas ilimitadas ao conhecimento humano. Na verdade, a ciência sequer poderia existir se não reconhecesse que o mundo possui realidade objetiva — e o conceito de matéria reflete exatamente esta realidade (SODRÉ, 1968, pp. 8-9).

Se esta é a base do termo *materialismo*, já a palavra *dialética*, na Grécia antiga, significava a arte do diálogo. Com o passar do tempo, os filósofos passaram a chamar de dialética o método de se demonstrar uma tese através de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão, de se estabelecer e

---

<sup>4</sup> Entretanto, como bem destaca Theodor W. Adorno (2009, p. 175), deve-se atentar que a dialética está nas coisas, mas não existiria sem a consciência que as reflete. Em uma matéria indiferenciada, integral, pura e simplesmente una, não poderia haver nenhuma dialética. O materialismo vulgar saltou por decreto por sobre a teoria do conhecimento, mantendo-o na doutrina do reflexo. Entretanto, o pensamento vai à coisa mesma, ele não é um mero reflexo da coisa — somente uma mitologia materialista *à la* Epicuro o transformaria nisso, numa mitologia crédula de que a matéria emite pequenas imagens. O mobilizador da dialética objetiva das relações de produção e das forças produtivas é o sujeito — e a teoria do reflexo nega tal compreensão. Se o sujeito for reduzido a um espelhamento obtuso do objeto, ele se tornará uma consciência completamente reificada, transformando sua ilusão em imediatidade dogmática.



comprovar a verdade por meio de argumentos. Na concepção moderna do termo, compreende-se a dialética como um método filosófico de cognição da realidade que trata da conexão universal e do desenvolvimento do mundo, que compreende a realidade como essencialmente contraditória e em constante transformação. A dialética é um esforço para racionalizar aspectos complexos da realidade e pode ser definida como a *lógica da relação, da totalidade, da contradição e do desenvolvimento* (KONDER, 2008, pp. 7-8; PODOSETNIK e YAKHOT, 1967, p. 16, SODRÉ, 1968, pp. 80, 82, 84-85).

Florestan Fernandes (2012, pp. 245) complementa que do ponto de vista dialético, para *explicar* é preciso captar não apenas o que é essencial na manifestação do fenômeno, mas fazê-lo também de modo a compreender o essencial em termos de sua estrutura interna, do seu funcionamento e da sua evolução. Avançando com o raciocínio, o autor brasileiro cita Vladimir Lenin, para o qual a dialética exige que um fenômeno social seja estudado por todos os ângulos, e que seu aspecto exterior, sua aparência, seja reduzido às forças motrizes capitais, ao desenvolvimento das forças produtivas e à luta de classes. Fernandes reproduz uma passagem mais elaborada do líder soviético:

A lógica dialética exige que cheguemos mais longe. Para conhecer realmente um objeto, é preciso apanhar e estudar todos os seus aspectos, todas as suas ligações e “mediações”. Nós não o conseguimos jamais completamente, mas a necessidade de considerar todos os aspectos nos protege de erros e de lapsos. Eis um primeiro ponto. Segundo: a lógica dialética exige que se considere um objeto em seu desenvolvimento, seu “movimento próprio” (como o diz às vezes Hegel), sua transformação. (...) Terceiro: toda a prática do homem deve entrar na “definição” completa do objeto, a um tempo como critério da verdade e como determinante prático da ligação do objeto com o que é necessário ao homem. Quarto: a lógica dialética ensina que “não há verdade abstrata”, que “a verdade é sempre concreta”, como gostava de dizer, seguindo Hegel, o falecido Plekhanov (LENIN, apud FERNANDES, 2012, p. 246).

Por sua vez, em definições sintéticas e clássicas, Engels (2015, p. 171), resume a dialética como a ciência das leis universais do movimento e da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento; enquanto Marx (2017, p. 104, 105) assevera que a dialética é o movimento da razão absoluta, sendo que o elemento constituinte do movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova. Por seu turno, Malagodi (1988, p. 64) caracteriza a dialética como o movimento através do qual as realidades sociais se desdobram e dão origem a novas realidades, sendo, desta maneira, algo intrínseco ao movimento da história e a vida de qualquer sociedade. O autor complementa que a dialética também é a concepção

metodológica que possibilita captar esse movimento da história, não apenas no estudo do passado, mas do próprio presente. Leandro Konder (2008, p. 83) destaca que essa consciência da impossibilidade de escamotear as contradições e da inevitabilidade da mudança estorva tanto os dependentes de hábitos mentais ou de valores cristalizados quanto aos beneficiários de interesses constituídos. É natural que os favorecidos com este regime não avaliem de maneira positiva uma concepção defensora de que as coisas estão em contínuo processo de mudança.

Compreendido minimamente a etimologia das palavras e o que elas implicam, podemos avançar com o tema.

Diferentemente do idealismo e do materialismo vulgar, o materialismo histórico e o dialético se utilizam de outras categorias, partem de outras premissas para explicar a sociedade. Como bem afirmam Marx e Engels (2007, pp. 86-87):

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.

Para Florestan Fernandes (2012, pp. 56, 119-20), esta é uma maneira concisa e clara de expor a exigência elementar do método científico no estudo do homem. Isto porque não se parte de ideias atemporais, conceitos absolutos, que depois podem ser aplicados em qualquer tempo, em qualquer lugar e em qualquer contexto como na filosofia idealista. É a partir do mundo real, imerso em suas contradições e limites, com suas dificuldades e possibilidades, que a história dos homens pode ser compreendida. A análise histórica habitual lida com acontecimentos ou com processos históricos produzidos, como se a história fosse sempre algo dado, concedendo-se pequena (ou nenhuma) atenção às condições de produção dos acontecimentos e processos históricos. Marx segue o caminho inverso, faz de sua reflexão um expediente para remontar à história viva do passado (ou dos passados), fazendo minuciosas indagações sobre as condições de produção dos acontecimentos e processos históricos.

Por essa razão, Marx tem muito cuidado quando trata de uma suposta *natureza humana*, não reconhecendo a existência de nenhum aspecto da realidade humana situado *acima* ou *fora* da história; admitindo apenas que determinados aspectos da realidade humana se *mantêm* na história (KONDER, 2008, pp. 52).

O movimento da história é marcado por superações dialéticas, e em todas as grandes mudanças — como Hegel brilhantemente intuía com seu conceito de *Aufheben* — há uma negação, mas também simultaneamente uma preservação e uma elevação a um nível superior daquilo que havia sido estabelecido anteriormente. Permanência e mudança são categorias reflexivas, ou seja, uma não pode ser pensada sem a outra. Da mesma maneira que não podemos compreender apropriadamente nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação do qual ele faz parte, também não podemos analisar nenhuma mudança concreta se não a entendermos como uma mudança de um ser (ou seja, de uma realidade articulada e capaz de ter certa duração no tempo). Se Heráclito, o Obscuro, compreendia que um homem não se banha duas vezes no mesmo rio (porque na segunda vez tanto o homem quanto o rio já sofreram modificações, já são outros), Marx, por seu turno, compreende que no momento do segundo banho, tanto o homem quanto o rio terão, de fato, se alterado, mas eles serão simultaneamente diferentes e iguais: algo deles se alterou entre um banho e outro, mas algo também se manteve. É neste sentido que Marx emprega o conceito de *natureza humana* (KONDER, 2008, pp. 52-53<sup>5</sup>).

O objeto do materialismo dialético é, portanto, a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos. Diferentemente de outras concepções epistemológicas e suas respectivas teorias das condições formais intemporais do conhecimento — tais como o *cogito* (Descartes, Husserl), as formas “*a priori*” do espírito humano (Kant), ou a teoria do *saber absoluto* (Hegel) —, o materialismo dialético é uma teoria da história da produção dos conhecimentos. Em outros termos, é uma teoria das condições reais (materiais e sociais de um lado, e condições inerentes à prática científica, de outro) do processo desta produção de conhecimentos (ALTHUSSER, 1979, p. 43). Marx destacou sua divergência em relação ao materialismo vulgar — mesmo que este tenha permanecido gesticulando dogmaticamente. A partir de então, o materialismo não é apenas mais uma posição antagônica a ser assumida por meio de uma decisão, mas sim o resumo conceitual da crítica ao idealismo e à realidade pela qual o idealismo escolhe na medida em que a deforma (ADORNO, 2009, p. 168).

A dialética é o pensamento crítico que intenta compreender a “coisa em si” e que questiona sistematicamente como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso a dialética é o inverso da sistematização doutrinária ou da romantização das

---

<sup>5</sup> Cf. Karl Marx, *Miséria da filosofia*, 2017, pp. 100-01.

representações comuns. O pensamento que não se satisfaz com representações simples e esquemas abstratos da realidade, mas sim deseja conhecê-la adequadamente, precisa destruir a ilusória independência do mundo dos contatos imediatos diuturnos. O pensamento que aniquila a pseudoconcreticidade para alcançar a concreticidade é simultaneamente um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se descobre o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se descobre a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. O que dá a estes fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si, mas a independência com que ela se manifesta. A destruição da pseudoconcreticidade — que o pensamento dialético precisa efetuar — não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói sua suposta independência, evidenciando seu caráter mediato e provando (contra a sua pretensa independência) seu caráter derivado (KOSÍK, 2002, pp. 20-21). Este aspecto, como poderemos observar, cabe precisamente à Teologia da Prosperidade.

O materialismo também expressa os princípios das condições da prática que produz o conhecimento, sendo seus dois princípios fundamentais: 1) a prevalência do real sobre seu conhecimento, ou a prevalência do ser sobre seu pensamento; 2) a distinção entre o real (o ser) e seu conhecimento. Se o primeiro princípio é muito importante e comumente assim considerado, já o segundo nem sempre o é, sendo muitas vezes substituído pelo princípio idealista da identidade entre o pensamento e o ser. Este segundo princípio, portanto, é importante porque impede o materialismo de uma dupla queda no idealismo: tanto o *especulativo* (que reduz o ser ao seu conhecimento) quando o *empirista* (que reduz o conhecimento ao seu objeto real). A distinção materialista entre o objeto e seu conhecimento pressupõe a presença teórica da história da produção desta diferença e de seu efeito (a correspondência de conhecimento), ou seja, os princípios da natureza histórica do processo em que o conhecimento é produzido. É por essa razão que o materialismo é chamado dialético: a dialética expressa a relação que a teoria mantém com seu objeto, não como uma relação de dois termos simplesmente distintos, mas sim como uma relação *interior* ao processo de uma história de transformação de conhecimentos e, portanto, de produção real — e não como princípios válidos por si só, que se aplicariam, por conseguinte, exteriormente a distintos objetos, dentre eles a história (ALTHUSSER, 1979, pp. 46-7 ).

A dialética se distingue da fragmentação da realidade operada pelo racionalismo cartesiano. As diversas e coincidentes definições leninistas da dialética — por exemplo,

que dialética é a doutrina que demonstra como os contrários podem ser semelhantes, que é a doutrina da unidade dos contrários, que a essência da dialética é a distinção do unitário e o conhecimento de seus elementos contrários — partem da relação dialética entre relativo e absoluto, entre momento e todo, compreendendo que na dialética a diferença entre estes conceitos são relativas. Tais definições só são possíveis porque supõem um profundo conhecimento do caráter da realidade como a conexão das manifestações, ou seja, como *totalidade*. As relações de cada coisa (fenômeno etc.) não apenas são múltiplas como, em geral, são universais — na medida em que cada fenômeno, processo etc., estão ligados a *todas* as outras coisas. Assim, a dialética exige que se examine continuamente a totalidade do concreto e a riqueza qualitativa do processo (que ela compreende como unidade dialético-contraditória do múltiplo) e esta exigência, em resumo, é a de que se considere a plenitude dos “fatos” (KOFILER, 2010, pp. 78-79, 182).

O isolamento, a separação, a fixação e a oposição abstrata dos distintos momentos da realidade são dissolvidos através da categoria da totalidade (LÖWY, 1978, p. 134). O princípio fundamental do pensamento dialético é de que o conhecimento dos fatos empíricos permanece superficial e abstrato enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar à sua essência concreta e, implicitamente, chegar à sua significação. A separação entre o essencial e o acidental nas ciências humanas só pode acontecer através da integração das partes ao todo, dos elementos ao conjunto. Mesmo que nunca se consiga chegar a uma totalidade que não seja ela mesma elemento ou parte, o problema do método nas ciências humanas é o do corte do dado empírico em totalidades relativas suficientemente autônomas que possa servir de quadro a um trabalho científico (GOLDMANN, 1979, pp. 6-7, 13-14).

Qualquer tentativa de reconhecer o processo histórico sem atentar cuidadosamente em tudo<sup>6</sup> — inclusive nos momentos ideológicos — necessariamente se apoia em suportes frágeis; tanto quanto o procedimento inverso, baseado em se discernir cientificamente os momentos sem prestar a maior atenção à totalidade do processo em sua dependência recíproca. Em última instância, a dialética é o único método revolucionário, pois apenas ela permite conceber a história humana como um processo que progride de modo necessário para formas sempre mais elevadas da existência social,

---

<sup>6</sup> Como já destacado por Lenin em trecho aqui citado, mesmo que não seja possível, naturalmente, captar a realidade em sua integralidade, deve-se tentar abarcar a maior quantidade possível de elementos dela para que a análise desenvolvida seja a mais completa e realista possível.

superando o impasse entre o objetivismo burguês vazio e o subjetivismo que transforma “revolucionariamente” a história com meras frases (KOFLER, 2010, p. 224).

A dialética não compreende os produtos como fixados, os objetos e as configurações (todo o conjunto do mundo material reificado) como algo independente e originário. Da mesma forma como também não considera o mundo do pensamento comum e das representações, não os aceita sob seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas do mundo ideal e objetivo se diluem, perdem a sua naturalidade, fixidez e suposta originalidade para se mostrarem como fenômenos mediatos e derivados, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade (KOSÍK, 2002, p. 21)<sup>7</sup>.

Por este motivo, Florestan Fernandes (2012, pp. 73-74) alcunha esta concepção de base hegeliana com seu aperfeiçoamento marxista de *história em processo*, na medida em que ela compreende seu movimento, o modo como os homens produzem socialmente sua vida, unindo-se ou opondo-se uns aos outros, segundo suas posições nas relações de produção, na sociedade e no Estado, e assim gerando os eventos e processos históricos que demonstram como a produção, a sociedade e o Estado se mantêm ou se alteram ao longo da história. Na mesma linha, Theodor Adorno (2009, p. 41) defenderá que na dialética, a imediatidade não se mantêm como aquilo pelo qual ela se apresenta imediatamente, transformando-se em momento ao invés de ser fundamento.

Na concepção do materialismo dialético, a verdade não pode ser representada como uma imagem totalizante e finalizadora, pois o processo de compreensão da verdade absoluta não é um ato instantâneo, mas sim um caminho tortuoso, histórico e eterno de aquisição de conhecimento. O processo de compreensão de verdades absolutas se dá por meio de acumulação de verdades, permitindo ao homem se aproximar cada vez mais do conhecimento da natureza, de seus fenômenos e de suas leis, no inacabável processo do desenvolvimento do conhecimento. Tal compreensão diverge da concepção metafísica que interpõe uma barreira entre as verdades absoluta e relativa. Por seu turno, o materialismo dialético defenderá que a verdade é sempre *concreta*. *Verdade concreta* é aquela que reflete de maneira adequada a essência de fenômenos específicos e as condições em que eles se desenvolvem. A *verdade abstrata*, por outro lado, atuando de maneira dogmática, desconsidera a situação concreta, as condições nas quais os fenômenos se desenvolvem (PODOSETNIK e YAKHOT, 1967, p. 115-17).

---

<sup>7</sup> No mesmo trecho, Kosík cita a frase de A. de Walhens “O marxismo é um esforço para ler, por trás da pseudo-imediaticidade do mundo econômico reificado as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra.”

O materialismo dialético também se antagoniza radicalmente à toda a filosofia analítica que aceita a existência de pontos de partida sensíveis, absolutos, ou de primeiros princípios racionais. Tanto o empirismo (partindo da percepção ou da sensação) quanto o racionalismo (partindo de ideias inatas ou evidentes), em cada movimento da pesquisa, admitem um conjunto de conhecimentos alcançados, a partir do qual o pensamento científico avança em linha reta, com maior ou menor certeza, sem, no entanto, ser necessário retornar aos problemas já resolvidos. Por outro lado, o pensamento dialético entende que nunca há pontos de partida absolutamente corretos, tampouco problemas definitivamente resolvidos; defende, ao contrário, que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma maneira que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. Desta forma, a marcha do conhecimento aparece como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que devem esclarecer-se mutuamente (GOLDMANN, 1979, pp. 5-6).

O método de apreensão da realidade do materialismo dialético pode ser observado nas palavras de seu criador no extenso e relevante trecho que citamos abaixo. Quando se estuda um fenômeno:

parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é

que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. [...] Para a consciência — e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo — que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior —, cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. (MARX, 1982, pp. 14-15)

Deste modo, Marx compreende que, depois de elaborada uma primeira representação caótica do todo, deve-se retroceder a conceitos cada vez mais simples, para depois poder-se avançar para o todo na integralidade de suas articulações. Na dialética, este retrocesso aos conceitos mais simples é totalmente distinto da concepção hegeliana de representação da ciência “conforme ao entendimento”. Através de uma abstração plena de sentido do todo, Marx não investiga estes conceitos apenas em si mesmos, mas em sua relação com o todo e no seu movimento relativo a ele, em outros termos, como momentos que expressam o relativo no absoluto (KOFLER, 2010, pp. 58-59).

O ponto de partida do exame, como a citação marxiana demonstra, deve ser formalmente idêntico ao resultado. Durante toda a trajetória do raciocínio, este ponto de partida deve manter sua identidade, visto que ele é a única garantia de que o pensamento não se perderá no meio do caminho. Mas o sentido do exame está no fato de que no seu movimento em espiral, o pensamento chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida e que, assim sendo, em se considerando a identidade formal do ponto de partida e do resultado, ao concluir sua trajetória, por conta de seu conteúdo, o pensamento retorna como algo diverso daquilo de que tinha partido. O pensamento voltou ao mesmo lugar, mas já não é mais o mesmo — voltou enriquecido, voltou mais articulado e compreendido. O caminho entre a *representação caótica do todo* e a *rica multiplicidade*



*da totalidade das determinações e das relações* coincide com a compreensão da realidade. Mesmo que a *totalidade* seja dada imediatamente em forma sensível, ou seja, na representação, na experiência e na opinião, ela não é imediatamente cognoscível para o homem. Mesmo sendo acessível, a totalidade é caótica e obscura. Para que se possa compreendê-la, decifrá-la, o homem precisa tomar um desvio: o todo se torna compreensível através da mediação da parte, o concreto através da mediação do abstrato. Exatamente porque o caminho da verdade é um desvio, o homem pode perder-se ou ficar pelo caminho (KOSÍK, 2002, pp. 36).

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento — em outros termos, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano sensível para um plano racional: é na verdade um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento consiga progredir do abstrato ao concreto, ele precisa mover-se no seu próprio elemento, ou seja, no plano abstrato — que é negação da imediatidade, da concreticidade sensível e da evidência. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste justamente na superação desta “abstratividade”. Assim sendo, em geral, o progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, movimento do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da parte para o todo e do todo para a parte; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade. Como método materialista do conhecimento da realidade, o processo do abstrato ao concreto é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todas as suas dimensões e planos. O processo do pensamento não apenas transforma o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo, o próprio todo é concomitantemente determinado, delineado e compreendido (KOSÍK, 2002, pp. 36-7).

O que dissocia o idealismo do materialismo marxista é que este último renuncia a pretensão vã de modelar as coisas a partir de conceitos, mas ao contrário, de maneira humilde, modela os conceitos a partir da realidade. A primeira consequência desta concepção é a admissão de que não existe um conceito definitivo e eterno: a filosofia não pode assumir a forma de um sistema finalizado, as categorias da dialética não podem ser definitivas. Em sua interpretação materialista (em outros termos, *aberta*), o método dialético destrói sistemas dogmáticos. A dialética, portanto, não é um esquema *a priori* que poderia ser aplicado e imposto sobre todas as coisas, obrigando-as a entrar nesse leito

de Procusto<sup>8</sup>. Para Marx, pelo contrário, é a partir do desenvolvimento da contradição, da superação da negação em negação da negação que novas totalidades nascem: não é o universal que primeiramente se limita a si mesmo, mas sim o particular que necessariamente se supera porque não traz em si suas condições de existência. A dialética é, simultaneamente, essa exigência de pensamento e essa insuficiência de ser. O pensamento histórico de todas as épocas — incluso a nossa — é um produto histórico, que reveste muitas diferentes formas e, por isso, conteúdos também muito diferentes, de acordo com as distintas épocas (SODRÉ, 1968, pp. 87-8). Não reconhecê-lo seria cair no leito de Procusto.

O processo social não se estabelece por uma ordem causal simples, ao contrário, ele constitui uma formação complexa, uma trama de pontos nodais cuja legalidade interna se manifesta numa articulação estrutural. Daí a observação marxiana de que os fenômenos sociais<sup>9</sup> são simultaneamente condicionantes e condicionados entre si (KOFLER, 2010, pp. 104).

Karel Kosík (2002, pp. 108-9) destaca como características fundamentais da dialética: 1) O historicismo da razão (em contraponto à supra-historicidade da razão racionalista). 2) Se para realizar a suma do saber humano, o método analítico-contábil da razão racionalista tem pontos de partida que não apenas vão do simples para o complexo como também são fixos e imutáveis, já a razão dialética vai da parte para o todo, do fenômeno para a essência etc.; e compreende o progresso do conhecimento como processo dialético da totalização, que inclui a possibilidade da revisão dos princípios fundamentais. 3) A razão dialética não apenas é a capacidade de conhecer e pensar racionalmente; é simultaneamente o processo de formação racional da realidade e, por conseguinte, da liberdade. 4) A razão dialética é a negatividade que situa historicamente os graus de conhecimento já alcançados e a realização da liberdade humana. Ela ultrapassa prática e teoricamente cada grau já alcançado, inserindo-o na totalidade evolutiva, não confundindo o absoluto com o relativo, mas compreende e realiza no processo histórico a dialética de relativo e absoluto. Já para Kofler (2010, pp. 207, 224),

---

<sup>8</sup> Na mitologia grega, Procusto era um ferreiro que possuía uma estalagem no alto das montanhas Áticas. Ele oferecia hospedagem aos viajantes, sedentos por conforto e proteção, convidando-os a dormirem em seu leito de ferro. Entretanto, à noite, enquanto dormiam, ele os amordaçava e amarrava. Se a vítima tivesse um comprimento maior do que o tamanho da cama, Procusto amputava o excesso; se fosse menor, ele a torturava, esticando-a até atingir o exato tamanho do catre. Todas as vítimas acabavam mortas por Procusto, que é um exemplo mítico da imposição de um padrão, de uma estrutura ou de um esquema particular à outras pessoas.

<sup>9</sup> Dentre eles, como poderemos observar, está a Teologia da Prosperidade.

a maior conquista da dialética foi conceber a realidade como processo, incorporando a lei da transformação das circunstâncias — superando assim a oposição metafísica entre o singular e o universal.

O materialismo dialético, portanto, avançando sobre uma base hegeliana (retirando dela, contudo, seu invólucro místico), compreende a sociedade como um fenômeno que deve ser compreendido em sua *totalidade*. A análise parcial, fragmentária de um elemento, como se este fosse isolado e estático leva a erros metodológicos graves, pois os fenômenos estão em contínua e indissolúvel interação com os elementos que o cercam, condicionando e sendo condicionado por eles, oferecendo e sofrendo resistências, contradizendo e sendo contraditados.

Os fenômenos, ensina esta concepção filosófica, *não são estáticos*: este mútuo condicionamento os transformam e os desenvolvem de maneira perene<sup>10</sup>. As *contradições* são inevitáveis dentro dos fenômenos: a luta entre o progresso e o atraso, o novo e o velho, compõem seu desenvolvimento e as mudanças contínuas que o guiam. Ademais, através do materialismo dialético compreende-se que o objeto estudado não se resume àquilo que ele é no presente momento, mas que é fruto de um processo histórico, que deve ser analisado (em sua afirmação, negação e superação da realidade) para que se possa efetivamente apreender o objeto estudado. Destarte, para compreender os fenômenos há de se estudar sua *historicidade*, bem como analisar as *relações*, as *interações* às quais este objeto é submetido, suas contradições internas, para que, enfim, se possa decifrá-lo.

Todos esses elementos, como veremos, serão indispensáveis para a compreensão da Teologia da Prosperidade. A *lógica da contradição*, como afirmamos, consegue explicar as antinomias existentes dentro desta religião. A *lógica da totalidade* nos permite analisar a sociedade e a forma como as ideias dominantes conseguiram influir determinantemente dentro desta versão religiosa<sup>11</sup>. Este aspecto se conjuga com a *lógica da relação*, ou seja, a forma como os diversos elementos da sociedade se influenciam reciprocamente — e, no caso, como veremos, como o neoliberalismo influencia determinantemente o neopentecostalismo. Por fim, a *lógica do desenvolvimento*, que nos

---

<sup>10</sup> Este é só mais um dos equívocos conceituais cometidos pelos utópicos, que idealizam uma sociedade alcançando grau de desenvolvimento tão perfeito que se estabilizaria. A concepção materialista dialética esclarece que na verdade, a mudança é contínua, ininterrupta.

<sup>11</sup> Se fôssemos analisar de maneira cartesiana, por exemplo, decompondo o problema e indo das partes mais simples para as mais complexas, jamais conseguiríamos chegar a um resultado preciso, pois é indispensável ter uma visão do todo para compreendê-lo.

permite observar como este movimento desenvolveu certas características, sua historicidade, suas origens, seu movimento real.

Tendo compreendido de maneira ampla o materialismo dialético, podemos avançar para seu coirmão, o materialismo histórico.

## 1.2 Materialismo histórico

A doutrina marxista apresenta a particularidade de ser constituída por duas disciplinas, unidas por razões históricas e teóricas, mas na realidade distintas uma da outra por terem objetos distintos: o materialismo histórico, ou ciência da história, e o materialismo dialético, ou filosofia marxista. (ALTHUSSER, 1979, p. 33). Neste tópico deslindaremos o materialismo histórico, entretanto, antes de avançarmos para a compreensão dele, é imprescindível que conheçamos a categoria *trabalho* e o que ela efetivamente representa na história da humanidade.

Marx e Engels (2007, pp. 32-33, 86-87) apontam que o primeiro pressuposto de toda existência humana — e, por conseguinte, de toda história — é que os homens precisam estar em condições mínimas para poder “fazer história”. Antes de qualquer coisa, as pessoas precisam de comida, bebida, vestimenta, moradia etc. Deste modo, o primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades elementares, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que, da mesma forma como há milênios, tem que ser cumprida de maneira contínua simplesmente para manter os homens vivos. Assim sendo, a primeira coisa a se fazer em qualquer concepção histórica é compreender todo o significado desse fato fundamental<sup>12</sup>.

Pode-se conceber que os homens se distinguem dos animais por conta de sua consciência, por terem religião<sup>13</sup> ou por outro fato qualquer, mas para os autores alemães,

---

<sup>12</sup> No mesmo trecho, em ponto não menos importante, Marx e Engels destacarão que o atendimento destas primeiras necessidades não vai satisfazer os seres humanos, mas ao contrário, isto conduz à *novas necessidades*. Pode-se exemplificar com uma pessoa que andava descalça: a partir do momento em que ela passa a usar um calçado, ela não somente não aceita o retorno à condição anterior, como aquela nova aquisição será apenas a base para uma outra ainda mais avançada. Passada a euforia inicial da aquisição/fabricação, assim que possível a pessoa tentará arranjar um calçado ainda melhor (mais duradouro, confortável, bonito, apropriado a certo tipo de terreno/uso etc.) do que o que possui. Nos tempos hodiernos, a exacerbação deste ponto elementar da sociabilidade humana subsidiará o consumismo e também será devidamente explorado pela Teologia da Prosperidade.

<sup>13</sup> Como defende René Passet (2002, p. 63), logo no primeiro parágrafo desta pesquisa.

os homens se distinguem dos animais quando começam a *produzir* seus meios de vida. Ao fazê-lo, produzem indiretamente sua própria vida material, que implica em uma determinada forma de atividade, uma determinada forma de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida*. O que os indivíduos são, portanto, coincide com a forma como exteriorizam sua vida, coincidindo não apenas com *o que* produzem, mas também com *a forma* como produzem. Assim sendo, o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção, a qual por si depende dos meios de vida por eles encontrados e o qual eles precisam reproduzir.

Destarte, na concepção do materialismo histórico, o ser humano tem necessidades naturais (comer, vestir etc.) que são supridas através do trabalho, por isso, o trabalho é essencial e está diretamente vinculado à existência humana, dele dependendo a própria vida: o ser humano é o *único* ser que trabalha, que depende do trabalho para viver, para atender estas necessidades vitais — sem ele, o ser humano padece<sup>14</sup> (MARX, 2004, pp. 80-85, 127-28).

Entretanto, na concepção do materialismo histórico, o trabalho não apenas é a fonte de toda riqueza: ele é a condição básica e fundamental do ser humano, estando intrinsecamente vinculado a sua própria evolução. Mesmo que um macaco tenha uma estrutura óssea e muscular parecida com a do homem, nenhum símio jamais conseguiu construir um machado de pedra, por mais simples que fosse. Os antepassados dos seres humanos despenderam milhares e milhares de anos aperfeiçoando progressivamente suas capacidades motoras, que se transmitiam por herança e aumentavam geração após geração. Um tempo muito extenso transcorreu antes que a primeira lasca de sílex fosse transformada em machado; contudo, depois de fazê-lo, gradativamente o homem utilizava suas mãos com maior destreza e habilidade — e as utilizava para seu trabalho. Por causa do trabalho e das necessidades práticas que ele gerava, a habilidade das mãos se desenvolvia. Desta forma, dizer que as mãos humanas são as ferramentas mais elementares para o trabalho é inverter a ordem das coisas: na verdade, foi por causa do próprio trabalho que as mãos desenvolveram as múltiplas possibilidades que hoje possuem — desde operações manuais simples até expressões artísticas primorosas, na

---

<sup>14</sup> Enquanto o mundo do trabalho se mantiver configurado da maneira atual, esta é a grande diferença, por exemplo, entre a arte (esfera da *liberdade*) e o trabalho (esfera da *necessidade*). A arte é considerada uma criação livre e sempre foi considerada a atividade e o agir humano *par excellence*. Já o trabalho ocorre quando o homem age sob a pressão da *necessidade* natural ou *obrigação* social, cuja consecução assegura a existência do indivíduo. Desta maneira, a atividade só é considerada trabalho se exercida como um pressuposto necessário à existência e sustento. Aristóteles, por exemplo, não trabalhava — enquanto um professor de filosofia trabalha (KOSÍK, 2002, p. 206).

música, arquitetura, pintura, escultura etc. E esta evolução, naturalmente, não ocorreu apenas nas mãos, mas em todo o ser. Outrossim, o desenvolvimento do trabalho, o aumento de sua complexidade e a necessidade de ajuda mútua para atividades conjuntas requereu que os homens não apenas se agrupassem ainda mais, como também transmitissem informações uns aos outros — o que acabou, com o passar de muito tempo, a desenvolver a linguagem. O materialismo histórico aponta a errática concepção idealista que atribui o progresso da civilização ao desenvolvimento do cérebro, quando na verdade, também aqui o raciocínio é inverso: o desenvolvimento do cérebro se deu com o homem buscando o atendimento de suas necessidades elementares — naturalmente por ele refletidas, que assim tomou consciência delas (ENGELS, 1876; cf. CHEPTULIN, 1982, pp. 88-89).

Desta forma, o trabalho, a produção e a apropriação da natureza foram os causadores da antropogênese e, sendo a produção um fenômeno de caráter inerentemente social, o surgimento do homem enquanto tal não pode ser dissociado da ascensão de certa estrutura e certa organização da sociedade. Com efeito, todas as atividades humanas — não apenas as produtivas — são atividades sociais, mesmo quando não executadas junto à outras pessoas, pois a própria existência é uma atividade social. Ademais, a consciência não é somente a consciência da pessoa singular, mas sim do indivíduo em conexão com toda a sociedade em que vive, ou seja, também a consciência é um produto social. Contudo, há de se recordar da advertência marxiana que tal raciocínio não pode ser extrapolado, como fazem algumas teorias conservadoras, que consideram a sociedade como uma existência especial, autônoma, uma abstração em face do indivíduo, não concebendo a “vida coletiva” como ação recíproca entre as “vidas individuais” que a compõem (MARX e ENGELS, 2007, pp. 64, 67-8; LÖWY, 1978, pp. 54-55).

Mesmo a antiga concepção hegeliana já considerava o trabalho como uma mola impulsionadora do desenvolvimento humano, na qual o homem produzia a si mesmo e através do qual podem ser entendidas as intrincadas formas da atividade criadora humana. No trabalho se encontra tanto a resistência do objeto quanto o poder do sujeito, a capacidade que este último tem de superar esta resistência com habilidade e pertinácia. Através do trabalho o homem pôde se “dissociar” um pouco da natureza, pôde ir além do que a natureza pura oferece, contrapondo-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais. Sem o trabalho, não existiria a relação sujeito-objeto. Enquanto os animais agem guiados pelos seus instintos (que são forças naturais) em função do atendimento de suas necessidades imediatas, já o ser humano, para alcançar seus objetivos, precisa de uma

reação na qual a consciência intervenha, necessita da mediação do seu pensamento. Esta mediação consiste em antecipar na sua mente os resultados de suas ações e escolher racionalmente os caminhos que seguirá para tentar alcançar seus objetivos. Desta forma, enquanto a natureza dita o comportamento dos animais, já o homem, por outro lado, conquistou certa autonomia diante dela (KONDER, 2008, pp. 23-24; KOFLER, 2010, pp. 119, 203-04). Diferentemente dos animais, portanto, que modificam a natureza de maneira irrefletida, apenas pela sua presença, o homem modifica deliberadamente a natureza, domina-a, obriga-a a servir-lhe — e o faz através do trabalho (ENGELS, 1876).

Assim se esclarece a especificidade do ser humano, dissociando-o dos animais e do ser das coisas. O homem domina o desejo bruto animal e insere — entre ele e sua satisfação — um termo mediador, que é o trabalho. Este domínio sobre o instinto não é apenas um processo no qual o desejo animal se transmuta em desejo humano e no qual se opera a gênese do próprio homem: é simultaneamente um processo no qual se opera uma metamorfose, *é um modelo elementar da própria dialética*. A humanização do desejo sobre o fundamento e no processo do trabalho, a transformação do desejo animal em desejo humano, é apenas um dos aspectos do processo que ocorre no trabalho. Na mediação dialética deste processo não ocorre um *equilíbrio* entre as contradições, tampouco se formam contradições *antinômicas*, mas na verdade a unidade das contradições se estabelece como processo ou durante o processo de *transformação*. A mediação dialética é a gênese do qualitativamente novo, é uma metamorfose na qual se *engendra o novo*. No próprio ato desta mediação — no qual da animalidade surge o humano e o desejo animal se converte em desejo humanizado, desejo do desejo, ou seja, reconhecimento — se constitui também a *tridimensionalidade do tempo humano*: apenas um ser que no trabalho supere o niilismo do desejo animal descobre o futuro como dimensão do próprio ser, no próprio ato em que se domina e se contém. No trabalho e através do trabalho o homem *controla* o tempo (enquanto o animal é *controlado* pelo tempo), pois um ser que é capaz de resistir a uma satisfação imediata do desejo e a “ativamente” contê-lo, se serve do passado e faz do presente uma função do futuro. Em outros termos, *descobre no seu agir a tridimensionalidade do tempo como dimensão do seu ser*. No processo do trabalho, no presente, são transformados os resultados do trabalho passado e também se realizam os desígnios do trabalho futuro. A tridimensionalidade do tempo humano como dimensão constitutiva do ser do homem fundamenta-se no trabalho (cujo elemento constitutivo é justamente sua objetividade, ou seja, seu vínculo de duração e atividade). A temporalidade e a tridimensionalidade do tempo do homem são baseadas

na objetivação. Sem a objetivação não há suspensão temporal. O trabalho como ação objetiva é um modo particular de unidade de espaço (função extensiva) e de tempo (temporalização) como dimensões essenciais da existência humana — em outros termos, formas específicas do movimento do homem no mundo (KOSÍK, 2002, pp. 201-02).

É exclusivamente humano o trabalho que supera a atividade instintiva e adapta às exigências humanas aquilo que é inumano e natural; e concomitantemente, realiza os fins humanos naquilo que é natural e no material da natureza. Deste modo, a natureza se manifesta sob um duplo aspecto em sua relação com o homem: por um lado se apresenta como potência e objetividade que precisa ser respeitada, cujas leis o homem precisa conhecer para que possa se servir dela; por outro lado, a natureza se rebaixa a mero material no qual os fins humanos são realizados. No primeiro caso, o homem deixa que as forças materiais — existentes *independentemente* dele — atuem em seu benefício para contemplar suas demandas. No segundo caso, o homem se objetiva na natureza e nos materiais dela, rebaixando-a assim como material das intenções humanas. O trabalho é a transformação da natureza ou a realização dos objetivos humanos na natureza, é ação ou procedimento em que de certa maneira se constitui a unidade do homem e da natureza em sua recíproca transformação: no trabalho o homem se objetiva, e o objeto, subtraído do contexto natural original, é transformado e refinado. No trabalho o homem se objetiva e o objeto é humanizado. O homem constitui o *mundo* humano quando humaniza a natureza e objetiva (realiza) seus propósitos. Enquanto o animal é vinculado às condições naturais, o homem vive no mundo de suas próprias criações e significados (KOSÍK, 2002, pp. 203).

A compreensão do que se produz é a condição necessária para a orientação do homem no mundo real. Compreendendo a realidade, certos aspectos e ligações necessárias, como se fosse capaz de prever o futuro, o homem reproduz sob a forma de imagens o que ainda não existe, mas que deve ser feito em decorrência de uma ou outra modificação que ele pode perpetrar na realidade que o rodeia. Com base nesse reflexo antecipado da realidade, o homem estabelece objetivos correspondentes e a eles submete suas ações e seu comportamento — sendo esta a função essencial da consciência, que dissocia a atividade racional dos homens da instintiva dos animais. O reflexo antecipado da realidade pela consciência não está apenas na orientação racional do sujeito na realidade ambiente, na base da fixação do objetivo, mas também na base da atividade transformadora e criadora, aspecto imprescindível do trabalho. A consciência surge sob a ação imediata do trabalho, que pressupõe a transformação da realidade segundo as demandas da sociedade (com a ajuda das ferramentas criadas para esse fim), tornando



possível a compreensão dos atos executados e engendrando uma imagem ideal do que deve resultar dessas ações. Mas além disso, a consciência também reúne todas essas ações ao resultado final, ou seja, a partir do conhecimento da efetiva situação das coisas e das possibilidades reais que condiciona, ela engendra qualquer coisa de novo, que não existe na realidade e que, sendo concebido no sistema de imagens ideais, torna-se um plano efetivo da atividade material, transformando uma possibilidade da matéria em realidade. Sem esse plano preciso orientando os caminhos da transformação da realidade, segundo as demandas do homem, a atividade laboriosa, prática, é impossível. Isso confirma o fato de que a consciência — aspecto necessário da atividade produtiva — se forma e se desenvolve ao mesmo tempo que esta última (CHEPTULIN, 1982, pp. 102-03).

Tendo como fundamento o trabalho, no trabalho e através do trabalho, o homem criou a si mesmo, não apenas como ser capaz de elaborar raciocínios mais articulados, mas também como um ser capaz de criar a realidade. O homem é parte da natureza e ele mesmo também é natureza, mas diferentemente dos outros animais, é um ser que ultrapassa a natureza, engendra uma *nova* realidade, que não é redutível à realidade natural. Não se encerra a si mesmo e no próprio mundo, mas produz novas criações e procura se destacar delas, questiona seu significado, e procura entender também qual é o seu próprio lugar no mundo (KOSÍK, 2002, p. 127). Daí a famosa metáfora marxiana sobre o que distingue radicalmente o pior arquiteto do mundo da abelha que constrói a mais bela colmeia: esta última apenas segue um instinto, enquanto que o arquiteto elabora em sua mente a construção antes de transformá-la em realidade. O resultado ao término do trabalho já existia anteriormente na imaginação do trabalhador e isso os distingue de maneira substancial.

Em outros termos, não foi o cérebro que simplesmente despertou e possibilitou ao homem ter as ideias, a potência e o desenvolvimento que hoje possui, mas sim as necessidades reais que forjaram esse desenvolvimento.

Na concepção marxista, o próprio raciocínio humano é fruto da vida em sociedade — fora da coletividade não há raciocínio. E este surge quando o homem reflete a natureza e, simultaneamente, participa de algumas relações definidas com outros homens no trabalho, em uma atividade produtiva. Desta maneira, pode-se compreender que *o trabalho fez o homem e a sociedade humana*. Foi no trabalho, na atividade produtiva, que o cérebro e a consciência humana se desenvolveram. Assim compreende-se a concepção marxiana de que a consciência, desde sempre, é um produto social e continuará a ser enquanto existir humanidade. A consciência é o produto do homem em sociedade, é um

fenômeno social; da mesma maneira que a linguagem, ela não pode existir fora da sociedade<sup>15</sup>. A própria linguagem elaborada surge como recurso necessário à troca de ideias no intercâmbio social entre os homens — destacando-se que a linguagem é a consciência real, unicamente através das palavras o pensamento pode se tornar real. Mesmo quando não verbalizamos os pensamentos, nós os representamos por palavras, dando a eles um revestimento material. A linguagem permite tanto que os pensamentos assumam uma forma quanto que eles possam ser transmitidos a outras pessoas (MARX e ENGELS, 2007, pp. 34-35; PODOSETNIK e YAKHOT, 1967, pp. 46-47; cf. CHEPTULIN, 1982, pp. 89-91).

Em síntese, para Marx, diferentemente dos animais que apenas seguem seus instintos para sobreviver, o ser humano age pensando, é o único animal que unifica o pensamento elaborado à ação. O sujeito pensante é um sujeito agente do mundo e assim atua para suprir suas necessidades, através do trabalho, que é consciente, refletido, transformador da natureza. Mas neste processo dialético em que o homem transforma a natureza, ele também transforma tanto sua relação com os outros quanto a si mesmo. Ou seja, a relação do sujeito com a sociedade e com sua própria subjetividade se transformam neste processo que é o trabalho pensado — e a este processo Marx nomeia de *práxis*<sup>16</sup>.

Destarte, na concepção do materialismo histórico, a forma como o trabalho será organizado, a forma como seu resultado será apropriado, a forma como seus excedentes serão distribuídos, são os elementos preponderantes da história, pois estão vinculados àquilo que é essencial à vida humana — que é o trabalho, o supridor das necessidades elementares da vida. É consabida a expressão marxiana de que a história da humanidade é a história da luta de classes<sup>17</sup>. Entretanto, não é possível compreender esta concepção sem compreender o que a categoria *trabalho* efetivamente representa na história da humanidade. Na medida em que o ser humano é um ser que depende do trabalho para

---

<sup>15</sup> Para provar tal asserção, basta verificar os inúmeros casos de seres humanos que foram criados por animais e que não desenvolveram o raciocínio nem a fala, mas apenas imitaram seus sons precários

<sup>16</sup> Desta maneira, a *práxis* surge quando o homem se contrapõe ao objeto e passa a desenvolver um extenso trabalho de subordinação dos movimentos da realidade objetiva aos seus projetos. É uma atividade que necessitada da teoria para, autocriticamente, prover ao sujeito o poder de fundamentar suas decisões e superar suas insuficiências ou erros. A *práxis* é capaz de canalizar as energias criadoras para a resolução dos desafios concretos impostos pela realidade objetiva (KONDER, 2016, p. 22).

<sup>17</sup> Na Antiguidade, a luta entre homens livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores feudais e servos; na Modernidade, entre trabalhadores assalariados e capitalistas. Os patrícios detinham a propriedade da própria pessoa humana; os senhores feudais detinham a terra, a qual os servos eram coagidos a lavar. Já os capitalistas detêm os meios de produção hodiernos, e os trabalhadores, desprovidos de capital, são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salários para poder garantir sua sobrevivência (MARX e ENGELS, 2017, p. 22).

viver, a história da luta de classes não é outra coisa senão a história da forma como o produto do trabalho humano foi/é apropriado — pelo seu próprio produtor ou por outrem. Compreendendo toda a significação e história do trabalho e seu vínculo com o desenvolvimento humano, compreende-se melhor a concepção marxiana.

Em decorrência desta concepção também se pode compreender o que são as classes sociais e a importância primordial delas para a vida ideológica dos homens<sup>18</sup>. Isto porque os seres humanos são obrigados a dedicar a maior parte de suas preocupações e de suas atividades para garantir sua existência; e quando se trata das classes dominantes, à manutenção de seus privilégios, à administração e ao aumento de sua fortuna via exploração da classe trabalhadora (GOLDMANN, 1979, p. 19).

Foi através do trabalho que o homem não só desenvolveu a si mesmo em aspectos físicos e mentais<sup>19</sup>, mas foi também através do trabalho e do aperfeiçoamento tecnológico exigido por ele que o homem configurou uma nova realidade e modificou a si próprio ao longo do tempo. Entretanto, a própria relação de trabalho também se modificou historicamente — apenas dizer que o homem é um ser que trabalha seria ter uma visão abstrata da realidade. Seguindo a compreensão marxiana<sup>20</sup>, é preciso compreender historicamente o homem. Os diferentes modos de produção alteraram a forma como o trabalho é exercido e reconfiguraram também a própria sociedade (PEREIRA FILHO e BRANDÃO, 2013, p. 113).

Devido ao advento do capitalismo, a maior parte dos trabalhadores deixou de ser senhora do fruto do seu próprio trabalho. Então, um trabalhador na Idade Média, por exemplo, um sapateiro, curtia o couro, media a altura, comprimento e largura dos pés de seus clientes, utilizava seus moldes e ferramentas manuais para fabricar o sapato e, no fim do processo, vendia-o ao seu cliente. Importa destacar que ao término de seu trabalho, este sapato, produto do labor do sapateiro, era dele, sujeito que o fabricou. Com o advento do capitalismo, este trabalhador não consegue competir com a indústria — muito mais produtiva — e é coagido a vender sua força de trabalho ao detentor do capital. Quando o faz, ele deixa de controlar a modalidade de trabalho e também esvanece o talento do artesão, que é substituído pelo rigor padronizado e pelo trabalho especializado da

---

<sup>18</sup> Classes sociais são o conjunto de pessoas ligadas por um fundamento socioeconômico que compartilha interesses e afinidades políticas, bem como compreende seu antagonismo em relação às outras classes. Por esse motivo, o proletariado é uma espécie de anticlasse, pois seu objetivo não é a substituição do domínio de uma classe por outra (como a burguesia fez com a nobreza), mas sim a dissolução de todas as classes, o término do antagonismo entre os entes sociais e sua substituição por relações de cooperação.

<sup>19</sup> Sem ignorar, naturalmente, que o cérebro compõe o corpo.

<sup>20</sup> Que neste aspecto avança sobre uma base hegeliana.

indústria. Mas não apenas isso. Marx observa que dois elementos preponderantes acontecem no meio deste processo. O primeiro, de caráter subjetivo, é que anteriormente aquele sapateiro não apenas fabricava um produto, ele também se realizava em seu trabalho, ou seja, tinha a satisfação mental, tinha sua realização social, sua realização enquanto pessoa, materializada no produto que engendrava, onde aplicava seu talento. Isto deixa de acontecer quando passa a trabalhar para outrem fazendo um serviço inepto, limitado, repetitivo, brutal e desumanizado. Outro aspecto decisivo — este de caráter objetivo — é que ao término da linha de montagem, diferentemente de outrora, aquele sapato não é mais dele, sapateiro, mas sim do dono do capital. Ou seja, o trabalho foi estranhado, foi alienado do homem.

Marx (2004, p. 83) aponta que sendo erigida desta forma, a atividade humana prática — o trabalho — se tornou uma atividade estranha, não pertencente ao homem, uma atividade que atua como miséria, em que a procriação atua como castração, a força como impotência. A vida do trabalhador — que é a sua atividade — se torna uma arma contra si mesmo, independente dele e não pertencente a ele. Nesse processo, ocorre simultaneamente tanto o estranhamento-de-si mesmo quanto o estranhamento do produto que seu próprio trabalho fornece.

Assim sendo, de maneira subjetiva e objetiva o capitalismo dissocia o ser humano daquele que para Marx é seu caráter essencial, que é o trabalho. O autor explica as consequências desse trabalho exteriorizado:

Primeiro, que o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui de forma tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação [...], é a perda de si mesmo.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano e o humano, animal. (MARX, 2004, pp. 82-83)

O caráter social do homem não se dá apenas porque ele sem o objeto não é nada, mas sim porque ele demonstra a própria realidade em uma *atividade objetiva*. Na produção e reprodução da vida social<sup>21</sup>, ou seja, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz: 1) os bens materiais, cuja base é o trabalho; 2) as instituições e relações sociais, bem como o complexo das condições sociais; 3) e, sobre este fundamento, as concepções, ideias, emoções, sentidos humanos e qualidades humanas correspondentes. Sem o sujeito, esses produtos sociais do homem ficam sem sentido, enquanto que o sujeito sem produtos objetivos e pressupostos materiais é uma abstração vazia. *A essência do homem, portanto, é a unidade da objetividade e da subjetividade*. Deste modo, o homem perde a própria humanidade se sua objetividade é dissociada de sua subjetividade, de sua atividade, das possibilidades e potencialidades humanas. Quando a transformação social (ou seja, o fator econômico) aliena o homem do produto que engendrou, a objetividade humana é morta e a subjetividade humana se transforma em miséria, vazio e necessidade<sup>22</sup> (KOSÍK, 2002, pp. 126-27).

Uma das características elementares da sociedade capitalista é a de dissimular as relações sociais entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes a aparência de leis ou predicados naturais das coisas. É por essa razão que as relações de troca entre membros díspares da sociedade — transparentes em todas as demais formas de organização social — tomam aqui a forma de um atributo de coisas mortas: o preço. Quando se diz que um par de sapatos custa X reais, expressa-se uma relação social e implicitamente humana entre todos aqueles que contribuíram na fabricação e venda do sapato: o fazendeiro, o curtidor de couro, os operários fabris, o distribuidor, o vendedor de sapatos (pra não falar das atividades acessórias e coligadas, tais como o motorista que o transportou, o estoquista que o armazenou, os faxineiros que limpam os respectivos locais etc.) e, por fim, o consumidor. Todas as relações de trabalho que permitiram que aquele produto existisse ficam ocultas para a maioria desses atores, que não se conhecem e até mutuamente se ignoram. Eles ficariam espantados de saber da existência de uma

---

<sup>21</sup> Este conceito já foi delineado neste trabalho, mas para expô-lo de maneira específica, compreendemos a *produção da existência social* como a transformação da natureza através do trabalho pelos seres sociais organizados, com vistas à satisfação de determinadas necessidades indispensáveis à vida humana (alimentação, vestuário, habitação etc.). Já a *reprodução da existência social* remete tanto ao contínuo suprimento destas primeiras necessidades (eventualmente com meios mais modernos e eficazes), quanto ao fato de que, em decorrência do maior conhecimento acumulado ao longo deste processo sem fim, novas necessidades — estas já não necessariamente indispensáveis — são por ele engendradas e atendidas.

<sup>22</sup> Como poderemos observar, na medida em que é uma concepção religiosa defensora do atual *status quo* e que não observa contradição entre as Escrituras e a forma como a realidade é estruturada — ao contrário, tenta agravar esta condição —, esta necessidade, este vazio e esta miséria são elementos que a Teologia da Prosperidade tentará preencher com mistificações diversas, sem tocar o fundamento da questão.

*conexão* que os une. Entretanto todas essas relações sociais que permitiram a fabricação e venda da mercadoria permanecem incógnitas, latentes sobre um signo: o sapato custa X reais. Este não é um fato isolado, ao contrário, é o fenômeno social basilar do mundo capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em uma propriedade quantitativa de coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário efetuado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses produtos; a reificação que, por conseguinte, se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz preponderar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo. Reproduzindo-se dessa forma, a economia mercantil — e em particular a economia capitalista — dissocia o produto do produtor e, por isso mesmo, fortalece a autonomia da coisa em relação à ação dos homens. Faz, enfim, da força de trabalho uma mercadoria que possui um valor — e isso implica que também aí transforma uma realidade humana em coisa (GOLDMANN, 1979, pp. 122, 125).

Em síntese, o processo de produção erigido desta forma reifica o homem, torna ele apenas mais uma coisa, mais um insumo, mais um custo para os proprietários dos meios de produção (juntando-se a outros custos como maquinário, energia, impostos etc.). Por outro lado, enquanto o ser humano é reificado, a mercadoria é deificada ou, para utilizar a expressão cara a Marx, promove-se o fetiche da mercadoria. Um fetiche é um ídolo, um falso Deus, um objeto material ao qual se atribui poderes divinos, e é uma metáfora precisa para evidenciar a inversão ocorrida no processo: o trabalhador, sujeito produtor da mercadoria, se torna dela vassalo<sup>23</sup>.

Depois de explicitar a importância da categoria trabalho e a forma como ele é apropriada na sociedade burguesa, as consequências que acarreta objetiva e subjetivamente nos trabalhadores, podemos avançar com a concepção do materialismo histórico, que compreende os fenômenos econômicos como o elemento estruturante da vida social.

Diferentemente da natureza, onde operam fatores inconscientes e cegos, na história da sociedade prevalece o fim refletido, consciente e desejado. Da mesma maneira que na ciência da natureza, contudo, cabe ao pesquisador da história da sociedade analisar as relações reais e descobrir as leis gerais de seu desenvolvimento. Aparentemente, a vida em sociedade é um caos, como se a indeterminação imperasse sobre as relações sociais e

---

<sup>23</sup> Margeamos aqui o grande intuito de Marx: inverter esta condição, erigindo uma sociedade na qual o produto do trabalho não fosse mais valorizado do que o sujeito histórico que o produziu (CAES, 2017, p. 188).

as ações dos indivíduos. Na verdade, contudo, o desenvolvimento da sociedade é regido por leis gerais internas, o que implica dizer que, como a natureza, a sociedade está submetida à determinação. O acaso reina na superfície. Acima dos motivos ideais e pessoais que aparentemente guiam as ações dos homens e sua história, estão as causas históricas, mais ou menos abscondidas e mais ou menos inconscientes, que se transformam naqueles motivos que fazem os homens agir. Assim, as forças motrizes da história refletem dois tipos de componentes dinâmicos. Qualquer que seja a relevância deles para o estudo histórico, os motivos ideais e pessoais (que aparentemente são decisivos), na verdade, possuem importância secundária para o resultado final. As forças que são verdadeiramente determinantes e se ocultam por trás desses motivos são as causas materiais que, através das ações e das relações dos homens entre si, permitem explicar os acontecimentos e o curso dos processos históricos (FERNANDES, 2012, pp. 212-13).

Em cada época histórica, indivíduos determinados, ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si determinadas relações sociais e políticas. A estrutura social e o Estado provêm do processo de vida de indivíduos determinados tal como eles efetivamente são, ou seja, tal como agem, como produzem sua vida material e, assim sendo, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados pressupostos, limites e condições materiais que são independentes de seu arbítrio. Em princípio, a produção da consciência, das representações e das ideias está imediatamente entrelaçada com a vida real, com a atividade material e intercâmbio material dos homens. O pensar, o representar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material, pois os homens reais, ativos, são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo respectivo intercâmbio que a ele corresponde. A consciência não pode diferir do ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX e ENGELS, 2007, pp. 93-4).

Diferentemente da filosofia especulativa alemã, que desce do céu à terra, aqui ao contrário, se eleva da terra ao céu. Em outros termos, não se parte daquilo que os homens dizem, representam ou imaginam, muito menos dos homens pensados, representados e imaginados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso. Ao contrário, parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento de seus respectivos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também estas formações nebulosas ideológicas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e vinculado a pressupostos materiais (MARX e ENGELS, 2007, pp. 94).

Naturalmente, esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos, mas ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum momento. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer fixações fantásticas, mas sim em seu processo empiricamente observável de desenvolvimento real sob determinadas condições. Compreendendo esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma ação imaginária de sujeitos imaginários (como para os idealistas) ou uma coleção de fatos mortos (como para os empiristas abstratos). Na vida real, onde se finda a especulação e as fraseologias sobre a consciência começa o saber real, a ciência real, positiva, a exposição da atividade e do processo prático de desenvolvimento dos homens (MARX e ENGELS, 2007, pp. 94-5).

Em um dos trechos mais famosos e importantes da história da filosofia, presente no prefácio da obra *Para a Crítica da Economia Política* (1982, pp. 25-26), Marx destrinça:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Já observamos a forma como o materialismo provê importância ao mundo real, ao mundo concreto. E neste trecho podemos observar a dissecação da forma como este mundo real é construído. A estrutura econômica da sociedade<sup>24</sup> (ou seja, o modo, as formas e relações de produção e reprodução da vida material, fundamentadas no trabalho)

---

<sup>24</sup> Eventualmente chamada por outros autores, incluso Engels, de *infraestrutura*.



condiciona a superestrutura: o Estado, a mídia, a política, a justiça, a filosofia, a religião, a ciência, as artes etc. A metáfora do trecho rememora a construção de um prédio, que tem por base as forças econômicas e, sobre esta, se erguem vários andares, onde estão as ideias, culturas e instituições (políticas, jurídicas, religiosas etc.). É bastante natural que seja assim pois, como já destacamos, o mundo das ideias tem caráter secundário e reflexivo em relação ao mundo real, concreto, objetivo.

As relações sociais são, portanto, vinculadas às forças produtivas. Quando novas forças produtivas são desenvolvidas, os homens também mudam seu modo de produção e, ao fazê-lo, mudam a maneira de ganhar a vida e também suas relações sociais, que eram apenas as relações necessárias desse determinado modo de produção. Com o moinho movido pelo braço humano, tem-se uma sociedade com o suserano; com o moinho a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial. E os que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material, também produzirão, de acordo com suas relações sociais, as categorias, os princípios, as ideias. Essas categorias, esses princípios e essas ideias não são eternos como supõem os economistas burgueses, sendo na verdade produtos históricos e transitórios, tão duradouros quanto as relações sociais e formas econômicas que eles exprimem (MARX, 2017, pp. 101-2, 189, 191-3).

Para se obter um correto entendimento dos fundamentos da história, portanto, faz-se necessário compreender o modo de produção material da vida e a respectiva sociedade civil por ele engendrada. Esta compreensão poderá explicar o conjunto das distintas criações teóricas e correspondentes formas da consciência — religiosa, moral, filosófica etc.<sup>25</sup>. Puxando este novelo, torna-se possível entender a sociedade em sua totalidade (bem como a ação recíproca entre esses distintos aspectos). Diferentemente da concepção idealista da história que procura uma categoria em cada período dela, a concepção materialista permanece sempre sobre o solo da história real, não explicando a práxis a partir da ideia, mas ao contrário, explicando as formações ideais a partir da práxis material. Resulta disto que as formas e produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, mas sim pela alteração das relações sociais reais de onde são oriundas estas mistificações idealistas (MARX e ENGELS, 2007, pp. 42-3<sup>26</sup>)<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> E, naturalmente, também se compreende a gênese da Teologia da Prosperidade.

<sup>26</sup> Cf. também Marx, *Miséria da filosofia*, 2017, pp. 105-6.

<sup>27</sup> Por esta razão, na medida em que o homem é formado pelas circunstâncias, Marx e Engels (2011, p. 150) destacarão a importância de formar as circunstâncias humanamente. Sendo o homem social por natureza, apenas em sociedade ele desenvolverá sua verdadeira natureza, razão pela qual deve-se medir o poder de sua natureza não através do poder do indivíduo específico, mas sim por meio do poder da sociedade.

Desta maneira, para Marx as ideias não existem dissociadas da vida prática dos seres que as possuem. As relações materiais formam a base de todas as suas relações, as condições materiais influem na forma como os indivíduos construirão seus pensamentos: ou seja, o mundo concreto, seu determinado contexto histórico, o fato de ter nascido em certa região com seu respectivo *ethos*, de ser filho de determinados pais, de ter certa condição econômica e, especialmente, a forma como a sociedade produz seus bens e os distribui, influirão nas próprias ideias que as pessoas desenvolverão. Diferentemente do que o idealismo pressupunha<sup>28</sup>, as ideias das pessoas não são simplesmente inatas, apartadas das condições em que elas vivem, aplicáveis em qualquer tempo e espaço.

O modo de produção dos bens materiais é a causa determinante, essencial e decisiva do desenvolvimento social, que condiciona a estrutura da sociedade, sua vida espiritual e a passagem de um regime social a outro. O modo de produção dos bens materiais determina o caráter que recobre as relações entre as classes, o grau de domínio da sociedade sobre a natureza, o tipo de ideologia dominante, as instituições políticas e jurídicas, etc. Quando se muda o modo de produção, muda-se também todo o regime de vida da sociedade, bem como as ideias políticas, religiosas, jurídicas, estéticas e filosóficas (SODRÉ, 1968, p. 189). As estruturas econômicas e sociais não apenas “se refletem”, elas também se materializam, se objetivam ao nível dos acontecimentos e dos agentes do drama histórico (FERNANDES, 2012, p. 95). Como observaremos mais detalhadamente, a Teologia da Prosperidade é justamente a materialização, a objetivação do neoliberalismo em sua versão religiosa.

*A priori*, a religião, a arte, a moral, a literatura, não são nem realidades autônomas, independentes da vida econômica, tampouco meros reflexos desta. Contudo, elas tendem a sê-lo no mundo capitalista, devido ao fato de a autenticidade ser esvaziada por dentro, graças ao aparecimento de um conjunto econômico autônomo que tende a dominar as manifestações da vida humana (GOLDMANN, 1979, p. 112).

A teoria dos diferentes modos de produção, ou seja, a teoria da história, é a ciência da “totalidade orgânica” ou a estrutura que compõe toda formação social dependente de um modo de produção determinado. Desta maneira, como explicou Marx no texto supracitado, cada estrutura social abrange o conjunto articulado de seus diferentes “níveis” ou “instâncias”: a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica. O materialismo histórico é a teoria capaz de demonstrar que,

---

<sup>28</sup> Podemos inserir aqui a notável exceção de Hegel.

em última instância, as representações dos homens (políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas etc.) derivam de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos, compreendendo a natureza específica desta estrutura ou “totalidade orgânica” e, por conseguinte, o conjunto de seus “níveis” e o tipo de determinação e articulação que os une uns aos outros. É a teoria que fundamenta a dependência dessa estrutura com relação ao nível econômico e o grau de “autonomia relativa” de cada um dos “níveis”. Visto que estes “níveis” possuem uma “autonomia relativa”, eles podem ser considerados cada um como uma estrutura “regional”, “um todo parcial”, e ser objeto de um tratamento científico relativamente independente. (ALTHUSSER, 1979, p. 35; ENGELS e KAUTSKY, 2012, p. 21).

O materialismo histórico é a teoria capaz de explicar, por exemplo, como a burguesia moderna superou a classe feudal e tomou para si o controle da sociedade. Originariamente um estamento explorado, aliciado dentre escravos e servos de toda ordem, sem absolutamente nenhuma relevância política, coagido a pagar tributo à nobreza feudal dominante, em luta incessante contra esta última, a burguesia foi passo a passo conquistando posições de poder da nobreza nos países desenvolvidos e, por fim, derrubou-a revolucionariamente na França e aburguesou-a pouco a pouco na Inglaterra, incorporando-a como sua liderança ornamental. As armas decisivas dos burgueses nessa batalha foram os meios econômicos de poder que cresceram continuamente por meio do desenvolvimento da indústria, partindo do artesanato e, mediante a expansão do comércio, mais tarde avançou até a manufatura. Durante praticamente toda essa luta (que não foi outra coisa senão a luta da cidade contra o campo, da indústria contra a posse fundiária, da economia do dinheiro contra a economia natural), o poder político esteve do lado da nobreza — mas o poder econômico estava com a burguesia. Nas condições políticas de então, o nobre era tudo e o burguês nada; mas, de acordo com a situação social, o burguês passara a ser a classe mais importante no Estado, enquanto a nobreza havia perdido todas as suas funções sociais e se limitava a embolsar seus rendimentos como pagamento dessas funções desaparecidas (ENGELS, 2015, pp. 193-94). O resultado, naturalmente, foi o declínio da classe feudal e a ascensão da burguesia.

Marx (1982, pp. 20-21<sup>29</sup>) exemplifica como a *ossatura* da organização da sociedade — que é sua base material — influi em todos os parâmetros da vida, inclusive na arte. O Mouro demonstra que com todas as suas mudanças tecnológicas e seu

---

<sup>29</sup> Cf. também Marx e Engels, *A ideologia alemã*, 2007, pp. 67-8.

maquinário moderno, é incompatível no contexto hodierno o desenvolvimento da arte grega naqueles moldes de outrora. O deus Vulcano, por exemplo, perto de um alto-forno, Júpiter ante o para-raios, Aquiles defronte a pólvora e o chumbo; ou, em resumo, a *Ilíada* ante a imprensa, ou mais ainda, com as máquinas de imprimir<sup>30</sup>, são absolutamente inconciliáveis. Marx reflete que a arte grega se desenvolveu em determinadas condições materiais distintas das de hoje, condições estas que não retornarão mais e, por isso, a arte grega também não retornará nos moldes em que foi feita. Em outros termos, se tivesse nascido nos dias de hoje, Homero não escreveria uma *Ilíada*. Com efeito, os poemas orais (que se supõe que o autor grego tenha compilado e dado sua versão final) não são significativos na cultura atual, não se crê nos caprichosos deuses helênicos, a própria forma como a linguagem é estabelecida difere significativamente daquela que Homero estrutura seus poemas etc.<sup>31</sup>. Assim Marx exemplifica como as ideias são, na verdade, fundamentadas nas bases materiais da vida. É sobre esta base concreta, do mundo real, que as ideias são erigidas e, por isso, são condicionadas por ela.

A soma das forças de produção, das formas sociais de intercâmbio e dos capitais que cada pessoa e geração encontram como algo dado é o fundamento real daquilo que os filósofos idealistas representam como a *substância* ou *essência* do homem. As concepções históricas especulativas até então existentes desconsideraram ou subestimaram a base real da história, a produção real da vida aparece como uma coisa pré-histórica, enquanto o elemento histórico aparece como algo dissociado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Agindo assim, a relação dos homens com a natureza é apagada da história, engendrando uma oposição entre a história e a natureza. É por isso que tais concepções históricas observam apenas as ações políticas dos Estados e de seus grandes líderes políticos; por isso elas compartilham, de cada época histórica, da ilusão dessa época. Se uma época se imagina determinada por motivos exclusivamente “religiosos” ou “políticos”, embora “política” e “religião” sejam apenas formas de seus motivos reais, então o historiador dessa época acolhe essa opinião. A “representação”, a “imaginação” desses homens determinados sobre a sua práxis real é transmutada na única força ativa e determinante que domina e define a prática desses homens. Quando a rudimentar divisão de trabalho entre hindus e egípcios provoca nesses povos o surgimento

---

<sup>30</sup> Os poemas da *Ilíada* e da *Odisseia* têm por base a tradição oral.

<sup>31</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre as questões da objetividade/subjetividade e seu vínculo com a arte, cf. K. Kosík, *Dialética do Concreto*, 2002, pp. 132-36; Goldmann, *Dialética e cultura*, 1979, pp. 48-49.

de um sistema de castas próprio de sua religião e de seu Estado, então o historiador acredita que o sistema de castas é a força que criou essa forma social rudimentar. A filosofia hegeliana da história é a “mais pura expressão” de toda essa historiografia alemã, para a qual não se trata de interesses reais, nem mesmo políticos, mas apenas de pensamentos puros que guiam a história (MARX e ENGELS, 2007, pp. 43-44).

Diferentemente daqueles que defendem uma visão clássica da História sendo guiada pela mão por “grandes homens”, Marx (2017, p. 82) contrapõe que apenas desconhecendo a história por completo não se percebe o fato de que os soberanos se submetem às condições econômicas, sem impor a elas sua própria lei. A legislação política e civil enuncia, verbaliza o poder das relações econômicas. De maneira retórica, ele questiona se foram os soberanos que se apoderaram do ouro e da prata para torná-los agentes universais da troca, dando a eles sua chancela ou, ao contrário, foram esses agentes universais da troca que se apoderaram do soberano, constringendo-o a dar a eles sua chancela e uma consagração política? A resposta é muito clara.

Afastando-se da compreensão especulativa do mundo material e de sua história, Marx criticará duramente, por exemplo, a concepção de Estado hegeliana — já que Hegel supõe que é o Estado que cria a sociedade civil, do que ele afirmará que é exatamente o contrário (2010, pp. 29-31, 82, 93, 104-05)<sup>32</sup>. A concepção hegeliana implicaria afirmar, por exemplo, que é a constituição de um país que demarcará quais são seus limites geográficos, e não os múltiplos conflitos de diversas ordens (inclusive com povos vizinhos) que estabelecerão um território que, posteriormente, será reconhecido na constituição de determinado país.

O materialismo histórico e dialético compreendem que indivíduos concretos e reais interagem entre si e, através de suas práticas e ações cotidianas, produzem a estrutura social, as formas de consciência, bem como o sistema de pensamento e representação do mundo concreto e de si mesmos. São estes indivíduos reais, concretos, que através de suas relações produzem a realidade social e as transmitem às novas gerações. Esta estrutura sociocultural herdada fornece às novas gerações as bases materiais de sua existência, que é transformada através das atividades produtivas e suas respectivas

---

<sup>32</sup> Em carta a Pável V. Annenkov, de maneira um pouco mecânica, Marx (1846) resume: “Considere-se um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e ter-se-á tal forma de comércio e de consumo. Considerem-se certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo e ter-se-á tal forma de constituição social, tal organização da família, das ordens ou das classes, numa palavra, tal sociedade civil. Considere-se tal sociedade civil e ter-se-á tal Estado político, que não é mais do que a expressão oficial da sociedade civil”. Cf. Marx, *Miséria da filosofia*, 2017, p. 188; Marx e Engels, *A ideologia alemã*, 2007, p. 31, 459.

relações de produção. Esta transmissão, entretanto, não é automática: é na verdade um processo que se modifica constantemente. Na perspectiva do materialismo histórico, é através das condições materiais que se pode compreender a complexidade dos fenômenos humanos. O que os homens pensam, dizem, a forma como agem, está vinculada à realidade material em que eles vivem. Por outro lado, as especulações filosóficas são consideradas meras ideologias, visto que universalizam os conceitos, desmaterializam as ideias, generalizam os enunciados e absolutizam as premissas. A ideologia inverte a realidade das coisas, substitui a vida material pelas representações e estabelece a preponderância das ideias em relação à realidade objetiva. Ao fazê-lo, ela deforma a realidade, se além às questões filosóficas, a conceitos abstratos e categorias genéricas; se afasta dos problemas concretos para os quais têm respostas prontas e abstratas, não precisando recorrer ao mundo real para resolvê-los. A ideologia reforça a tese de que são as formas de consciência e os sistemas de pensamento construídos pelos homens (que em certo momento, se dissociam desses, se tornam entes absolutos, autônomos e universais) que determinam o desenvolvimento da sociedade e a marcha da história. Ao negar a dimensão material e histórica das ideias, a ideologia tenta gerar a impressão de que são estruturas universais, eternas e naturais, existentes em todas as formações sociais e épocas históricas, bem como são independentes dos interesses concretos de grupos específicos. A ideologia tenta mascarar a defesa que faz da classe dominante e criar a impressão de que representa os interesses de toda a sociedade. A ideologia encobre a realidade concreta, erigindo uma estrutura fantasiosa e imaginária cujo objetivo é dissociar o homem de sua realidade material e impedir que ele reconheça efetivamente a realidade. A rede ideológica mistifica o real e oculta as injustiças sociais, ajudando na operacionalização dos sistemas sócio-políticos e justificando relações de dominação. A ideologia, portanto, é o reflexo ilusório e distorcido da história real e da realidade concreta dos indivíduos de carne e osso; a máquina ideológica não é o fundamento da estrutura social, mas sim um instrumento de sustentação deste regime, uma máscara que consegue camuflar seus interesses e contribuir para sua sustentação (DANTAS, 2011, pp. 77-81, 111)<sup>33</sup>.

Como toda dialética e justamente porque constitui um sistema dialético, o materialismo histórico é necessariamente “individualizante” e generalizante” ao mesmo tempo. De fato, os momentos e suas propriedades qualitativas singulares aparecem nele

---

<sup>33</sup> Desta forma, podemos aduzir, o idealismo não é simplesmente uma compreensão filosófica inofensiva.

como insuprimível em sua individualidade, como momentos que, no interior do todo e através dele, acontecem e se cancelam dialeticamente. De modo radicalmente diverso de qualquer outra corrente histórica ou sociológica, a concepção materialista da história consegue apreender simultaneamente os momentos na sua particularidade qualitativa e na sua generalidade no interior de uma lei. Consegue-o através da compreensão do papel da transformação das circunstâncias no processo histórico e da sua consequente relevância para o conhecimento da sociedade. No conceito não-dialético de lei, faz-se necessário abstrair continuamente a transformação para que se possa formular seu próprio conceito de lei, enquanto que na dialética ocorre justamente o contrário. Diferentemente de outras concepções sociológicas, o conceito de lei do materialismo histórico apreende nela as transformações das condições econômicas (ou seja, a sua dinâmica), libertando-se assim de qualquer rigidez metafísica e qualificando-se para apreender dinamicamente o processo (KOFILER, 2010, p. 202).

Esta receptividade para considerar a transformação, o processo e as condições econômico-dinâmicas que o produzem permitem conceitualizar cada manifestação em sua singularidade, que é determinada pelo lugar que lhe cabe no movimento, bem como também em sua dependência e universalidade, justificável igualmente pelas determinações do processo. Quando o pensamento burguês tenta descobrir a essência das manifestações singulares (isto é, quando não se conforma em reunir fatos “puros” ou fazer generalizações sociológicas, desprezando as manifestações singulares), evade-se para construções metafísicas ou interpretações subjetivas — o que dá no mesmo. O materialismo histórico equaciona esta problemática tanto por procurar as premissas concretas para uma abordagem dinâmica da história mediante a sua teoria (extraída da realidade) da contradição, ininterruptamente renovada, entre as forças produtivas e as relações sociais e da subversão de toda a sociedade, resultante da solução desta contradição, quanto porque compreende o caráter dinâmico da sociedade de tal modo que, através dele, os momentos aparecem necessária e essencialmente conectados uns aos outros. Com isto, o materialismo histórico encontrou o princípio através do qual tais momentos podem ser conceitualizados tanto em sua singularidade quanto em sua superação no todo. Deste modo, o princípio dialético da articulação entre universalidade e singularidade, que permite desnudar a essência dos fenômenos, eleva-se à condição de princípio teórico da abordagem dialética da história (KOFILER, 2010, p. 202-03).

Antes do término deste tópico, alguns pontos mais devem ser destacados. Um aspecto é a forma como a liberdade humana pode ser exercida dentro de um determinado regime. Como bem afirma Marx (2011, p. 25):

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Em cada um dos estágios da história encontra-se um resultado material, uma soma das forças de produção, uma relação historicamente estabelecida tanto com a natureza quanto entre os indivíduos. Cada geração recebe da geração progressa estas relações específicas, uma massa de capitais, de forças produtivas e circunstâncias que, embora sejam, por um lado, modificadas pela nova geração, por outro lado também prescrevem a esta última suas próprias condições de vida e lhe conferem um determinado desenvolvimento, um caráter específico. Portanto, concluem Marx e Engels (2007, pp. 42-3, 422), “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”.

Em outros termos, a liberdade é exercida dentro de certos moldes pressupostos. Os homens não são plenamente livres e soltos, desconectados do mundo real e de suas limitações de ordens diversas, de suas conformações, de seu modo de ser e pensar. Mas mesmo com estas restrições (o “pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”), a liberdade que os homens possuem permite a eles a possibilidade de, dentro de certos limites (ou mais bem dizendo, a partir de certa realidade), engendrar uma nova realidade, superando a atual.

Em outra passagem, Marx (1846)<sup>34</sup> complementa o raciocínio:

Os homens não são livres árbitros das suas forças produtivas — as quais são a base de toda a sua história — pois toda a força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está circunscrita pelas condições em que os homens se encontram situados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existe antes deles, que eles não criam, que é o produto da geração anterior. Pelo simples fato de que toda a geração posterior encontra forças produtivas adquiridas pela geração anterior, que lhe servem como matéria-prima de nova produção, forma-se uma conexão [*connexité*] na história dos homens, forma-se uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto as forças

---

<sup>34</sup> Cf. também Marx e Engels, *A ideologia alemã*, 2007, p. 40; Marx, *Miséria da filosofia*, pp. 188-9.



produtivas dos homens, e por consequência as suas relações sociais, tiverem crescido. Consequência necessária: a história social dos homens nunca é senão a história do seu desenvolvimento individual, quer eles tenham consciência disso quer não a tenham. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais não são senão as formas necessárias em que se realiza a sua atividade material e individual.

A atomização do ser social — que as teorias burguesas habitualmente promovem — engendra a ilusão da liberdade incondicionada da vontade. Entretanto, quando se estuda o ser humano da maneira como ele de fato vive (ou seja, não isolado, mas sim em conexão no interior da sua vida social), percebe-se outra coisa. Oriunda da consciência, a vivência da liberdade da vontade resulta da relação social com o próximo e com a sociedade em seu conjunto<sup>35</sup>, e entra em uma contínua contradição dialética com a liberdade: o homem se adapta às possibilidades objetivas que impõem determinados limites às suas decisões e à ação nela baseada — e o faz simultaneamente agindo por meio da sua própria vontade e coagido pelas condições gerais da existência que transcendem a sua vontade subjetiva. Ou seja, na sociedade o homem submete-se à causalidade, mas esta causalidade social não elimina a consciência da liberdade, não elimina a faculdade de escolher entre diversos fins (KOFLER, 2010, p. 205).

Marx e Engels (2011, pp. 96-7, 120), na verdade, se antagonizavam com dureza aos filósofos especulativos que tratavam a História de maneira teleológica, como se ela tivesse fins específicos a serem cumpridos à revelia da liberdade dos homens; como se a História tivesse fórmulas que deveria cumprir à risca ou fosse um sujeito à parte e os indivíduos reais apenas simples suportes para realizar os propósitos dela. “A História não faz nada, ‘não possui nenhuma riqueza imensa’, ‘não luta nenhum tipo de luta!’”, contrapõem com rigor os autores alemães (MARX e ENGELS, 2011, p. 111), aduzindo que quem tudo realiza é o homem real, não sendo a História outra coisa que a atividade do homem que persegue seus objetivos.

Desta forma, em resumo, o modo de produção da vida material e a história social deveras *condicionam* o presente, entretanto, não o *determinam mecanicamente*.

Com efeito, sem esta importante margem de liberdade individual, as teorias marxistas da luta de classes e da “práxis” (atividade racional em vista de um resultado) seriam incompreensíveis (PASSET, 2002, p. 73). Ante afirmações liberais tais como o famoso *fim da história* de Francis Fukuyama (onde se afirma que a história se finalizaria

---

<sup>35</sup> Relação na qual a história tem importância significativa, como o trecho marxiano supracitado aponta.

com o regime capitalista neoliberal); ou a de Bettina Bien Greaves, biógrafa e assistente de Ludwig von Mises, afirmando no epílogo da obra deste autor (2010) que o sistema econômico neoliberal é o “único sistema capaz de durar pela eternidade”, René Passet — que não é marxista — contrapõe que, paradoxalmente, Marx e Engels são menos deterministas e materialistas que os “liberais” que lhes aplicam estes dois qualificativos (PASSET, 2002, p. 73)<sup>36</sup>.

Na realidade, ainda em sua juventude, Marx (2017, p. 110) já advertia que os economistas capitalistas, de maneira ideológica, compreendiam as instituições feudais como artificiais, mas as da burguesia como naturais, independentes até da influência do tempo, com pretensas leis eternas que supostamente deveriam reger a sociedade para sempre. “Assim”, dirá Marx em frase que ficou muito famosa, os ideólogos burgueses defendem que “houve história, mas não há mais”. Houve história na medida em que existiram instituições feudais e porque nelas se encontravam relações de produção inteiramente distintas das da sociedade burguesa, que os economistas capitalistas querem fazer passar por naturais e, conseqüentemente, como eternas.

Na verdade, a história, afirma Engels (1890), é o resultado das relações conflitantes de numerosas vontades individuais, cada qual feita em condições de vida particulares. A interseção deste número infinito de forças resulta em determinado evento histórico. Isto não implica dizer que é a história é um produto de um poder que trabalha sem vontade e de maneira inconsciente. Com efeito, cada vontade individual é obstada por outra vontade individual e o que resulta é uma vontade final não antecipada pelas singularidades envolvidas. Deste modo, a história segue seu fluxo em um processo que é essencialmente sujeito à mudança, às leis do movimento. Mesmo que as circunstâncias econômicas sejam as preponderantes nas construções das vontades individuais e, mesmo que estas vontades individuais não alcancem o que desejam, mas sejam sintetizadas em um sentido coletivo, um resultante comum, isto não implica dizer que seus valores somados são iguais a zero. Pelo contrário, cada parte singular contribui para o resultado que é, em certo grau, envolvido com esta soma final.

Muitas vezes ao longo da história a concepção marxista foi acusada de ter em seu seio certo determinismo econômico, ou seja, de ser uma suposta via de mão única em que apenas a economia guiaria a sociedade, desconsiderando todos os outros atores que nela influem — erro em que, de fato, certo marxismo vulgar acabou incorrendo. Engels

---

<sup>36</sup> Cf. também Alessandro Melo, *Fundamentos socioculturais da educação*, 2012, p. 177; Valdinei Caes, *Tópicos Especiais em Filosofia Contemporânea*, 2017, p. 37.

(1890), por seu turno, além do que já foi destacado em sentido infenso a esta ideia no parágrafo acima, afirma também, de maneira bastante taxativa, que se alguém considera que “o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia” (grifo do autor). Se alguém tenta combater tal afirmação (que não foi feita), está simplesmente lutando contra moinhos de vento, afirma ele — que inclusive critica abertamente aqueles que acentuam o aspecto econômico mais do que o necessário. Com efeito, cair no economicismo mecanicista e fetichista seria cometer o erro inverso do idealismo histórico (KOFLER, 2010, p. 94). A base econômica e social não é um engenho autossuficiente, os acontecimentos e os agentes do drama histórico não são apenas determinados por ela; estes agentes concentram e desencadeiam forças que alteram ou preservam aquela “base” (FERNANDES, 2012, p. 95).

Como foi explicado, na compreensão do materialismo histórico os homens fazem sua própria história, porém, o fazem a partir de determinadas circunstâncias históricas e seguindo uma base material que condiciona o seu modo de ser e pensar. Esta realidade material, por si, não é influenciada *exclusivamente*, mas *principalmente* pelas relações sociais de produção, ou seja, pelos conflitos e contradições entre os detentores dos meios de produção e a força de trabalho.

Com efeito, o que Marx e Engels afirmam é que o *principal* elemento conducente da história é a economia, (a produção e reprodução da vida real), não que ela é o *único* elemento a influir na história humana. Deve-se frisar a diferença, posto que confundir o *principal* elemento como se fosse o *único* elemento é o mesmo que confundir o céu com a terra. Pode-se fazer uma analogia simples e bastante compreensível com um jogador de futebol que é o grande craque de seu time: mesmo sendo ele o *principal* jogador e comumente o decisivo (por isso é o craque), nem por isso ele será o *único* jogador decisivo, nem por isso só ele fará gols, nem por isso só ele será importante para o jogo. O mesmo é válido para compreender a relação da economia com a sociedade.

Esmiuçando o pensamento de si mesmo e de seu grande amigo, Engels (1890) destaca que o movimento econômico é o mais poderoso, o inicial e o mais decisivo vetor da sociedade, entretanto, outros elementos da superestrutura influenciam o curso da história e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.

Na verdade, uma compreensão econômica determinista se antagonizaria ontologicamente ao próprio materialismo dialético, que pressupõe a contínua mudança do mundo, bem como as relações entre distintos elementos antagonizando-se e

influenciando-se reciprocamente. A teoria que pressupunha os fenômenos como constantes e imutáveis, bem como desconsiderava estas múltiplas influências recíprocas, era o materialismo precedente a Marx. Justamente por discrepar desta filosofia mecânica, ele viu-se premido a elaborar a teoria do materialismo dialético. Ademais, um materialismo determinista e inexorável seria também infenso à mudança desta sociedade — que era o grande objetivo de vida do próprio Marx.

Não obstante, analisada em sua totalidade, a teoria da evolução social significa em Marx que, ao longo de toda a história, tanto em tempo há muito idos por causa da pobreza e limitações técnicas das sociedades primitivas, quanto posteriormente, por causa da divisão das sociedades em classes sociais, os homens foram coagidos a dedicar a maior parte de seus esforços à resolução dos problemas referentes à produção e à distribuição das riquezas materiais, ou seja, a isto que habitualmente chamamos de problemas econômicos. Assim, na medida em que a vida dos homens constitui uma unidade que tende para a coerência, o predomínio quantitativo do fator econômico no pensamento e no comportamento dos indivíduos acarretou sua primazia no fator dinâmico do movimento progressivo histórico. Contudo, trata-se apenas de uma primazia de fato, e não de direito, que desaparecerá naturalmente, quando a aquisição de riquezas materiais passar — por conta do desenvolvimento das forças produtivas e da transformação da estrutura social — para segundo plano na atividade dos seres humanos. É o celebre “salto” do reino da necessidade para o reino da liberdade. De todo modo, por óbvio, essa tese não implica de forma alguma em uma passividade particular da consciência e do pensamento teórico em relação à atividade econômica nos moldes em que ela se nos apresenta hoje (GOLDMANN, 1979, p. 111). A ação humana que não depende de uma obrigação social ou de uma necessidade natural, mas é determinada apenas por uma finalidade interior, não é um trabalho: é uma livre criação — independentemente do campo em que se realize. Desta maneira, o autêntico reino da liberdade começa além das fronteiras do trabalho, mas é este último quem constitui sua base histórica necessária (KOSÍK, 2002, p. 209).

Finalizamos assim este capítulo e, tendo ficado claro como a infraestrutura influencia a superestrutura, poderemos agora observar como a Teologia da Prosperidade na verdade não é outra coisa senão um epifenômeno neoliberal, ou seja: é a expressão religiosa das relações sociais capitalistas em sua versão neoliberal, carregando em seu seio as características mais elementares deste movimento socioeconômico: o consumismo, o hedonismo, o individualismo, a despolitização, a exploração extremada do homem pelo homem, a prevalência do dinheiro sobre todos os outros valores, a

atomização social dos trabalhadores, as relações basicamente interesseiras e venais, a defesa da concentração de renda etc.

Tais características são influências legadas pelo regime econômico neoliberal que, como este capítulo pôde demonstrar, não *determina*, mas *guia* a sociedade.

## 2. O Pentecostalismo e a Teologia da Prosperidade

### 2.1 A Reforma Protestante

Para que possamos compreender o fenômeno da Teologia da Prosperidade, como bem apontam as categorias do materialismo dialético, é indispensável analisar a *historicidade* desse movimento e assim poder captar seu movimento real.

Ao longo de sua história, a Igreja Católica fez uso de dois grandes arcos de conhecimento, a Tradição e a Bíblia.

Habitualmente, para os cristãos, a Bíblia é tida como a palavra de Deus expressa através da palavra dos homens (Bíblia Pastoral, 1990, p. 8). Tal conceito, no entanto, pode acarretar equívocos interpretativos. A Bíblia não foi um livro ditado pelo Criador, cabendo aos homens apenas o papel de abrir aspas e começar a transcrevê-lo. Este conceito é inadequado e inconsistente com as próprias Escrituras — basta ver os salmos, em que os homens frequentemente clamam ao Pai Celestial. Na medida em que os homens estão pedindo a Deus, não poderia ser o próprio Deus falando. Quando se fala que Deus é o autor da Bíblia, mais corretamente se compreende como Ele sendo o inspirador — e não o redator — do livro que é sagrado para os cristãos.

Na verdade, o livro religioso que é presumidamente oriundo de uma recitação — vindo daí, aliás, o significado da palavra que o nomina — é o Alcorão, livro sagrado islâmico. Os muçulmanos creem que o anjo Gabriel literalmente ditou a palavra divina para Maomé e este (que supostamente seria analfabeto) repassou a mensagem aos homens, que o transcreveram.

Já a Bíblia tem uma concepção distinta. Para os cristãos, como bem afirma Eduardo Arens (2007, p. 280), a *Bíblia não é a revelação, é o testemunho da revelação*. As vivências, fatos, acontecimentos sintomáticos da intervenção divina foram testemunhados por uma comunidade, que a transmitiu oralmente por um período mais ou menos longo conforme o caso e, em certo momento da história, isto foi transcrito (ARENS, 2007, p. 291; cf. Sl 78; Tm 2,1; 2Ts 2,15; 2Ts 3,6). Tempos depois, considerando critérios como autenticidade, relação mediata e imediata com apóstolos e as comunidades em que eles formaram discípulos, alguns destes escritos foram aceitos como canônicos<sup>37</sup>.

Desta maneira, para judeus e católicos, a Tradição é a Palavra testemunhada, vivida, pregada, escrita e celebrada (LIBANIO e MURAD, 2007, p. 67), sendo composta

---

<sup>37</sup> Os escritos que tinham origem e conteúdo duvidosos — sendo antes coleções de lendas piedosas e apresentando uma doutrina diversa daquela que remontava confiavelmente a Jesus e aos apóstolos — foram rejeitados como ilegítimos, e são conhecidos pelo nome de apócrifos (ARENS, 2007, pp. 53-4).

pelo conjunto vivo de informações, valores, cultura e estudo, comunicados de forma oral e escrita, que foram sendo acumulados, aperfeiçoados, e transmitidos ao longo do tempo.

É certo que tanto o Antigo quanto o Novo Testamento são oriundos da Tradição judaico-cristã. Conhece-se o redator de apenas um livro do Antigo Testamento, Ben Sirá, autor do Eclesiástico — um dos livros deutero-canônicos. Já do Novo Testamento, sabe-se que algumas cartas atribuídas a Paulo efetivamente são de sua autoria. Todos os demais livros são oriundos da Tradição<sup>38</sup>.

A parte nuclear da Bíblia, que são os evangelhos, não foram escritos sucessivamente — que dirá simultaneamente — aos acontecimentos ocorridos ao redor de Cristo. Acredita-se que o primeiro evangelho escrito tenha sido o de Marcos, entre os anos 64 e 70; já o de Mateus e Lucas — que possivelmente utilizaram Marcos como fonte — foram redigidos entre 75 e 90. O evangelho segundo João, que se dissocia por sua estrutura e fontes fundamentais dos três sinóticos, possivelmente foi escrito nos últimos anos do primeiro século (Bíblia de Jerusalém, 2002, pp. 1693, 1839-1840).

Desta maneira, a Bíblia é oriunda da Tradição, entretanto, em uma relação dialética, a partir do momento em que foi realizada e aceita através dos concílios católicos (com especial relevância o de Cartago), ela também passa a influir determinadamente na Tradição.

Desde seu primeiro Papa — Simão Pedro — a Igreja Católica foi carreando o cristianismo com a Bíblia e a Tradição, de maneira particularmente tumultuosa e árdua nos tempos primevos, por conta das perseguições advindas tanto de judeus quanto de romanos.

Entretanto, tudo mudaria quanto Constantino — um dos líderes que disputavam o controle do império romano —, às vésperas da crucial batalha contra o imperador rival Maxêncio, na Ponte Mílvio, junto aos muros de Roma, teve um sonho ou uma visão. Este sonho ou visão mostrava que se Constantino pintasse um monograma cristão nos escudos de seus soldados, com as palavras “in hoc signo vinces” (“com este sinal vencerás”), ele superaria seu adversário — o que veio a acontecer (READ, 2001, p. 39).

Depois do evento, Constantino passou a tributar à intervenção do Deus dos cristãos sua vitória e isto mudou toda a correlação de forças desta religião até os dias

---

<sup>38</sup> No sentido de terem sido transcritos tempos depois dos fatos acontecidos. Obviamente, Ben Sirá e o apóstolo Paulo também beberam fartamente da Tradição e a utilizaram como referencial para seus escritos.

hodiernos. Antes perseguido, o cristianismo em poucas décadas, passou a ser a religião oficial do império — sobrevivendo mesmo à queda de Roma<sup>39</sup>.

Conformando-se como uma estrutura de poder, a Igreja manteve relações mais ou menos tensas com os reis europeus medievais. Bertrand Russell (1969, p. X), ateu convicto, afirma que em geral, ao longo da Idade Média a aristocracia feudal foi estúpida, ignorante e bárbara; no conflito entre o poder clerical e secular, as pessoas comuns tomaram o partido da Igreja, devido a um procedimento superior no que tange à nobreza, inteligência, moralidade e capacidade de combater a anarquia:

A capital do Império Ocidental, no fim do século IV, era Milão, da qual Ambrósio era bispo. Seus deveres punham-no constantemente em contato com os imperadores, com os quais falava como um igual e, às vezes, como um superior. Suas relações com a corte imperial ilustram um contraste geral característico da época: enquanto o Estado era fraco, incompetente, governado por homens sem princípios, que procuravam defender apenas seus próprios interesses, sem qualquer política que fosse além de expedientes do momento, a Igreja era vigorosa, hábil, dirigida por homens prontos a sacrificar tudo no interesse dela, e possuidora de uma política de tão grande alcance que lhe assegurou a vitória durante os mil anos subsequentes. É verdade que esses méritos eram com frequência contrabalançados pelo fanatismo e pela superstição, mas, sem eles, nenhum movimento reformador poderia haver triunfado naquele tempo. (RUSSELL, 1957, p. 35)

Entretanto, o famoso aforismo do historiador inglês John Dalberg-Acton diz que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente<sup>40</sup>. A miscelânea do poder secular com o poder eclesiástico legou graves problemas para a Igreja. O mesmo Russell (1969, pp. 118-22) atesta a degradação ocorrida com o passar do tempo. O poder secular conseguiu se imiscuir e impor seus métodos na Igreja, a nomeação de novos bispos passou a ficar praticamente toda nas mãos dos reis — e estes vendiam os cargos eclesiásticos como se vende um produto qualquer. Por si, os bispos que haviam comprado esta posição também vendiam a nomeação em cargos inferiores. Deste modo, o corpo eclesiástico foi tomando como objetivo principal o lucro, através das mais variadas e esdrúxulas formas, transformando a Igreja em reles comércio. Tal deterioração catalisou o movimento da Reforma Protestante no século XVI<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Fato este que marcou o início da Idade Média.

<sup>40</sup> Na verdade, uma simplificação de sua frase: “O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente, de modo que os grandes homens são quase sempre homens maus”.

<sup>41</sup> Convém pontuar que, devido a divergências teológicas, disciplinares, políticas e históricas (disputas internas entre o Império Romano do Ocidente e do Oriente), na verdade, a primeira grande secessão da Igreja foi o Cisma do Oriente, em 1054. Desta fragmentação surgiu a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa,



Independentemente dos motivos políticos que também subjaziam a aceitação da Reforma Protestante<sup>42</sup>, capitaneada em seu desfecho por Martinho Lutero<sup>43</sup>, ela foi uma forte reação aos desmandos mercantis que foram progressivamente corrompendo a Igreja, especialmente a simonia: a prática da venda de indulgências e sacramentos, o comércio de relíquias (supostamente) sagradas e a venda de cargos eclesiásticos.

Foi em 1519, durante um debate público com Johann Eck (professor de teologia em Ingolstadt) em Leipzig, que Lutero explicitou pela primeira vez sua polêmica nova doutrina *sola scriptura*, “somente a escritura” (ARMSTRONG, 2007, p. 162).

A base teológica da Reforma Protestante defendia o *Solo Christo* (Somente por Cristo — não mais junto com Maria), *Sola Fide* (Somente pela Fé — não mais pelas obras), *Sola Gratia* (Somente pela Graça — não mais através de pagamentos) e o *Sola Scriptura* (Somente pelas Escrituras — não mais pela Tradição e nem pela interpretação da Bíblia que a direção da Igreja ensinava), que sustenta os outros pilares (SILVEIRA, 2007, p. 26)<sup>44</sup>. Esta nova igreja, portanto, nascia sob dois conceitos basilares: o vínculo categórico à Bíblia e a oposição às práticas mercantis e corruptoras que haviam degradado a Igreja.

Como poderemos analisar com mais acuidade ao longo desta pesquisa, séculos depois, as mesmas causas que levaram à Reforma se repetem nos procedimentos, nas características e no *modus operandi* das instituições que adotam a Teologia da Prosperidade.

## 2.2 Pentecostalismo e neopentecostalismo

A Teologia da Prosperidade é sobejamente adotada nas igrejas pentecostais e neopentecostais, por isto, faz-se necessário explicitar a origem destes dois movimentos

---

liderada pelo patriarca e sediada em Constantinopla — dissociando-se assim da Igreja Católica Apostólica Romana, liderada pelo papa.

<sup>42</sup> Diversos reis acolheram a conversão não por motivos religiosos, mas porque o novo clero luterano não tinha o poder, a capacidade mobilizadora, a história e a influência da Igreja Católica — que muitas vezes rivalizava com o poder secular em conflitos de distintas ordens. Desta maneira, era muito conveniente para a nobreza ter seus súditos sob uma instituição mais fraca, que não tinha condições de disputar precedência consigo. A rivalidade entre o poder secular e o religioso católico também tinha sido um dos principais responsáveis pelo cesaropapismo bizantino.

<sup>43</sup> Habitualmente as correntes protestantes se dividem em Reforma: Luterana, Zwingliana, Calvinista, Radical e Anglicana (MARIA, 2012, p. 19).

<sup>44</sup> Existe também o conceito, um pouco menos famoso, do *Soli Deo gloria* (glória somente a Deus), que não admite que se preste homenagens e honrarias a pessoas que tiveram uma vida de destaque em nome da causa cristã — concepção que notoriamente visava se antagonizar aos santos católicos.

religiosos que acabaram com o tempo se imiscuindo e têm como origem a ênfase na terceira pessoa da trindade.

O termo *Pentecostes* significa em grego quinquagésimo dia. Para os cristãos esta data se vincula à efusão do Espírito Santo — materializada por línguas de fogo que pousaram sobre os apóstolos no quinquagésimo dia da ascensão de Jesus aos céus<sup>45</sup>. Na Bíblia o evento é descrito especialmente no segundo capítulo do livro Atos dos Apóstolos, onde se mostra que interlocutores de origens e línguas diversas (partos, medos, elamitas, mesopotâmicos etc.) passaram a compreender a língua dos apóstolos — em uma espécie de Torre de Babel às avessas. Posteriormente, Paulo relata outras utilizações da glossolalia, inclusive advertindo contra seu uso desmesurado e sem razão de ser, quando nenhuma pessoa da comunidade traduz para as demais o que está sendo dito em idioma estranho (cf. 1Cor 12; 14).

Tendo este evento teológico como grande exemplo, o movimento pentecostal foi uma iniciativa reformadora dentro do protestantismo e está intrinsecamente vinculado a um processo de grande mudança tanto no campo socioeconômico quanto no campo religioso dos Estados Unidos. No final do século XIX e início do século XX, este país ainda sofria os efeitos da Guerra Civil (1861-1865), da abolição da escravatura (1863) com suas renitentes tensões raciais, da crise no sul agrário e a consequente migração rumo ao norte mais desenvolvido, da chegada de milhões de imigrantes europeus emigrados de suas pátrias por conta da pobreza e conflitos diversos. É no meio deste contexto, que contava ainda na parte religiosa com forte influência do avivalismo wesleyano inglês, que o movimento pentecostal emerge juntamente com outros movimentos religiosos, tais como os mórmons, as testemunhas de Jeová e o adventismo do sétimo dia (COSTA, 2011, p. 40; SANTOS, 2010, p. 28).

O movimento pentecostal é oriundo da escola bíblica Betel, coordenada por Charles Fox Parham no ano de 1900, na cidade de Topeka, Kansas. Um de seus alunos, William Joseph Seymour (negro e filho de ex-escravos) em abril de 1906 deu início àquele que é chamado de “reavivamento da Rua Azusa”, na cidade de Los Angeles, Califórnia (SANTOS, 2010, p. 29). Em cultos sem maiores rigores formais, este movimento tinha como concepção matricial a crença de que o Espírito Santo segue agindo no mundo contemporâneo da mesma maneira que fez com os apóstolos outrora, dotando as pessoas com dons e carismas (MARIANO, 2014, p. 10; FARIA, 2017, p. 182).

---

<sup>45</sup> Os judeus comemoram outro Pentecostes, a entrega da Torá no quinquagésimo dia depois do Êxodo do Egito.

Girando ao redor da atuação do Espírito Santo nos dias hodiernos e seu batismo através dele (Mt 28,18-20; Jo 3,5; At 1,5.8; 8,16), as características emblemáticas do movimento pentecostal da rua Azusa eram: a glossolalia, o intenso teor emocional, a realização de milagres diversos, as curas divinas, as profecias e, não menos importante, seu caráter popular. O movimento contava com a participação ativa de estratos mais desfavorecidos da sociedade, especialmente de negros, que ainda sofreriam perseguição e segregação por parte do Estado norte-americano por décadas. Apenas no final da década de 1960 o movimento pelos direitos civis finalmente conseguiu acabar com o racismo (oficial) por parte do governo — mesmo que não necessariamente o tenha conseguido pelos motivos mais nobres<sup>46</sup>.

Osiel Carvalho (2010, pp. 54-56) afirma que setores católicos e protestantes consideravam os pentecostais uma seita herética, caracterizada pelo fanatismo religioso. Entretanto, os fiéis pentecostais, sendo oriundos dos estratos mais desvalidos da sociedade (muitas vezes sem sequer terem sido alfabetizados), ali se sentiam relevantes, pois podiam pregar, exercer liderança e obter reconhecimento social sem passar pelos amplos critérios selecionadores comuns às outras religiões. Afinal de contas, para os pentecostais, era a intervenção do Espírito Santo que determinava a compreensão das Escrituras e não um rigor teórico em seus estudos. Em sua defesa, os pentecostais argumentavam que os apóstolos também não eram pessoas estudadas e que Jesus preferira as pessoas simples aos doutores da Lei — o que de fato é coerente com o texto bíblico<sup>47</sup>. Destarte, sem amplo conhecimento teológico, suas pregações eram caracterizadas pelo amplo apelo à emoção (e não à razão), pela ausência de silêncio, concentração e calma — fatos que ainda hoje se fazem presente e os dissociam da Igreja Católica e protestantes tradicionais, que habitualmente possuem pregações mais sóbrias e racionais.

Com esta base teológica, os missionários pentecostais se espalharam em diversos países do mundo e inúmeras denominações são decorrentes deste movimento, que chegou ao Brasil especialmente através dos missionários suecos Gunnar Vingren (1879-1933) e

---

<sup>46</sup> Domenico Losurdo (2006, pp. 358-359) destaca a correspondência enviada em dezembro de 1952 pelo ministro da justiça dos Estados Unidos à Suprema Corte, durante a discussão a respeito da integração de crianças negras e brancas em escolas públicas. Na carta aos juízes, o ministro defendia a integração por conta do risco de os EUA perderem os negros para o movimento comunista — não só no Oriente e no Terceiro Mundo, mas também em seu próprio país. Ou seja, a defesa pela integração das crianças não se dava pela luta contra o racismo em si, mas apenas como um cálculo político visando impedir o crescimento do movimento comunista nesta camada mais desfavorecida da população estadunidense.

<sup>47</sup> Cf., por exemplo, 1Cor 1,26-31.

Daniel Berg (1884-1963)<sup>48</sup> — que vinham de um país então pobre e rural, muito longe de ser a próspera sociedade de bem-estar social que se tornaria décadas depois. Como todos os pentecostais, eles tiveram por base teológica os EUA, sendo provenientes do círculo de Willian Durham (COSTA, 2011, pp. 47-48). Com suas pregações, Vingren e Berg cindiram em 1910 a igreja Batista que os havia acolhido e fundaram a Assembleia de Deus no estado do Pará (BOBSIN, 1995, pp. 22-23; VITAL e LOPES, 2012, pp. 54-55).

Em obra seminal sobre o neopentecostalismo, Ricardo Mariano (2014, p. 23) destaca que as primeiras igrejas pentecostais a chegarem ao Brasil, no período denominado de pentecostalismo clássico, foram a Congregação Cristã e Assembleia de Deus, respectivamente em 1910 e 1911. Naquela que é chamada de segunda onda<sup>49</sup> pentecostal (décadas de 1950 e 1960) surgiram outras denominações (Deus é amor, Quadrangular etc.) e, por fim, a terceira onda — de caráter neopentecostal, que surgiu no final dos anos 1970 promovendo grandes mudanças nas igrejas protestantes, com a criação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), Igreja Renascer em Cristo, Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra etc. (cf. MARIA, 2012, p. 45; RAMOS, 2012, p. 27).

O neopentecostalismo — uma espécie de desdobramento do pentecostalismo (SANTOS, 2015, p. 8) — começou no Brasil com a vinda do missionário canadense Robert McAlister, que fundou a igreja de Nova Vida no Rio de Janeiro, focada no combate espiritual ao demônio (que, para os neopentecostais, se materializa nas religiões espíritas e de terreiro<sup>50</sup>) e no crescimento financeiro de seus fiéis (vinculado ao

---

<sup>48</sup> De fato, é o ítalo-americano Luigi Francescon (1886-1964), também chamado Louis Franciscon, quem efetivamente inicia o pentecostalismo no Brasil, em 1910, fundando uma instituição que mais adiante seria a Congregação Cristã do Brasil (SANTOS, 2010, p. 29; RODRIGUES, 2002, p. 55), fruto de uma cisão por ele ocasionada dentro da igreja Presbiteriana. Entretanto, a Congregação Cristã se recusava a pregar em praças públicas, não divulgava quem tinha dons de profecia e cura, por isso, não chegou nem perto da relevância e êxito da Assembleia de Deus — que é a maior instituição evangélica do Brasil, com quase 50% dos devotos deste campo religioso (RAMOS, 2012 p. 30; VITAL e LOPES, 2012, p. 56). De todo modo, deve-se considerar que a Assembleia de Deus compõe um conjunto de igrejas — muitas delas concorrentes entre si.

<sup>49</sup> A utilização da metáfora marinha é comum para classificar o movimento pentecostal nos EUA. A história mundial do protestantismo também apresenta três grandes ondas: a puritana, a metodista e a pentecostal (MARIANO, 2014, p. 28).

<sup>50</sup> Utiliza-se nesta pesquisa a expressão *religiões de terreiro* ao invés de *afrodescendentes*. Oriundo da África, o candomblé e demais religiões irmãs tiveram amplo crescimento no território brasileiro, inclusive desenvolvendo características próprias. Já a umbanda — uma religião sincrética, que adota elementos do candomblé, do catolicismo e do espiritismo — não é afrodescendente. Na verdade, a umbanda é a única religião de massas brasileira de nascença, deste modo, designá-la como afrodescendente seria objetivamente equivocado.

pagamento de dízimos e ofertas<sup>51</sup>). Esta igreja não obteve muito êxito, especialmente por seu discurso elitista, centrado na classe média. Ademais, depois da morte do fundador da igreja, seu filho pouco carismático e diplomático não soube manter sua unidade, levando a uma estrutura descentralizada (congregacional)<sup>52</sup>.

A igreja de Nova Vida não se difundiu amplamente, mas foi ela o laboratório onde Edir Macedo e seu cunhado, Romildo Ribeiro Soares (mais conhecido como R. R. Soares), se formariam como lideranças religiosas. Os dois, juntamente com Roberto Augusto Lopes e os irmãos Fidélis e Samuel Coutinho saíram em 1975 de Nova Vida e fundaram a Cruzada do Caminho Eterno, na qual Edir Macedo (que era funcionário da Loterj), por ter experiência com números em seu trabalho, se tornou tesoureiro. Devido a desentendimentos com os irmãos Coutinho, dois anos depois Edir Macedo, R. R. Soares e Roberto Augusto Lopes fundaram outra igreja, a Igreja Universal do Reino de Deus.

No início da Universal, R. R. Soares era seu líder e principal pregador, entretanto, sua liderança começou a ser superada pelo carisma, dinamismo e pragmatismo de Edir Macedo, que passou a exercer uma liderança com estilo autoritário e centralizador. Macedo foi progressivamente obtendo ascendência sobre o comando da igreja e, em certo momento, os dois chegaram a um dissenso. Por iniciativa de Macedo, no ano de 1980 ocorreu uma disputa pelo comando da instituição entre ele e seu cunhado. R. R. Soares foi derrotado na votação do presbitério por 12 votos a 3, recebeu uma compensação financeira e fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus. Passando a reinar sozinho, com um comando dinâmico, carismático e competente, Edir Macedo foi nomeado bispo e estabeleceu aquele que seria o maior e mais poderoso império neopentecostal<sup>53</sup>.

A Igreja Universal do Reino de Deus é a grande fundadora e propagadora do neopentecostalismo no Brasil. As outras inúmeras igrejas que se fundariam depois dela

---

<sup>51</sup> No contexto do neopentecostalismo, o dízimo implica obediência, fidelidade e reconhecimento, enquanto a oferta implica confiança, renúncia e sacrifício (SANTOS, 2015, p. 85). Em outros termos, o dízimo seria o pagamento obrigatório e, em tese, traria recompensas divinas; já a oferta é para quem tenciona subir ainda mais de vida — tanto mais longe quanto mais rápido. Para as lideranças neopentecostais, com as ofertas o fiel poderia exigir de Deus as devidas recompensas (RODRIGUES, 2002, p. 75).

<sup>52</sup> Para estas informações sobre a igreja de Nova Vida e a subsequente fundação da IURD, cf. MARIANO, 2014, pp. 42, 51, 55-56, 157-158; BARBIERI JUNIOR, 2007, pp. 23-24; SANTOS, 2010, pp. 16, 44, 53; TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 115.

<sup>53</sup> Por iniciativa de Edir Macedo, o fundador remanescente, Roberto Lopes, se candidatou a deputado federal em 1986, tendo sido eleito com 54.332 votos pelo PTB/RJ. Entretanto, afirmando que Macedo passara a ter uma visão somente mercantilista e empresarial, não sendo mais nada do que era quando a igreja começou, Roberto Lopes rompeu com o líder da IURD em 1987 e retornou à igreja de Nova Vida (MARIANO, 2014, p. 56).

foram determinantemente influenciadas pela sua práxis, copiando em maior ou menor grau seu *ethos* exitoso.

O avanço neopentecostal pode ser observado empiricamente pela pulverização de igrejas ao longo do país (especialmente nas periferias) e, de maneira mais precisa, através do Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na Tabela 1 pode-se observar o crescimento expressivo do número de evangélicos na população brasileira (13 pontos percentuais nos últimos 20 anos). Deve-se destacar também que o aumento foi mais acentuado no final do período analisado, sendo que o último Censo foi realizado no já longínquo 2010 — a tendência é de aumento relativo e absoluto do número de evangélicos no próximo recenseamento e, naturalmente, o movimento inverso para os católicos.<sup>54</sup>

Religião	1970	1980	1991	2000	2010
Católica	91,8%	89,2%	83,3%	73,7%	64,6%
Evangélica	5,2%	6,6%	9,0%	15,2%	22,2%
Demais religiões	2,25%	2,6%	2,6%	4%	5,2%
Não possui religião	0,75%	1,6%	5,1%	7,1%	8,0%

*Tabela 1 — Crescimento evangélico no Brasil*

Fonte: IBGE — Elaboração própria.

Também pode-se constatar na Tabela 1 a respectiva diminuição católica (27 pontos percentuais), perdidos especialmente para os evangélicos e pessoas que não possuem crença religiosa<sup>55</sup>.

Outro ponto a se destacar é que as igrejas protestantes atuam no Brasil desde o século XVI e as pentecostais desde 1910, mas não obtiveram no período grande evolução em seu crescimento. É com o avanço neopentecostal, iniciado no final dos anos 70 que significativa mudança começa a ocorrer.

A Tabela 2 estratifica os dados do Censo de 2010. Nela pode-se observar o evidente triunfo pentecostal (o Censo não os subdivide entre pentecostais e neopentecostais) frente aos protestantes históricos. A despeito de estes últimos serem

<sup>54</sup> Van Der Watt (2012, p. 41) destaca que em 1910 havia menos de 100.000 evangélicos na América Latina e hoje são mais de 150 milhões; cerca de 1,6 milhões na África e hoje são 175 milhões; 4 milhões nos países asiáticos e oceânicos, e hoje são mais que 200 milhões — demonstrando evidente êxito missionário.

<sup>55</sup> Ressalte-se que o número de pessoas sem religião também aumentou significativamente no período (mais de 1000%).

mais antigos, são os pentecostais que avançaram fortemente e hoje são ampla maioria entre os não-católicos.

Total de evangélicos em 2010	De missão (protestantes históricos)	Pentecostais	Evangélicos não-determinados
42.275.440	7.686.826	25.370.484	9.218.129
100%	18,2%	60%	21,8%

Tabela 2 — Subdivisão evangélica no Brasil

Fonte: IBGE — Elaboração própria.

Outro ponto a ser considerado na Tabela 2 é que o número de evangélicos não-determinados é muito alto, entretanto, pode-se inferir que o número de pentecostais neste campo é predominante — isto porque o trânsito neste meio é muito intenso. Moab Costa (2011, p. 135), por exemplo, relata que 39% dos fiéis da Assembleia de Deus visitam e participam de cultos e campanhas de outras denominações religiosas<sup>56</sup>.

Quando passam por algum tipo de decepção dentro de suas instituições, é comum que estes devotos mudem de denominação — até porque, muitas vezes já são pessoas que mudaram de religião, migrando da católica para uma neopentecostal. Depois desta primeira mudança — naturalmente mais difícil e impactante — a migração para outra igreja que possui o mesmo *ethos* é muito mais pacífica. Desta forma, os pentecostais e neopentecostais não são caracterizados por ampla estabilidade em suas instituições. Por isso, é muito mais fácil que a pesquisa capte um momento de transição dos fiéis entre estas igrejas.

Todavia, um ponto importante a se destacar é que esta mobilidade se dá *dentro* do campo pentecostal/neopentecostal. Habitualmente estes fiéis pentecostais e neopentecostais que se desencantaram com suas igrejas não migram para as protestantes históricas, tampouco para a Católica (de onde muitos, inclusive, são provenientes) — um fato digno de atenção<sup>57</sup>.

Pôde-se observar o crescimento pentecostal/neopentecostal em relação aos protestantes históricos, convém agora esmiuçar seus elementos constitutivos.

<sup>56</sup> Outro movimento muito comum é a migração de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus para a Igreja Mundial do Poder de Deus (cf. NUNES, 2007, p. 94), de propriedade de Valdemiro Santiago — que antes de fundar sua igreja era pastor da IURD e dela reproduz basicamente todas as práticas.

<sup>57</sup> Para as causas desta migração dentro do mesmo campo, cf. Barbieri Júnior, *A troca racional com Deus*, 2007, pp. 81-82, 85.

Para Ricardo Mariano (2014, pp. 29, 36, 55, 231), as principais características das igrejas pentecostais são o ferrenho anticatolicismo, a ênfase na glossolalia, a crença na volta iminente de Cristo, o ascetismo contracultural, o regramento puritano dos costumes, o antiecumenismo, a presença de grandes líderes em seu seio, a utilização intensa dos meios de comunicação de massa, a expressividade emocional, a contínua fragmentação em novas igrejas (processo que o autor, com precisão, alcunha de “cissiparidade”), a pregação da cura divina e a participação ativa na política partidária através do campo conservador.

Entretanto, diante da rigorosidade da lei pentecostal, do critério patológico oriundo deste mecanismo de controle denominacional, da perda de fiéis e do pouco crescimento (SAQUETTO, 2007, p. 81), o neopentecostalismo, movimento religioso com critérios muito mais mundanos, obteve êxito bem maior. Ante o rigor do pentecostalismo, Edir Macedo, proprietário da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em entrevista à revista *Veja* em novembro de 1990, remetendo à canção de Caetano Veloso, afirma que em sua instituição “é proibido proibir” — expressando sua acomodação à sociedade e seu antagonismo frente ao isolacionismo cultural promovido pelas igrejas pentecostais, que tinham restrições severas quanto aos costumes. Na verdade, o rigor neopentecostal sobre seus fiéis não se dá em austeras exigências relativas aos costumes, mas sim em demandas financeiras (cf. RAMOS, 2012, p. 54).

Com efeito, se antagonizando brutalmente ao comedimento e discrição pentecostais, Edir Macedo explicita em sua biografia (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 86): “— Sexo é para ter prazer. A cama é a base de uma aliança no altar. Não são os filhos, o dinheiro nem o carinho. Se um não der o que o outro precisa, já era. É uma necessidade humana, é como comer e beber. (...) Quando faço sexo, vou para o altar mais forte”.

De qualquer maneira, esta pretensa liberalidade é enganosa, as publicações oficiais da IURD exercem diferentes formas de opressão e controle sobre as mulheres, para que elas adotem um comportamento submisso ao marido ou a outra figura masculina da família, direcionando como elas devem se comportar no casamento e antes dele. A questão que é que estas restrições se dão no campo moral e são implícitas — não são explícitas e estereotipadas, como a proibição de maquiagens, roupas e afins que caracterizavam o pentecostalismo clássico (LOPES, 2016, p. 71). De fato, em sua biografia, Edir Macedo especifica aquilo que ele pensa ser o papel da mulher:



O homem é que deve colocar-se como líder numa relação conjugal. Esse entendimento nasce à luz da Bíblia. O homem é a cabeça, e a mulher o corpo. Imagine um corpo sem cabeça ou vice-versa. Impossível existir relacionamento. Na direção da Igreja Universal, conhecemos exemplos desse tipo. Quando a mulher manda no marido, o pastor não cresce. Ela domina e não dá certo. (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 226)<sup>58</sup>

Ricardo Mariano (1996, p. 27) aponta como um dos motivos que caracterizaram a migração do pentecostalismo para o neopentecostalismo o aumento do intercâmbio com igrejas e pregadores estrangeiros<sup>59</sup>, com a respectiva adoção dos modismos deste meio religioso. Importaram-se teologias, literatura, ritmos musicais, manifestações extáticas e novos rituais, renunciando ao fardo ascético e sectário que imperara até então. Tais mudanças foram tão significativas que nem as seitas mais severas conseguiram escapar.

Diversos autores<sup>60</sup> se debruçaram sobre o neopentecostalismo, destacando como seus principais atributos (além de alguns que são comuns às igrejas pentecostais já aqui destacados): pregação enfática da Teologia da Prosperidade, transformação de Cristo em uma panaceia para todos os males terrenos, exacerbada batalha espiritual entre Deus e o Demônio, acomodação ao mundo e liberação dos costumes (nestes dois aspectos exercendo um contraponto aos pentecostais), redução da mensagem pentecostal a aspectos mágicos<sup>61</sup> e, não menos importante, o fato de se estruturarem de maneira empresarial, tendo algumas delas inclusive fins lucrativos. Podemos agregar a estes predicados: a realização sistemática de megaeventos<sup>62</sup>, a intolerância contra religiões

---

<sup>58</sup> Para se manter o devido rigor teórico, nesta pesquisa não se fez maior utilização das falas captadas em pregações, pois eventualmente poderiam ser dizeres imprecisos, ditos no calor da emoção e que poderiam levar a entendimentos sensacionalistas quando retirados de seu contexto. Entretanto, como neste caso é uma fala recorrente e amparada em escritos do autor no mesmo sentido, deve-se destacar que há inúmeras falas de Edir Macedo, comumente reproduzidas em redes sociais, destacando que quem deve mandar no casamento é o homem. Para Macedo, se uma mulher não se sujeita a um homem, se sujeita a infelicidade. Cf. <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/24/edir-macedo-diz-que-so-deixou-filhas-fazerem-faculdade-apos-casamento.htm>>; <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/edir-macedo-palestra-sobre-como-ensinou-suas-filhas-a-serem-submissas-se-nao-ficar-sujeita-ao-homem-vai-ser-infeliz/>>. Acesso em 03/10/2020.

<sup>59</sup> Convém pontuar que se estas mudanças começaram através da influência no Brasil de pregadores oriundos de diversos países (MARIANO, 2014, pp. 39-40), hoje ela também ocorre em sentido inverso (GARRARD-BURNETT, 2012, p. 21).

<sup>60</sup> Cf. Ricardo Mariano (2014, pp. 9, 36), Maria Santos (2015, p. 8), Argentina Ramos (2012, p. 36), Rubem Maria (2012, pp. 46-47), Oneide Bobsin (1995, p.30) etc.

<sup>61</sup> Pode-se definir a magia como a manipulação do sagrado por sacerdotes detentores de poderes sobre-humanos, que conseguem coagir os elementos da natureza e as divindades a atenderem às suas demandas. Um religioso cultua e se submete aos desígnios divinos, já um mago domina e impõe sua vontade aos deuses através de métodos específicos. Os líderes neopentecostais adotam uma postura ambivalente, majorando um ou outro papel conforme o caso e a conveniência. Desta maneira, pode-se classificá-los como mágico-religiosos.

<sup>62</sup> Barbieri Júnior (2007, p. 28) considera que estes megaeventos — tais como os famosos que a IURD realizou lotando o Maracanã e o Maracanãzinho em 1989 e no ano 2000 — são fundamentais no processo de institucionalização da igreja, pois a legitimam e consolidam seu espaço no campo religioso, fortalecem os laços entre os fiéis, promovem uma grande divulgação, já que o ajuntamento de dezenas de milhares de

espíritas e de terreiro<sup>63</sup>, a ocorrência contínua de supostos milagres, o televangelismo com características de animação de auditório, a desvalorização do mundo transcendental pelo mundo material, a ausência de rigor exegético ou hermenêutico na análise bíblica e, de modo muito significativo, o fato de estas igrejas terem proprietários, que centralizam fortemente o poder em si<sup>64</sup>.

Este último aspecto destacado é só uma das antinomias presentes neste campo religioso. Se as igrejas neopentecostais estimulam a liberdade de expressão religiosa e a presença massiva de leigos com grande importância em sua estrutura, por outro lado, possuem um comando verticalizado, que não pode ser descrito como ditatorial, mas sim mercadológico: estas igrejas possuem proprietários, e o que eles decidem, deve ser acatado — como ocorre em qualquer negócio comercial. Se por um lado criticam a Igreja Católica pelo culto aos santos, por outro, promovem um culto à personalidade de suas próprias lideranças, os auto-alcunhados “ungidos de Deus”, que muitas vezes são venerados em suas agremiações<sup>65</sup>. Se por um lado evitam sistemas teológicos rígidos, possuindo uma ritualística simplória, um conhecimento exegético e hermenêutico deficientes, por outro lado, a leitura que fazem da Bíblia é literal e fundamentalista — muitas vezes pregada através da memorização de alguns versículos soltos e absolutamente descontextualizados. Por um lado, mostram que as pessoas não devem se

---

peças chama a atenção do grande público (e mesmo da mídia), o que promove uma renovação dos votos de fé na igreja, fortalecendo seu papel como instrumento de salvação. Podemos complementar ainda que tais megaeventos são uma demonstração de força para os próprios membros, pois estes percebem que suas lutas são individuais, mas não solitárias.

<sup>63</sup> Esta intolerância tem vários níveis e formas de atuação, mas o que começa no discurso, naturalmente, em algum momento se materializa na prática. Um caso sintomático é o dos “traficantes evangélicos” que, com anuência e estímulo de seus pastores, expulsam, proíbem, perseguem e destroem terreiros de candomblé e umbanda nas comunidades onde detêm domínio. Nas comunidades carentes do Rio de Janeiro este fato já não é pontual, mas sim sistemático.

Como bem lamenta Karen Armstrong (2009, p. 204), a busca de uma identidade diferente muitas vezes coexiste com o terror de um outro “estereotipado”, visto como inimigo. O medo paranoico de conspiração continua caracterizando uma reação às perturbações da modernização e se evidencia de modo especial nos movimentos fundamentalistas cristãos, judeus e muçulmanos, que cultivam uma imagem distorcida e em geral maléfica de seus adversários, por vezes retratados como diabolicamente maus. Para Bruna Dantas (2011, p. 124), em contexto de polarização social é comum que os grupos elaborem uma imagem estereotipada do inimigo, que passa a concentrar toda a maldade do mundo. Isto justifica a violência, as ameaças e os ataques contra este pretense inimigo, procedimentos que em outras circunstâncias seriam socialmente condenáveis. Este inimigo serve ainda para intensificar os laços de confiança e solidariedade entre os membros do grupo.

<sup>64</sup> Esta última peculiaridade é sintomática. É um fato estranho a toda história do cristianismo e é tão relevante que pode, por si só, estabelecer uma nova metodologia de classificação dentro das igrejas protestantes: aquelas que possuem e as que não possuem donos.

<sup>65</sup> Em franco antagonismo ao *Soli Deo gloria*. Um exemplo paradigmático é o da Igreja Mundial do Poder de Deus: o símbolo ostentado nas partes externas de suas igrejas não é a cruz que caracterizou o cristianismo outrora, mas sim fotos de seu proprietário com seu destacado chapéu, eventualmente acompanhado de sua esposa.

submeter a situações de penúria e miséria, por outro, vinculam esta situação precária a uma suposta intervenção demoníaca sobre os fiéis e a ausência de pagamento de contribuições financeiras à igreja — e não a uma condição socioeconômica predatória e excludente, alienando seus fiéis e promovendo respostas individuais a problemas coletivos. Por um lado, criticam o catolicismo por terem imagens, por outro, adotam diversos elementos com supostas características mágicas, tais como sal grosso, arruda, óleo, velas, pedras, água milagrosa do Rio Jordão, corredor dos milagres; tapete, azeite, sabão em pó (e muitos outros objetos) unguídos etc. Por um lado, atacam as religiões espíritas e de terreiro, vinculando-as a entidades demoníacas, por outro, não vivem sem este mesmo Demônio e a pretensa “batalha espiritual” — que mantém a tensão emocional da qual são sumamente dependentes para não perder seus fiéis<sup>66</sup>. Por um lado, se apresentam como superiores à sociedade em que vivemos, por outro, reproduzem uma prática religiosa imbricada nos valores capitalistas neoliberais desta mesma sociedade. Por um lado, possuem lideranças com severas contradições éticas e problemas diversos junto à justiça; por outro, exercem um moralismo agressivo, sempre com a candente ideia de que são os portadores de virtudes que a outros faltam (basicamente tudo que não é igual a si mesmo, é demoníaco). Por um lado, têm um discurso que se apresenta como universal, por outro, são excludentes, preconceituosos e intolerantes com os que não são seus correligionários. Por um lado, afirmam auxiliar os mais desfavorecidos, por outro, extraem agressivamente dinheiro destas pessoas humílimas a quem dizem auxiliar e, ainda pior, legitimam e naturalizam a condição socioeconômica que gera a pobreza da qual elas são vítimas.

Entretanto, conforme pôde ser observado nos dados apresentados na Tabela 1, a despeito destas múltiplas contradições e outras mais, é só quando o neopentecostalismo emerge que ocorre um amplo crescimento do protestantismo no Brasil. Este evidente êxito acabou por promover mudanças também no perfil das igrejas pentecostais. Enquanto seus fiéis eram majoritariamente humildes, o ascetismo e o sectarismo não geraram maiores tensões internas. Entretanto, com a mobilidade social de parte dos devotos, as promessas da sociedade de consumo, os apelos sedutores do lazer e do

---

<sup>66</sup> Na *Carta viva do missionário R.R. Soares* (nº 69, agosto de 2001, p. 36), o referido líder religioso afirma: “Se o macumbeiro pode amaldiçoar um alimento, e quem dele fizer uso, se não estiver firme na fé em Cristo, certamente será afetado, então por que o cristão não pode abençoar um alimento, uma roupa ou um copo com água?”. É uma afirmação contraditória na ida e na volta. Na ida porque a justificação da própria fé se dá pela fé alheia, a justificação de seu próprio Deus e de seu respectivo poder se dá pelo Demônio vinculado à religião diferente da sua. Na volta, porque as religiões espírita e de terreiro sequer acreditam na existência do Demônio, sequer utilizam destes paradigmas religiosos.

entretenimento ofertados pela indústria cultural, se os pentecostais se mantivessem ascéticos e sectários, assistiriam a uma debandada de fiéis (MARIANO, 2014, pp. 38-39, 148). Dada a existência de um competitivo mercado religioso brasileiro e a presença de novas igrejas que não exigem de seus devotos postura tão rígida, com raras exceções, como a Deus é amor (MARIANO, 2014, pp. 196-197)<sup>67</sup>, as igrejas pentecostais passaram a adotar a maior parte das práticas neopentecostais — mesmo que eventualmente com nomes distintos<sup>68</sup>.

Até mesmo igrejas que seguiam um perfil muito mais conservador e alheio ao mundo, como a Assembleia de Deus, que se caracterizava pela proibição de se assistir TV, por suas mulheres sem maquiagem, com longos cabelos e saias, e seus homens sempre utilizarem calças compridas etc., hoje abandonaram tais práticas e se renderam ao *modus operandi* neopentecostal<sup>69</sup>. Por este motivo, de agora em diante nos referiremos apenas aos neopentecostais, pois foram eles que guiaram a mudança no campo religioso

---

<sup>67</sup> A manutenção do rigor nos costumes não impediu esta igreja de adotar a Teologia da Prosperidade de maneira intensa (SILVEIRA, 2007, p. 152).

<sup>68</sup> Esta “neopentecostalização” já era diagnosticada por Ricardo Mariano (2014, pp. 38-39) de quando da escrita de seu livro (1ª edição de 1999) e hoje se tornou um fato incontestável.

<sup>69</sup> Para um exemplo prático da mudança de perfil pentecostal para o neopentecostal dentro de uma mesma instituição, podemos referenciar o trabalho de Moab Costa (2011), onde o pesquisador — que é um fiel da igreja — faz um estudo de caso descrevendo as mudanças ocorridas ao longo do tempo na Assembleia de Deus de Imperatriz (MA). Esta igreja passou a adotar elementos característicos do neopentecostalismo, tais como a pregação voltada para prosperidade financeira (Teologia da Prosperidade) e um grande aumento da campanha de curas e milagres; em contrapartida, houve uma diminuição das mensagens relacionadas à salvação da alma, do combate ao pecado relativo a costumes e do estímulo da glossolalia (pp. 94-95). Ademais, a instituição passou a aposentar compulsoriamente os pastores aos 65 anos de idade — já que estes, mais velhos, eram mais refratários a esta neopentecostalização (pp. 101-102).

Em um dos múltiplos exemplos relatados desta nova forma de se viver a religião, há um pastor assembleiano que disse ter recebido uma “orientação” do próprio Deus sobre como Ele iria abençoar financeiramente os devotos (pp. 120-121). Para tanto, o pastor supostamente foi orientado a inserir na cesta das ofertas os números dos capítulos do livro dos Salmos. Quando a cesta passasse, a pessoa que tivesse fé deveria pegar o papel e pagar o valor correspondente ao número que havia aleatoriamente escolhido. Como recompensa, Deus iria fazê-la prosperar de forma grandiosa.

Moab Costa destaca que o livro dos Salmos possui 150 capítulos, ou seja, a pessoa poderia pegar um papel e ser constrangida a pagar 150 reais (isto, destaque-se, lidando com pessoas humildes e sem abonar o valor pago de dízimo). Convém complementar que os Salmos compõem justamente o livro da Bíblia com maior número de capítulos — o segundo livro com mais capítulos é o de Isaías, com número expressivamente inferior, de 66. Ou seja, qualquer outro livro que “Deus orientasse” ao pastor implicaria em um retorno financeiro muito menor à igreja. A “orientação” divina sobre qual livro da Bíblia escolher, portanto, foi bem precisa.

O autor da pesquisa relata ainda que, depois de protestos de vários fiéis, por intervenção da liderança da Assembleia de Deus, este método de coleta foi posteriormente coibido, mas ainda muitos outros semelhantes prosseguiram.

Não ficou claro, entretanto, como a liderança da igreja lidou com o fato de o pastor supostamente ter recebido a orientação por parte do próprio Deus. Em tese, se era Dele, não poderia ter sido contrariada. Por outro lado, se não houve orientação divina, a questão fica ainda pior, pois se torna um caso não só de mentira, abuso e exploração, mas também de evidente charlatanismo — que é um tipo penal.

brasileiro, espriaram suas concepções nas igrejas pentecostais e alcançaram uma verdadeira hegemonia, praticamente debelando os métodos anteriores.

Desta maneira, hoje se pode dividir os protestantes em dois grupos, protestantes históricos e neopentecostais — podendo estes últimos ainda ser subdivididos nas igrejas que possuem e as que não possuem proprietários.

Naturalmente, tal classificação não implica completa homogeneidade. A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, de propriedade de Valnice Milhomens — que dizia que Jesus retornaria ao mundo em um sábado no ano de 2007 (ROMEIRO, 1993) — defende o sabatismo; a Igreja Cristo Vive de Miguel Ângelo defende a predestinação calvinista, bem como se opõe à batalha espiritual, ao batismo nas águas e às vigílias ascéticas; a própria IURD, tão performática em suas demonstrações religiosas, tem restrições às supostas manifestações do Espírito Santo: Edir Macedo critica o “cai cai” que ocorre em algumas igrejas (Cf. MARIANO, 2014, p. 38) — fato que ocorre inclusive no pentecostalismo católico (a Renovação Carismática). Particularmente dissonante a outras igrejas é o fato de a IURD ser favorável ao aborto — mas não utilizando os argumentos comuns ao campo progressista<sup>70</sup>.

Ademais, há diferenças de método: a Universal não tem muito apreço por fiéis que assistem os cultos apenas pela TV, e seu proprietário chega mesmo a dizer que tal coisa não é de Deus (cf. MARIANO, 2014, pp. 46-47), mas recomenda enfaticamente nestes canais que se vá presencialmente às igrejas. Tal afínco se dá porque os pedidos monetários na IURD se dão apenas presencialmente (MARIA, 2012, p. 10). Já a igreja

---

<sup>70</sup> De acordo com Jacqueline Teixeira (2012), o principal motivo para a defesa do aborto por parte da IURD é a prosperidade — pois uma criança tida sem o devido planejamento familiar obsta seu alcance. Este é um dos múltiplos exemplos da enorme relevância que a prosperidade material possui dentro da IURD, pois ela prevalece sobre um dos maiores dogmas das outras instituições cristãs que é o tema do aborto (cf. TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 223). Na verdade, não só a Universal é favorável ao aborto, como também estimula a vasectomia e chega a sugerir que os casais não tenham filhos (cf. *Jornal Folha Universal*, ed. 732; TEIXEIRA, 2012, pp. 63-64), pois assim teriam melhor qualidade de vida e, de acordo com a igreja, sem as crianças, economizariam uma pequena fortuna (da qual, como não poderia deixar de ser, a própria IURD teria seu quinhão). A prática de pressionar os pastores a fazerem vasectomia é recorrente (TEIXEIRA, 2012, P. 63) e a igreja Universal inclusive já foi condenada por Tribunais Regionais Trabalhistas, bem como pelo Tribunal Superior do Trabalho por forçar ou pressionar pastores a fazerem vasectomia. De acordo com ex-pastores, a esterilização garantia ora o ingresso, ora a permanência, ora a ascensão dentro da estrutura da igreja.

Esta prática não ocorre só no Brasil, frise-se, e foi um dentre outros motivos que fez com que parte do braço angolano da IURD rompesse com a instituição, acusando-a ainda, além da esterilização forçada, de outros crimes (abuso de autoridade, racismo, desvio de dinheiro, discriminação funcionários locais, evasão de divisas, associação criminosa etc.). Tais crimes ocasionaram, por fim, no fechamento dos templos da Universal em Angola. Cf., por exemplo, <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/justica-condena-igreja-universal-por-esterilizacao-de-pastores.shtml>>.

<<https://www.publico.pt/2020/09/20/mundo/noticia/justica-angolana-manda-encerrar-templos-iurd-angola-1932238>>. Acesso em 21/09/2020.

fundada por seu cunhado não tem tais reservas, não possui este foco presencial (talvez porque seja menor, menos influente e poderosa — o que, por si, acarreta uma quantidade de “adversários” também menor). A IIGD se permite realizar os objetivos últimos de sua pregação — financeiros — mesmo nos programas televisionados, solicitando aberta e avidamente recursos aos seus fiéis presenciais ou remotos.

Mas se há o que dissocia estas igrejas, também há o que as aproxima. No neopentecostalismo não há busca pelas respostas existenciais que outrora balizaram a religião (o que controla o universo? Quem ou o que é Deus — e por que ele permite o sofrimento? Existe vida pós-morte e quais são os critérios para dela fazer jus?<sup>71</sup>). Com efeito, o que existe desde sua gênese é uma busca implacável pela resolução de toda sorte de adversidades mundanas, bem como o atendimento aos anseios de diversas ordens, sejam de caráter hedonista ou de saúde — enquanto, no meio do caminho, a busca pela transcendência se esvanece.

Os meios através dos quais se alcança este progresso material *hit et nunc*, e que compõem as quatro mais importantes e reveladoras características neopentecostais supracitadas são: a batalha espiritual, a acomodação à sociedade que se transmuta no fim do ascetismo contracultural, a administração empresarial e, por fim, a mais relevante de todas, a Teologia da Prosperidade. É com base nesta teologia e seu intenso vigor arrecadatário sobre os fiéis que estas igrejas obtiveram um crescimento vertiginoso, conseguiram se tornar uma potência econômica e, subsequentemente, uma potência religiosa, midiática e política, exercendo ampla influência (e, eventualmente, até mesmo domínio) nos mais variados setores da sociedade brasileira<sup>72</sup>, fato deslindado na seção a seguir.

### 2.3 Teologia da Prosperidade

---

<sup>71</sup> Cf. Garrard-Burnett, *Neo-pentecostalism and Prosperity Theology in Latin America*, 2012, p. 22.

<sup>72</sup> Este crescimento não se deu apenas na sociedade brasileira, mas também em inúmeros outros países com carências socioeconômicas profundas, tais como africanos e outros latino-americanos (cf. GARRARD-BURNETT, 2012, pp. 25-26). Por outro lado, as igrejas neopentecostais sempre fracassaram em converter os cidadãos autóctones de países ricos, obtendo êxito apenas quando se focavam em setores marginalizados destas sociedades, tais como imigrantes hispânicos nos Estados Unidos ou africanos na Europa (BARBIERI JÚNIOR, 2007, p. 26). É particularmente emblemático o caso de Edir Macedo que, fugido do Brasil por problemas diversos com a justiça, passou anos pregando nos Estados Unidos sem conseguir converter seus cidadãos nativos. Apenas quando se focou nos imigrantes hispânicos conseguiu obter algum sucesso (JUSTINO, 2002).

### 2.3.1 Origem e fundamentação

A Teologia da Prosperidade (também chamada em inglês de *Prosperity Theology*, *Health and Wealth Gospel*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Faith Movement*, *Positive Confession*, *The gospel of success* ou *Seed Faith*<sup>73</sup>), tem como precursora as pregações da Confissão Positiva (CP) de Essek William Kenyon (1867-1948). A Confissão Positiva é a concepção teológica defensora da ideia de que quando o fiel afirma, confessa, declara que algo está acontecendo ou vai acontecer, ele transmuda isto em realidade. Esta hermenêutica é baseada nas passagens de Gn 1 e Jo 1,1-18, onde se descreve Deus criando o mundo através da Palavra. Dando uma interpretação no mínimo excêntrica a estes excertos, os adeptos da Confissão Positiva compreendem que, da mesma maneira que o Pai Celestial criou o mundo pela Palavra, através da palavra os cristãos também podem moldar a realidade, isto é, a fala pode prevalecer sobre as circunstâncias.

Na Confissão Positiva, o fiel deve crer e dizer abertamente que o que deseja já aconteceu — mesmo que isso de fato ainda não tenha acontecido —, assim, este seu desejo se transformará em realidade. É uma compreensão com forte conteúdo de valorização do indivíduo e autoajuda (COSTA, 2011, p. 26), através de um processo que a psicologia chama de autosugestionamento — e aqui é necessário nos aprofundarmos um pouco sobre este assunto.

Se Marx (1982, p. 25) afirma que não é a consciência dos homens que determina seu ser social, mas pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência, os psicólogos sociais Festinger e Carlsmith na década de 50 comprovaram através de experimentos que não é apenas nossa postura que determina nosso comportamento, mas o que realizamos também muda nosso modo de pensar, nossos sentimentos e nossas opiniões (JUNGERSEN, 2008, pp. 327-329).

Em uma de suas centenas de experiências, estes pesquisadores convidaram pessoas para realizar tarefas tediosas e demoradas, tais como alterar a posição de estacas de um lado para o outro, bem como para a frente e para trás. Depois de sua realização os participantes eram questionados sobre o que tinham achado do experimento e, como não poderia deixar de ser, descreviam a tarefa como estúpida e desnecessária (o que de fato era). Entretanto, quando os participantes terminavam os testes, os pesquisadores

---

<sup>73</sup> Respectivamente: Evangelho da Saúde e da Prosperidade, Doutrina da Prosperidade da Fé, Movimento Palavra da(e) Fé, Palavra da Fé ou ainda Movimento da Fé; Confissão Positiva, Evangelho do Sucesso ou Semente da Fé.

informavam a um deles que o líder do experimento que realizaria a próxima bateria não poderia fazê-lo, por isto, ele estava sendo convidado a substituí-lo. Portanto, sem saber que também estavam sendo avaliados neste novo experimento, estes novos líderes eram contratados pelos pesquisadores para orientar outros participantes, e para tanto recebiam um pagamento, que se deu através de três maneiras. Para alguns deles, a equipe de pesquisa combinou de pagar o valor de um dólar; a outros foi prometido um valor vinte vezes maior. Entretanto, para outros líderes, os pesquisadores fizeram algo ainda diferente: eles também combinaram de pagar apenas um dólar, só que estes líderes deveriam não apenas orientar as pessoas a movimentar as estacas, mas também animá-las, entusiasmá-las durante a execução da atividade.

Depois que os enfadonhos e morosos experimentos foram realizados, os líderes foram entrevistados sobre o que haviam achado deles. Os resultados comprovaram que tanto os líderes que receberam vinte dólares, quanto os que receberam um dólar mas não foram convidados a animar o público, acharam o experimento insípido — repetindo a opinião daqueles participantes que apenas executaram a tarefa. Porém, aqueles que receberam um dólar mas tiveram que entusiasmar o público, aqueles que discursaram defendendo sua execução, acabaram mudando de ideia, tinham realmente achado aquela uma boa experiência. Destarte, aqueles que tinham apenas realizado a tarefa (ganhando pouco ou muito por ela) não tinham mudado de opinião, mas aqueles que a haviam abertamente defendido, passaram a crer em sua validade.

O que o experimento de Festinger e Carlsmith comprova é que uma pessoa não consegue defender abertamente uma ideia sem passar a acreditar em sua validade. Este processo é chamado pelos pesquisadores de “dissonância cognitiva”.

Então, por exemplo, se uma pessoa formada em jornalismo tem restrições éticas à atuação das empresas jornalísticas, mas vem a se tornar empregada de uma e passa a ter de reproduzir seu discurso, ela não conseguirá se manter por muito tempo com sua opinião pregressa. Acabará sendo moldada, sendo transformada, e passará a defender o comportamento ético de sua empregadora — mesmo que esta siga incorrendo nos mesmos desvios éticos que a pessoa anteriormente observava. A prática acaba por moldar a teoria. Da mesma forma, este experimento demonstra, por exemplo, que quando a liderança das Testemunhas de Jeová envia seus missionários de porta em porta para fazer sua pregação, na verdade, seu objetivo não é arrebanhar novos fiéis, mas sim convencer os seus próprios membros da validade da sua fé. Quem sairá convencido com a repetição



do discurso não são as pessoas que eles abordam, mas os próprios missionários — mesmo que nem eles mesmos saibam da estratégia pela qual são manipulados.

Desta maneira, quando a Confissão Positiva insta seus fiéis a crerem que algo que eles desejam já aconteceu, insta que eles profiram em voz alta que seus desejos já foram atendidos (mesmo que os fatos evidenciem o contrário), o que as igrejas estão fazendo é manipulá-los através desta dissonância cognitiva: ao ficarem repetindo a ideia, os fiéis passarão a acreditar que seus desejos efetivamente já se transformaram em realidade. É uma estratégia clara — e eficaz — de manipulação.

Para os adeptos da Confissão Positiva, portanto, palavras ditas com fé tornam-se divinamente inspiradas, encerrando em si o poder de criar realidades, pois a palavra guia o mundo espiritual e este o mundo material (MARIANO, 2014, p. 153). Por outro lado, palavras que admitem a existência de doenças, dúvidas e medos arriscam a cura, atraem a ação do Devorador<sup>74</sup> e acarretam, por conseguinte, vários problemas para a pessoa. Para os adeptos da TP, através da Confissão Positiva, os cristãos começaram a exigir de Deus aquilo que desejam e simultaneamente submeter as forças demoníacas que os impediam de avançar — especialmente as enfermidades. Para a Confissão Positiva, toda enfermidade é oriunda da ação demoníaca e, dizendo as palavras da maneira correta e com fé, elas não acometerão a pessoa. Em resumo, a Confissão Positiva substitui a fé em Deus pela fé nas próprias palavras e sua suposta capacidade de alterar a realidade conforme são proferidas.

Muitas vezes a Confissão Positiva é tratada como sinônimo da Teologia da Prosperidade, entretanto, esta compreensão não é adequada. A Confissão Positiva influenciou a criação da TP, os teólogos desta última se utilizaram de suas categorias para avançar em seu raciocínio, mas a CP possuía em sua origem foco distinto — o do combate às doenças, e não o do enriquecimento<sup>75</sup>. Desta forma, pode-se afirmar que a Teologia da Prosperidade é um avanço — ou um subproduto — da Confissão Positiva, mas não é limitada a ela e tampouco é seu sinônimo. No Brasil possuímos exemplos clássicos do que aqui se afirma pois, como poderá ser observado nos tópicos 2.3.2 e 2.3.3, R. R. Soares se utiliza de maneira intensa da Confissão Positiva, o que já não ocorre de maneira tão

---

<sup>74</sup> Cognome que insinua um ser que abocanha parte das riquezas do devoto.

<sup>75</sup> Isto não implica dizer que seu elaborador não tratasse da pobreza e da miséria (cf. KENYON, 2014, pp. 66-67), mas sim que a riqueza não era o cerne de sua pregação.

acentuada com outras grandes lideranças neopentecostais, tais como Edir Macedo<sup>76</sup> e Silas Malafaia, que também são grandes adeptos da Teologia da Prosperidade.

E. W. Kenyon, fundador da Confissão Positiva, estudou no *Emerson College of Oratory*, onde conheceu o Movimento Novo Pensamento<sup>77</sup>, seita metafísica originalmente formulada por Phineas Quimby (1802-1866). Quimby estudou ocultismo, espiritismo, hipnose e parapsicologia para estabelecer sua filosofia; inspirou e curou Mary Baker Eddy (1821-1910), a polêmica fundadora da Ciência Cristã<sup>78</sup>. Os escritos de Mary Baker, por sua vez, também influenciaram as doutrinas de Kenyon. Portanto, desde a sua origem nos EUA a TP é resultado da combinação sincrética de divergentes tradições religiosas (orientais e ocidentais), práticas esotéricas e paramédicas, que legaram marcas indelévels neste movimento religioso e teológico (MARIANO, 1996, p. 29; 2014, pp. 150-151).

Éber Nunes (2007, pp. 42-43) elenca as influências que a Ciência Cristã legou no pensamento de Kenyon<sup>79</sup>: 1) A natureza é corpo, alma e espírito — mas fundamentalmente espírito. 2) Deus criou o mundo através das palavras e todo o restante pela fé — espera-se que as pessoas façam o mesmo. 3) As pessoas têm a natureza de Satanás e perderam para ele seu domínio divino, fazendo-o o deus deste mundo. 4) Jesus morreu não só fisicamente, mas também espiritualmente, recebendo a natureza de

---

<sup>76</sup> O que não implica dizer que tal fato não ocorra, mas sim que ele não é o determinante como na CP. O próprio Edir Macedo afirma: “— Sua felicidade não está do lado de fora. Está dentro de sua cabeça, dentro de si, quando você medita. A miséria está na cabeça das pessoas” (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 131).

<sup>77</sup> A Confissão Positiva se inspira e tem o mesmo *modus operandi* do *New Thought*, com a diferença de que substituiu o *pensamento* pela *palavra* como método para que os fiéis materializem seus desejos (MARIANO, 2014, p. 153).

<sup>78</sup> Da mesma maneira que os mórmons, a Ciência Cristã é um movimento que, apesar de cristão, não adota apenas a Bíblia como livro religioso. No caso desta, existe também o livro *Ciência e Saúde com a Chave das Escrituras*, escrito por sua fundadora. A Ciência Cristã defende a ideia de que a matéria parece existir, mas na verdade não existe. Na compreensão desta religião, as coisas materiais são substituídas por ideias espirituais. A matéria não possui vida tampouco sensações, por isso deve-se abandonar os tratamentos medicinais modernos e curar as doenças através da força do pensamento e das orações (NUNES, 2007, p. 42). A Ciência Cristã obteve seu crescimento através de supostas curas, sempre negando a medicina moderna e atribuindo as moléstias a causas espirituais — o que de fato, é a mesma concepção que os teólogos da prosperidade vêm a professar. Com efeito, da mesma maneira que Kenneth Hagin, a fundadora da Ciência Cristã também dizia receber mensagens diretas de Deus para guiar seu ministério (GONDIM, 1993). Se o Novo Pensamento inspirou pregadores evangélicos dos EUA a criarem a Confissão Positiva, o pensamento destes últimos (sobretudo o do pastor presbiteriano Norman Vincent Peale, escritor do best-seller *O poder do pensamento positivo*, de 1952) posteriormente inspirou muitos gurus da Nova Era (MARIANO, 2014, p. 153).

<sup>79</sup> Alguns seguidores de Kenyon contestam esta influência (SILVA, 2016, p. 46), entretanto, elas são notórias. A crença em Jesus e a legitimidade da Bíblia compõem o imaginário religioso do Ocidente, por outro lado, a ideia de que a mente humana é capaz de alterar a realidade, a utilização de práticas esotéricas e paramédicas, revelam a influência do Oriente na formação do corpo doutrinário da TP (BARBIERI JÚNIOR, 2007, pp. 43-44).

Satanás, sofrendo no inferno para redimir a humanidade e, só depois disto, ressuscitou.  
5) Através da Confissão Positiva pode-se vencer a pobreza e a doença.

Mas se E. W. Kenyon deu os primeiros passos na construção daquilo que viria a ser a TP, seu grande propagador foi Kenneth Erwin Hagin (1917-2003) — que não só se inspirou, mas também plagiou extensamente vários escritos de Kenyon<sup>80</sup>. Hagin foi o responsável por estabelecer definitivamente a Teologia da Prosperidade, angariando milhões de seguidores ao longo dos Estados Unidos e espraiando tal concepção religiosa por vários continentes, conformando o pensamento que muitos anos depois viria a moldar o neopentecostalismo brasileiro<sup>81</sup>.

Kenneth Hagin alegava ter tido uma doença que o deixou prostrado na cama por muitos anos, até que, através do método da Confissão Positiva<sup>82</sup>, acreditou que seria curado antes que tal fato ocorresse — o que efetivamente, ele afirma, veio a acontecer. Depois disso, segundo ele, tendo passado a compreender melhor a Palavra, afirmava nunca mais ter ficado enfermo. Hagin era da igreja Batista, mas logo se aproximou dos pentecostais; recebeu o batismo através do Espírito Santo em 1937 na igreja Assembleia de Deus; tornou-se pastor no mesmo ano nesta instituição, onde ficou até 1949, quando se tornou pastor itinerante. Em 1962 fundou seu ministério, caracterizado por experiências sobrenaturais, visões, profecias, revelações e transes, dos quais fez derivar sua “autoridade espiritual” (MARIANO, 1996, p. 28; 2014, p. 151).

Entretanto, se a Palavra dita com fé poderia curar doenças e moldar a realidade, naturalmente, também poderia trazer prosperidade material — e é nesta seara que Hagin avançou com força, compreendendo que todo o sofrimento que os cristãos deveriam passar já teriam sido pagos com o sacrifício de Jesus. Simultaneamente a tal prédica sobre o poder da Palavra, Hagin também fez uma agressiva campanha de coleta de fundos para

---

<sup>80</sup> Cf. Mariano, *op. cit.* 1996, p. 29; 2014, p. 151.

<sup>81</sup> É amplamente majoritária a compreensão de que a TP é iniciada com E. W. Kenyon e definitivamente estabelecida com Kenneth Hagin. Entretanto, Virginia Garrard-Burnett (2011, p. 181; 2012, p. 23) defende que a TP começou pelo menos no século XIX, quando pregadores como Russell H. Conwell defendiam o alcunhado “Evangelho da Riqueza”, estimulando os devotos a contar com Deus para ter sua fé recompensada com “acres de diamantes” (cf. <<https://www.temple.edu/about/history-traditions>>, acesso em 28/04/2019). Posteriormente, teria sido adotada no Avivamento Pentecostal da Rua Azusa (1906), o movimento que lançou o Pentecostalismo moderno, já descrito neste trabalho. De acordo com a pesquisadora, a TP também está intimamente vinculada ao aparecimento da mídia religiosa, com pregadores como Charles R. Fuller e Aimee Semple McPherson (fundadora da igreja Quadrangular) nos anos antecedentes à Segunda Guerra Mundial. Já Ricardo Gondim (1993) vincula o início da TP à Edward Irving, pregador escocês que iniciou os “Movimentos de Fé” em 1828 e, posteriormente, nos EUA, a Adoniram Judson Gordon, Charles Fox Parham, Aimee Semple McPherson, William Brenham e depois inúmeros outros, até que Kenneth Hagin teria dado a versão definitiva ao movimento.

<sup>82</sup> Ele nunca admitiu já ter conhecido o trabalho de E. W. Kenyon nesta época, mas o método que descreve para ter conseguido sua suposta cura foi exatamente o que a Confissão Positiva de Kenyon orienta.

as igrejas, vinculando a ascensão financeira dos fiéis às doações que estes realizassem às suas instituições. Influenciados por Hagin, inúmeros pastores<sup>83</sup> passaram a oferecer prosperidade material e saúde aos seus fiéis — o que, naturalmente, é algo que qualquer pessoa deseja. Estava formada a concepção que guiaria a Teologia da Prosperidade e se espalharia por muitos países do mundo (GARRARD-BURNETT, 2011, pp. 184-6).

Se nesta seção pudemos apresentar a história do início da Teologia da Prosperidade, na próxima faremos uma análise mais detalhada de suas categorias, apresentando também as ideias de seus principais nomes da TP no Brasil e no mundo, bem como, subsequentemente, realizando sua crítica. A ideia é analisar criticamente os textos e verificar sua consistência com o ensinamento bíblico. Não apresentando tal vínculo, poderemos reconhecer a precisão do que foi afirmado no primeiro capítulo, que a economia (ou seja, a forma como o homem busca a produção e reprodução de sua vida) guia a sociedade, influi decisivamente em todos os campos da vida — e, no caso presente, também na religião.

### 2.3.2 A religião neoliberal

Observa-se no universo religioso brasileiro uma mudança no significado da religião como instrumento promotor da integração ou como caminho capaz de romper a macroestrutura social (BORRÉ, 2014, p. 35).

Em um mundo onde grassam a desigualdade social, a pobreza, a carestia e as privações de todas as ordens, a Teologia da Prosperidade surge como uma concepção mercadológica defensora da ideia de que os devotos têm o direito de crescer materialmente e de usufruir das benesses do mercado de consumo, obterem livramento de acidentes e catástrofes, bem como atingir êxitos profissionais, melhorias no campo da saúde e afetivo — desde que declarem abertamente a fé que possuem, *exijam* seus direitos a Deus e, especialmente, façam as devidas contribuições financeiras às igrejas.

Para os teólogos da prosperidade, a pobreza não é decorrente de causas socioeconômicas, mas na verdade é oriunda da falta de fé, ou pior, é sinal de que o

---

<sup>83</sup> A. A. Allen, Benny Hinn, Charles Capps, Creflo Dollar, David (Paul) Yonggi Cho, Frederick K. C. Price, Frederick J. Eikerenkoetter II (o Reverendo Ike), Hobart Freeman, James Gordon Lindsay, Jerry Falwell, Jerry Savelle, Jesse Duplantis, Jim and Tammy Bakker, Jimmy Swaggart, Joel Osteen, John F. Avanzini, Kenneth e Gloria Copeland, Kenneth Hagin Jr., Marilyn Hickey, Oral Roberts, Pat Robertson, Paul Crouch, Rex Humbard, Robert H. Schuller, Robert Tilton, T. L. Osborn etc

“Devorador” está “amarrando” a vida econômica do fiel<sup>84</sup>. De maneira paradigmática, Edir Macedo afirma: “— Sua vida não depende do governo, do patrão, da economia, de nada. Você é livre para conquistar. [...] Eu venci porque tomei uma atitude, eu coloquei minha fé em prática” (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 131).

De quando do fracasso das expectativas geradas, os teólogos da prosperidade têm suas respostas na ponta da língua: ora o fiel não rezou com a fé suficiente, ora não fez as contribuições devidas, ou mesmo não decretou as palavras da maneira correta. O fato é que o erro nunca é do pregador (muito menos de Deus, claro), mas sempre do devoto.

A Teologia da Prosperidade surge como uma resposta religiosa em uma sociedade neoliberal na qual muito é oferecido e pouco pode ser desfrutado, estabelecendo uma espécie de contrato comercial com o Criador — os pagamentos serão feitos e a recompensa deverá vir. É nesta base do pagar-e-receber (*trade-off* na língua inglesa) que a TP estabelece uma relação de fidelidade entre o devoto e o Pai Celestial. A fala de Edir Macedo exposta em sua biografia autorizada detalha o conceito:

Você precisa *investir nesse Deus*. [...] As pessoas não devem dar ofertas para ajudar a igreja, mas para ajudar a si próprias. Quem dá está fazendo um *investimento* em si, na sua vida. É o que mostra a Bíblia. Quem dá tudo recebe tudo de Deus. É inevitável. É toma lá, dá cá<sup>85</sup> [...]. Quando alguém faz um sacrifício financeiro, *Deus fica sem opção*. *Ele tem a obrigação* de responder, porque é sua promessa. É a fé. Basta seguir o que Deus disse: ‘Provai-me nos dízimos e nas ofertas’.

A vida farta sobre a terra é um direito do crente. [...] Com Deus, meu caro, ou você dá — a sua vida, e sobre pro céu ou desce para o inferno. É a lei da palavra de Deus. Se você dar, você recebe; se você não dar, você não recebe. Jesus ensinou isso de outra forma, dai e ser-vos-á dado... Quer dizer, toma-lá-dá-cá. Toma-lá-dá-cá. [...] *Deus quer enriquecer uma pessoa*, como pode se ela não está pronta para dar? A lei do receber é dar. Aquele que é mesquinho jamais alcançará de Deus as bênçãos que enriquecem. [...] Aqueles que não sacrificam uma grande oferta para a obra de Deus jamais conquistarão qualquer vitória. (TAVOLARO e LEMOS, 2007, pp. 207, 215, grifo nosso)

Desta forma, o dízimo e demais ofertas se transmutam em investimentos que necessariamente deverão ser ressarcidos pelo “Dono de todo o ouro e toda prata do mundo”. Mais precisamente, para a TP não se *paga* o dízimo, os crentes apenas *devolvem*

---

<sup>84</sup> No AT recorrentemente os pobres são identificados como imigrantes, órfãos e viúvas — as classes sociais mais desfavorecidas da época, recomendando-se vivamente auxílio a elas. Hoje estas pessoas seriam mais bem identificadas como mendigos, sem-terra, sem-teto, desempregados, favelados etc. Entretanto, a atuação dos pastores em relação a estes grupos não segue a Bíblia: muitas vezes os desprezam (quando não os criminalizam).

<sup>85</sup> Esta expressão é comum na política brasileira e refere-se ao fato de os parlamentares votarem nas propostas do poder executivo mediante o recebimento de favores diversos que, invariavelmente, envolvem práticas fisiológicas.

10% dos 100% que receberam de Deus (MARIANO, 2014, pp. 172-74; SILVEIRA, 2007, p. 116; SOARES, 2005, pp. 26, 65-66, 145, 148 etc.). Não o fazer é descumprir com sua obrigação para com o Senhor e perder a proteção Dele contra o Devorador (SILVA, 2008, p. 104). A lógica da TP pressupõe o falso versículo (repetido continuamente em seus cultos) “é dando que se recebe” — que na verdade é um trecho da oração de São Francisco de Assis<sup>86</sup>.

No site oficial da IURD ela explica sua teologia: “Os dízimos e as ofertas são tão sagrados e tão santos quanto a Palavra de Deus. Os dízimos significam fidelidade, e as ofertas, o amor do servo para com o Senhor. Não se pode dissociar os dízimos e as ofertas, o amor do servo para com o Senhor Jesus, uma vez que eles significam, na verdade, o sangue daqueles que foram salvos em favor daqueles que precisam ser salvos”<sup>87</sup>. R. R. Soares (2005, p. 164) arremata: “Uma oferta especial é aquela que visa a atender uma necessidade específica. É diferente daquelas que, costumeiramente, damos à congregação para ajudá-la a se manter. Ela é especial por dois motivos: primeiro, porque tem o objetivo de atender a um fim específico; segundo, porque apresenta um valor muito maior do que o dos oferecimentos habituais”.

Na hagiografia de Edir Macedo escrita por Douglas Tavolaro e Christina Lemos (2007, p. 207), o proprietário da igreja Universal afirma despidoradamente: “O deus deste mundo é o dinheiro. Os banqueiros não me deixam mentir. Oferta é investimento. Isso mesmo: oferta é investimento”.

Se para o cristianismo a fé sem obras é morta (Tg 2,26), na Teologia da Prosperidade a fé sem ofertas é que é morta. Uma mudança substancial.

Ademais, as significativas influências que as religiões espíritas e de terreiro legaram nas igrejas neopentecostais — especialmente na IURD — são sentidas na forma como as ofertas são tratadas: o dinheiro se torna oferenda consagrada, detentora de características mágicas, muito semelhantes aos despachos do candomblé que os neopentecostais, de maneira contraditória, tanto demonizam<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> A forma como os pastores neopentecostais se utilizam do conceito franciscano acaba por corrompê-lo, estabelecendo uma relação interesseira e mesquinha (em outros termos, neoliberal) com o sagrado. Na verdade, o que a Bíblia afirma é que há mais alegria em dar do que receber (At 20,35), aforismo coerente com as categorias cristãs de doação, compaixão e partilha e é neste sentido que São Francisco — justamente o santo dos pobres — o aplica. A forma como a TP o distorce dá a frase sentido totalmente distinto à intenção franciscana.

<sup>87</sup> <<http://www.eusouauniversal.com/em-que-cremos>>. Acesso em 05/05/2019.

<sup>88</sup> Como bem afirma Karen Armstrong (2009, p. 283), o ódio geralmente acompanha um amor não admitido.

De todo modo, não basta apenas fazer as contribuições e pagar o dízimo: para que a pessoa realmente seja abençoada, os pastores repetem em suas prédicas o mantra de que quanto maior o investimento, maior a recompensa. Ou seja, pagar não é o suficiente — há de se pagar muito para que Deus recompense o fiel. O devoto que almeja receber bênçãos grandes precisa ser radical na demonstração da fé, deve fazer coisas que do ponto de vista racional seriam loucuras, deve doar à igreja algo de realmente valioso, como o salário, herança, joias, carro, casa, com a convicção de que reaverá multiplicado o que ofertou. “É necessário dar o que não se pode dar<sup>89</sup>”, afirma Edir Macedo. E o devoto não deve sequer duvidar, pois a dúvida, dizem os pastores, é do Diabo. Estes são os momentos que as igrejas chamam de *sacrifícios, correntes, desafios, campanhas, votos, compromissos, propósitos* etc. Deus fica “desafiado” e “obrigado” a prover bênçãos ainda mais generosas, de acordo com o sacrifício feito pelo fiel. Se no catolicismo popular, primeiro a bênção é recebida e depois se paga a promessa por ela feita, na TP invertem-se os valores, primeiro o fiel faz um investimento e depois espera o retorno (MARIANO, 2014, pp. 169-170).

Um bom resumo do que a Teologia da Prosperidade prega pode ser observado na própria propaganda da Igreja Universal<sup>90</sup>:

Todo mês tem sido uma luta para você conseguir pagar as contas? As dívidas parecem não ter fim? Com isso o seu casamento foi prejudicado e você gostaria de poder fazer muito mais pela sua família mas não pode? Os problemas financeiros fazem parte da vida da maioria da população, e o mercado oferece muitas formas para tentar solucionar essas dificuldades e prosperar. Porém, para se estabelecer financeiramente, apenas uma é eficiente. E ela não é ensinada nos cursos de economia, mas adquirida quando se usa a fé inteligente.

Para aprender qual é esse segredo, participe do Congresso Financeiro, que acontece toda segunda-feira. Pessoas marcam presença com um único objetivo: conquistar vitórias na vida financeira.

Mário Justino (2002), ex-pastor e desafeto da IURD, hoje já falecido, fez um livro relatando os pormenores do funcionamento da instituição. Quando ele afirma nesta obra que as duas qualidades essenciais para ser um pastor de sucesso na Universal são a de ter a capacidade de canalizar ofertas expressivas, bem como entreter o povo e segurá-lo nas correntes (2002, p. 41), fica bastante claro que sua afirmativa é coerente com o que nela acontece e aqui é descrito.

---

<sup>89</sup> *Isto É Senhor*, 22/11/1989.

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://universaljp.org/tenha-visao-va-alem>>. Acesso em 26/04/2019.

As reuniões têm caráter tão agressivo em sua sanha arrecadatória que em algumas delas, para que não se gere provas do que ali acontece, nada pode ser gravado. Por exemplo, para entrar no “Templo de Salomão”, os fiéis passam por uma revista mais rigorosa do que se estivessem entrando em um banco: o detector de metal impede a entrada de qualquer aparelho eletrônico — os devotos não podem entrar no templo sequer com seu telefone celular, impedindo assim que gravem qualquer parte da cerimônia<sup>91</sup>.

Deve-se pontuar também que os “sacrifícios” exigidos dos fiéis nunca se dão em prol da coletividade. Por exemplo, para os neopentecostais, a prática de trabalho voluntário ou de auxílio financeiro aos mais pobres não é suficiente para compensar a ausência de pagamentos de dízimos e ofertas<sup>92</sup>. O único sacrifício aceito por estas igrejas é o da contribuição financeira feita à instituição. Mesmo quando os fiéis participam da estrutura eclesiástica como obreiros e afins, seu esforço e dedicação não são sacrifícios ou provas de fidelidade suficientes: na verdade, sem as ofertas, ele se torna inócuo. Estes apoios só podem ser, portanto, sacrifícios suplementares<sup>93</sup>. Edir Macedo afirma taxativamente que o sacrifício é a única prova de que a fé existe e é verdadeira<sup>94</sup> — e este sacrifício não é outro senão as contribuições financeiras que sustentam seu império bilionário. Para Oliveira (2010, p. 101), o sacrifício do dinheiro pode ser considerado o coração da teologia da IURD — o que podemos estender para todas as igrejas que adotam a Teologia da Prosperidade, ou seja, todas as neopentecostais.

Os líderes neopentecostais reiteradamente afirmam que apenas se está devolvendo a Deus o que já é Dele, de quem tudo proveio. Ademais, em fato difícil de ser compreendido para quem é externo à situação, os pastores afirmam que o fiel deve abdicar da realização de seus desejos narcisistas para fazer estas ofertas ao Pai Celestial. Porém, o investimento através destas ofertas, necessariamente, deve mais adiante resultar na concretização destes mesmos desejos. Ou seja, o fiel deve ser desapegado do dinheiro e assim fazer suas contribuições — para ter mais dinheiro adiante. É paradoxal, mas os devotos veem sentido neste investimento que, de acordo com os teólogos da prosperidade, é justamente a *fé racional*, a *fé inteligente*, a *fé que provê resultados*. Em outros termos, a fé inteligente não é outra coisa senão a fé que atende aos anseios consumistas e

---

<sup>91</sup> Cf. <<https://sites.universal.org/templodesalomao/regras-de-conduta-no-templo-de-salomao>>. Acesso em 26/04/2019.

<sup>92</sup> Cf., por exemplo, R. R. Soares, *As bênçãos que enriquecem*, 2005, pp. 36-38 e 87-88.

<sup>93</sup> R. R. Soares, *Idem*, p. 32.

<sup>94</sup> Jornal *Folha Universal*, ed. 1234, 29 de novembro de 2015, página B3.



hedonistas que são instigados — mas não correspondidos — pela sociedade de consumo capitalista.

Um aspecto notável é que nas igrejas neopentecostais, as ofertas não são propriamente destinadas para que a obra do Senhor se propague, para que a estrutura daquela instituição religiosa seja mantida ou ampliada. A doação não é para a instituição que prega a palavra de Deus possa seguir desempenhando suas atividades — a doação é feita diretamente a Deus, mesmo. Este é o vínculo que os pastores tentam fazer com que os fiéis estabeleçam. Ademais, as contribuições financeiras são requeridas pelos líderes neopentecostais através de grande coerção emocional. Os pastores apelam para toda sorte de estratégias: pré-condições (só doa quem tem fé — ou seja, quem não doa, não possui fé), ameaças (além de não ser recompensado, quem não doa ainda se expõe a castigos e punições por parte do Criador — que tudo sabe e tudo observa) e, por fim, promessas (quem efetivamente tiver dado tudo que podia dar *a Deus*, aí sim, receberá a devida recompensa). Os constrangimentos que os pastores exercem sobre os devotos são contínuos, mas sempre temperados por falas de aparente magnanimidade. “Ninguém é obrigado a dar”, para em seguida dizer que quem não doa não poderá ser abençoado; “doa quem quer”, para em seguida dizer que o Devorador só será afastado mediante pagamento — e, com ele *amarrando* a vida da pessoa, tudo dá errado. “Só deve doar quem tem Deus no coração” — portanto, os que não doam não são crédulos e tampouco merecedores de todas as recompensas a eles prometidas. E assim os líderes neopentecostais seguem sucessivamente em seus cultos, sempre jogando para um lado e para o outro, num jogo de caráter opressivo e tirânico, mas que se camufla na ambiguidade dos contrastes. Este comportamento, frise-se, não é um equívoco pontual de alguma liderança aleatória de uma dessas igrejas, mas sim um padrão comportamental generalizado, cuja matriz é proveniente justamente dos proprietários dessas instituições.

As intimidações utilizadas para que os fiéis doem são de várias ordens. Na igreja Casa da Bênção, os membros que não estão com o dízimo (de 15% da renda) em dia têm seus nomes expostos para toda a comunidade. Na Igreja Deus é Amor, fundada pelo missionário David Martins Miranda (1936-2015) e hoje presidida por sua esposa, Ereni de Oliveira Miranda, apenas os devotos com o dízimo em dia podem comungar da Ceia do Senhor — que é condição para a Salvação (MARIANO, 2014, p. 165; SAQUETTO, 2007, p. 69).

As prédicas dos pastores possuem intensa voracidade arrecadatória, utilizando de toda sorte de estratégias para obterem a maior quantidade possível de recursos. Nas

“fogueiras santas” realizadas por várias igrejas, tais como a IURD, os pedidos são queimados, mas curiosamente, as ofertas não — diferentemente do que ocorria nos tempos bíblicos. O “trízimo” (10% para o Pai, 10% para o filho e 10% para o Espírito Santo) já foi cobrado pela IURD de Belo Horizonte<sup>95</sup>, mas não cabe só a ela: Valdemiro Santiago também aparece em vídeos<sup>96</sup> pedindo o “trízimo”. Não obstante, o proprietário da Igreja Mundial do Poder de Deus promete em sua fala que o devoto que fosse fiel a ponto de fazer tal compromisso, com estes 70% restantes conseguiria fazer coisas que nunca fizera em *toda* a sua vida.

O ex-pastor da IURD Mário Justino (2002, p. 41), afirma que na hora da coleta o pastor tinha de “provar a que veio” na instituição. Seu futuro dentro dela depende do quanto arrecada. Angariando muitos recursos para a instituição, ganha bons carros, boa remuneração, boas moradias e boas roupas. As mordomias, segundo ele, eram uma recompensa pela habilidade:

Basicamente, essa habilidade consistia em passar uma hora pedindo dinheiro, em valores decrescentes, e ainda fazer com que o saque parecesse uma singela parte do culto. Um singelo ritual em que os fiéis ajudam a manter o bom funcionamento da obra de Deus. Muitos pastores, por timidez diante do público ou por serem contra a total falta de transparência do roteiro do dinheiro, simplesmente não se esforçavam para levantar ofertas. Esses pastores formavam a ala conservadora da igreja e sempre eram mandados embora na primeira oportunidade. Bem-feito para eles: em vez de pedir altas ofertas e fazer macaquices no púlpito para entreter o povo, optavam por pregar tolices como salvação da alma ou tópicos que a ninguém importavam, como a segunda vinda de Cristo ou o dia do Juízo Final. Ladainhas. (JUSTINO, 2002, p. 42)

A despeito da mordacidade do autor, o que de fato se observa nas instituições que adotam a Teologia da Prosperidade é que os pastores são avaliados por um critério específico: a quantidade de recursos que são capazes de extrair dos devotos. Se arrecadam mais, seus próprios salários crescem, pois recebem uma proporção do que é ali arrecadado<sup>97</sup>. Se estas lideranças religiosas superam as metas de suas instituições, se

<sup>95</sup> Jornal *O Globo*, 16/08/1992.

<sup>96</sup> <<https://www.youtube.com/watch?v=0LgjL6VMEO8>>. Acesso em 23/04/2019.

<sup>97</sup> Habitualmente chamado de “ajuda de custo”. As igrejas neopentecostais não chamam o pagamento que fazem a seus funcionários de *salário*, pois tal vínculo seria considerado empregatício e requereria delas o pagamento de impostos e demais direitos trabalhistas. As igrejas afirmam que a atividade pastoral não é um emprego, mas sim uma suposta *vocação*. Entretanto, na medida em que possuem metas arrecadatórias (e quando os pastores não as atingem, são sumariamente demitidos), fica claro que a vocação neopentecostal não é para a coleta de almas, mas de dinheiro.

Tal tipo de vínculo tem gerado decisões distintas nos tribunais. Ver, por exemplo, o relato da desembargadora no curso do processo 1000663-28.2016.5.02.0603 (RO): “Depreende-se dos depoimentos de suas testemunhas que havia metas mensais de arrecadação e, se estas não fossem atingidas, poderia levar

arrecadam muito, são propensos a serem promovidos para congregações que têm arrecadação maior ainda — e, claro, sua “ajuda de custo” aumenta ainda mais<sup>98</sup>. Em outros termos, quando os pastores fazem o discurso vigoroso para arrancar o máximo de recursos dos fiéis, dizendo que o dinheiro vai para Deus, omitem que na verdade uns dos maiores beneficiários são eles mesmos. E, por outro lado, se não conseguem arrecadar o que a instituição espera, são demitidos. Estes, reitere-se, não são desvios pontuais, mas sim práticas institucionais comuns às igrejas que adotam a Teologia da Prosperidade.

Tratando da remuneração dos pastores, de maneira direta e seguindo critérios totalmente neoliberais, Edir Macedo afirma: “— Há pastores e pastores, bispos e bispos. A maior injustiça é a igualdade” (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 81).

Estabelecida em tais categorias (em que a quantidade e extensão dos recursos doados são os meios para se avaliar a fidelidade tanto dos devotos quanto dos pastores) a Teologia da Prosperidade engendra uma fé venal, mas uma venalidade distinta, posto que abençoada e de cunho mágico. O dinheiro transcende seu objetivo secular primário e passa a ter um caráter de ferramenta divina, influenciando no jogo de interesses cotidianos daqueles que expressam sua fé com profundo inconformismo material (SILVA, 2006, p. 245).

Para a TP, as ofertas rememoram o sacrifício de Jesus na cruz e, quando o fiel faz este pagamento, está repetindo simbolicamente o que Deus fez ao dar parte de si. A oferta, portanto, é considerada sacra, e seria ela que possibilitaria o diálogo entre o crente e o Divino, pois simbolizaria o próprio derramamento do sangue de Cristo na cruz que redimiu a humanidade do pecado (RODRIGUES, 2002, pp. 80-81).

É através da Teologia da Prosperidade que o neopentecostalismo reinterpreta os valores do cristianismo, enquadrando-o na pós-modernidade neoliberal, focando-se na felicidade terrena enquanto deixa para trás a escatologia e as preocupações com a redenção que até então guiavam o pentecostalismo clássico. A TP promove uma religião que não é apenas adaptada, mas sim visceralmente formatada à sociedade de consumo.

---

o pastor a ser excluído da igreja, além de que o pastor não poderia exercer qualquer outra atividade além de Ministro. (...) Não restam dúvidas que houve um desvirtuamento da missão sublime de ganhar almas, restando evidente que o autor trabalhava (como) vendedor dos princípios bíblicos, cujo objetivo era o atingimento de metas para a manutenção do templo, sob pena de perder a igreja (ser despedido), mediante fiscalização de suas atividades, de forma remunerada e subordinada, sem possibilidade de se fazer substituir.” Cf.: <<https://www.jusbrasil.com.br/processos/111477997/processo-n-1000663-2820165020603-do-trt-2>>. Acesso em 10/06/2019. Contando com ampla influência na cúpula do judiciário, na maioria dos casos as igrejas têm conseguido reverter tais decisões.

<sup>98</sup> Cf., por exemplo, Moab Costa, *Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo*, 2011, pp. 102-103, 134.

Através do discurso de pastores e bispos, a TP promove uma projeção de seus fiéis com estratos sociais específicos, estabelecendo a possibilidade de eles se identificarem com as partes mais abastadas da sociedade. Desta maneira, concede aos membros uma relação e sentido de existência, valorização, autoestima e inclusão social, como cidadão adaptado a uma sociedade eivada pelas relações de concorrência, competitividade, desejo de obter riqueza e ascender na escala social, se adequando à ideologia capitalista (RODRIGUES, 2002, p. 27).

Se antes o dinheiro era o símbolo máximo do mundo secular (e, mais especificamente, do mundo profano), das relações interesseiras e venais que se antagonizavam à religião — enquanto esta era, por excelência, justamente o campo da vida que não pode ser comprado, que não tem preço e é intangível —, a Teologia da Prosperidade mudou tudo isto. O dinheiro passou a ser ressignificado como ferramenta divina, instrumento primeiro e decisivo para a atuação do Senhor na Terra.

Outrora, os cristãos tinham um relacionamento subalterno a Deus e, mesmo quando faziam suas contribuições financeiras às igrejas, estas se davam tanto como um gesto de agradecimento (especialmente pelo dom da vida), quanto também pelas bênçãos que julgavam ter recebido Dele. Na TP o relacionamento não é de Pai para filho, mas sim, de acordo com seus formuladores (HAGIN, 2004, p. 40; MACEDO, 2000, pp. 28, 59 etc.), entre *sócios*, e as doações não são um gesto de gratidão, mas sim um investimento financeiro. Há de fato um verdadeiro salto: se o pentecostalismo clássico se antagonizava ao mundo, o neopentecostalismo passa a vivê-lo de maneira plena, sem maiores restrições morais ou éticas; se o pentecostalismo clássico estabelecia certa oposição ao modo de vida da sociedade, o neopentecostalismo, ao contrário, através desta teologia promove sua completa imersão no universo neoliberal.

O principal meio pelo qual os teólogos da prosperidade conseguiram propagar sua mensagem foi se utilizando fartamente dos meios de comunicação. Algumas pesquisas<sup>99</sup> destacam que os custos dos programas de TV cada vez mais elevados levaram os televangelistas a se tornarem mais agressivos nas coletas financeiras, o que fez com que as exigências econômicas dos veículos retransmissores acabassem por moldar e integrar seu conteúdo. Acreditamos que, na verdade, a razão tenha sido exatamente a inversa: em busca de maior arrecadação financeira e de fiéis, os pastores foram aos meios de

---

<sup>99</sup> Cf. R. Mariano, *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade*, 1996, p. 31; *Neopentecostais*, 2014, p. 152.

comunicação — que, por si, têm custos elevados. A televisão e o rádio não foram indutores desta teologia, mas sim seus receptáculos e principais veículos de transmissão.

A crença através das categorias da TP favorece o enfrentamento das aflições da vida, com a perspectiva de se alcançar a prosperidade desejada. As provações passam a fazer parte do exercício da fé na busca por uma vida próspera, buscando o lugar do vencedor que louva e adora um Deus de resultados (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 49). Desta maneira, em sua busca pelo paraíso terreno, a TP acaba tanto por dessacralizar quanto por venalizar a religião, tornando-a apenas mais uma engrenagem no processo de manutenção e consolidação da sociedade de consumo neoliberal. Se os cristãos anteriormente buscavam sua redenção e a vida eterna, já na TP, a riqueza — duramente criticada no Novo Testamento<sup>100</sup> — é despidoradamente seu maior objetivo e, dentro de tal concepção, a opulência é sinal de que a pessoa foi abençoada e a pobreza o inverso. Tal doutrina se torna — no mínimo — contraditória quando se sabe que a maior parte dos fiéis neopentecostais é humilde.

Na interpretação da teologia neopentecostal, Jesus veio ao mundo pregar o Evangelho junto aos pobres justamente para que eles deixassem de ser pobres. Do mesmo modo, Ele veio pregar aos enfermos porque desejava curá-los, pois Deus não sente prazer pelo sofrimento dos seus filhos. Para a TP, na verdade o Diabo é quem havia obscurecido a visão dos cristãos e impedido que eles vissem estas verdades, mas agora eles estão tomando posse das promessas divinas (MARIANO, 1996, p. 33; 2014, p. 159<sup>101</sup>). Uma analogia muito comum feita por estas igrejas é a de que se um pai deseja o melhor para o seu filho, porque Deus, muito superior em todos os aspectos a qualquer pai, não quereria o melhor para seus filhos? Naturalmente, para um crédulo estes são argumentos razoáveis, pois este só pode imaginar que o Senhor queira seu bem. Entretanto, um ponto é crer que Deus deseja a felicidade de seus filhos, outra coisa são as explicações que a TP apresenta tanto para as causas da pobreza quanto para sair dela.

Dentro do entendimento da Teologia da Prosperidade, as causas da pobreza não têm origem na concentração dos meios de produção, na cruel distribuição dos recursos tanto dentro quanto entre países, na ausência do Estado em fornecer condições mínimas (educação, saúde, cultura, segurança etc.) para que as pessoas possam por seus próprios

---

<sup>100</sup> Mt 19,23-24 (Mc 10,23-25 e Lc 18,24-25); Mt 13,22 (Mc 4,19 e Lc 8,14); Mt 15,3-9.12-14 (Mc 7,5-13); Mt 5,1-12 (Lc 6,20-26); Lc 16,19-31; Cl 3,5; 1Tm 6,3-10; Hb 13,5; Tg 1,9-11; 2,1-7; Tg 3,14-4,8; 5,1-6; 1Jo 2,15-17. Cf. também Sl 62,11; Is 5,10-23; 65,11; Ez 16,49; Am 6,1-9; Sf 1,3 etc.

<sup>101</sup> Kenneth Hagin reitera tal concepção em basicamente todas as suas obras.

meios avançar, no crescimento econômico (que, no mundo real, quando ocorre, tem a maior parte de seus benefícios apropriados por poucos<sup>102</sup>), na apropriação por parte do mercado financeiro pelas mais variadas formas (inclusive impostos) das riquezas produzidas pelos trabalhadores, nas consequências que a escravidão (que grassou no Brasil por quase quatro séculos) ainda lega, no êxodo rural que promoveu um inchaço e respectiva favelização das cidades, no imperialismo que permite às nações mais ricas usufruir das riquezas naturais dos países pobres etc. Não, para a TP as causas da pobreza são as legiões de demônios interferindo na atuação dos homens. E a solução para ela se torna a fé em Deus abertamente proclamada, bem como as generosas contribuições financeiras às igrejas. Como já destacado, aqui nos deparamos com uma das estratégias recorrentes da Teologia da Prosperidade que se enquadra na categoria *ideologia*, que é a abstração da realidade — e, por conseguinte, o ofuscamento da sua compreensão (MELO, 2012, p. 115).

Mas como, a despeito de tais contradições, os teólogos da prosperidade ainda conseguem êxito? Um dos pontos a se destacar é uma das críticas que Edir Macedo faz a outras igrejas, que de acordo com ele, constroem templos faustosos que são utilizados duas horas por semana para eventos que mais parecem sociais do que religiosos<sup>103</sup>. De fato, diferentemente das igrejas católicas ou protestantes clássicas, nas maiores igrejas neopentecostais os templos ficam abertos todos os dias o dia inteiro, sempre havendo pastores titulares, pastores auxiliares ou obreiros mais graduados dispostos a acolher qualquer um que chegue em qualquer momento (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 137). Ademais, suas cerimônias ocorrem de quatro a seis vezes por dia (a despeito disso, não são necessariamente curtas) o que obriga os pastores a uma carga de trabalho muito intensa. Os cultos possuem temas diários específicos, a IURD por exemplo, além da prosperidade na segunda-feira<sup>104</sup>, tem na terça-feira o dia do descarrego, na quarta-feira

---

<sup>102</sup> 82% da riqueza gerada entre 2016 e 2017 ficou com o 1% mais rico da população. Em 2018, a fortuna dos bilionários cresceu 12%, em um ritmo de US\$ 2,5 bilhão por dia, enquanto a riqueza da metade mais pobre da população mundial — cerca de 3,8 bilhões de pessoas — se reduziu em 11%. Cf. <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019\\_Bem\\_Publico\\_ou\\_Riqueza\\_Privada\\_pt-BR.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf)> e <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf)>. Acesso em 09/05/2019.

<sup>103</sup> Curiosamente, o parágrafo em que ele desenvolve esta ideia foi excluído em versões mais recentes de seu livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* (cf. 2006, p. 121).

<sup>104</sup> A reunião já foi chamada de “Vigília das Coisas Impossíveis”, depois “Corrente dos Empresários” e, por fim, remetendo a um trecho do AT — como é de praxe no neopentecostalismo — hoje é chamada de “Nação dos 318”. Este nome fundamenta-se em Gn 14,14, quando Abraão reuniu 318 pessoas entre aliados e familiares para libertar seu irmão Ló que tinha sido preso quando visitava uma cidade que foi atacada por quatro reis inimigos. Abraão investiu contra eles e conseguiu recuperar o irmão, sua família e seus bens. O

a reunião dos filhos de Deus, na quinta-feira a corrente da família, na sexta-feira a corrente da libertação, no sábado a terapia do amor, no domingo a reunião de louvor e adoração. Um amplo conjunto de temas que facilmente se conectam a alguma necessidade específica que o fiel está vivendo. Por isso os crentes veem a crítica de que as instituições são um mero comércio como injusta, pois muitos outros temas importantes para suas vidas também são abordados. Efetivamente, não é muito precisa a ideia de que as igrejas apenas promovem um mero comércio, que se resume a pagar e receber um retorno financeiro, as coisas não são tão simples. A prosperidade neopentecostal não é apenas material, mas também espiritual, afetiva e física. Não apenas, mas também por isso, os fiéis não observam sua igreja como um reles negócio. Vivendo em cidades duras, amargas e perigosas, onde abundam as portas e caras fechadas, o intenso sentimento de solidão, a invisibilidade, o isolamento, a desconfiança e a falta de reconhecimento, os devotos se transformam, encontram a si mesmos em uma instituição que, mesmo de maneira errática, provê em seu espaço de convivência certos circuitos de solidariedade, certo acolhimento, certo senso de pertencimento, certa conexão com algo maior e sublime, lidando com aspectos emocionais intangíveis que ainda se conjugam a elementos mágico-religiosos. Por exemplo, quanto custa um exorcismo que retira o demônio que até então “trancava”, “amarrava” a vida do devoto? O pastor não cobra por este ato específico, que tem valor incomensurável na vida do fiel que o recebe e também para aqueles que o observam — que ficam, como seria de se esperar, extremamente impactados com as cenas recorrentemente interpretadas de maneira tão dramática. Estes são aspectos que os críticos têm dificuldade de avaliar quando meramente vinculam o neopentecostalismo a uma troca mercantil vulgar — efetivamente, observando-se de fora, este é o aspecto mais decisivo, é o objetivo maior, mas para o fiel a sua instituição não se atém a isto, pois este aspecto mágico-religioso o camufla.

A Teologia da Prosperidade se posiciona, sim, como uma doutrina religiosa, profética, taumatúrgica, resolutive, explicativa, que tem caráter transcendente sem abrir mão das questões materiais, seculares e existenciais que compõem a vida humana. Ela atua nas questões implícitas que constituem o indivíduo, considerando prioritariamente as respostas às demandas materiais de seus devotos no contexto sócio-histórico em que eles estão inseridos. De forma versátil, esta teologia age para atender as demandas de todos os tipos, trabalhando com sonhos e desejos que circulam no inconsciente coletivo

---

trecho bíblico está dentro de um contexto bélico, porém, na precariedade exegética padrão do neopentecostalismo, se transformou em referência de prosperidade.

das pessoas, independentemente de classes ou religião. A grande preocupação da TP é resolver problemas, reconfigurando o discurso religioso e inserindo-o no contexto da sociedade capitalista contemporânea guiada pelo ideário que fomenta o mercado e a ética de consumo (RODRIGUES, 2002, p. 115).

Outrossim, uma visão crítica comum à Teologia da Prosperidade é sobre a ingenuidade dos seus adeptos, pessoas simples que dão dinheiro para líderes que possuem padrão de vida superior (e não poucas vezes muito superior) ao dos fiéis. Realmente é impactante ver pessoas humildes, muitas vezes já idosas, malvestidas, com óbvias dificuldades pecuniárias, financiando pastores bem-vestidos e de um padrão de vida claramente mais elevado. Entretanto, cômicos destas críticas, há uma reação a elas por parte da instituição. O que fica claro quando se participa das cerimônias é que os devotos não ignoram a crítica ao mercantilismo neopentecostal, mas as replicam das mais variadas maneiras, mesmo que de forma precária, (por exemplo, afirmando que hoje possuem muito mais do que quando não faziam estas contribuições à igreja; que as pessoas que não doam, não o fazem por desconsiderarem a Deus etc.). Influenciados por este discurso ideológico, calha que os neopentecostais não se veem como ingênuos, ao contrário: para eles, ingênuos são justamente aqueles que os veem como ingênuos, ingênuos são os que não se entregam a Deus, são os que não têm a capacidade de doar e obter Dele as recompensas devidas.

Ao longo do tempo, como as promessas de crescimento econômico mediante régios investimentos em dízimos, ofertas e afins nem sempre obtiveram o resultado esperado conforme a prédica da TP defendia, as igrejas neopentecostais passaram então a estimular fortemente o empreendedorismo, passaram a incitar que as pessoas trabalhem para si mesmas — tendo inclusive um dia da semana (segunda-feira) exclusivamente para que tal pregação seja feita<sup>105</sup>. Desta maneira, todos os pressupostos religiosos devem se unir a este pressuposto secular para a consecução de seu objetivo.

Se em algum momento o discurso neopentecostal era caracterizado por um caráter imediatista e até simplório da resposta que viria dos céus, hoje já não se insinua ingenuamente que basta fazer os sacrifícios e esperar sentado pelos resultados. Ao contrário, os fiéis são vivamente incentivados a correrem atrás de seus sonhos, a

---

<sup>105</sup> Uma pesquisa constatou que 90% dos fiéis da IURD que decidiram empreender o fizeram incentivados pela igreja (BERTANI, 2016, p. 180), números muito significativos.



empreenderem e abrirem novos negócios, perseverarem na labuta, sempre fazendo sacrifícios a Deus no caminho, para que possam ser exitosos em suas iniciativas<sup>106</sup>.

A estratégia empreendedora neopentecostal é arguta: por um lado, ao dirigirem-se às classes mais desfavorecidas da população — habitualmente com educação formal limitada — não se poderia esperar que seus fiéis conseguissem empregos de muita qualidade, além do mais em um país onde estas ocupações são raríssimas. Estes trabalhadores humildes e desempregados, portanto, são instigados a construir seus próprios meios. Por outro lado, naturalmente, mesmo que o risco também seja mais elevado, as possibilidades de auferir maiores rendimentos não se dá sendo empregado, mas sim sendo patrão. Ademais, caso o devoto tenha sucesso em seu empreendimento, incentivado pela igreja que foi, terá um vínculo significativo com ela no aspecto financeiro, a igreja se tornará uma óbvia sócia das conquistas do fiel, auferindo lucros sobre o triunfo dele. Caso ocorra o malogro, para o devoto não será algo particularmente catastrófico, pois são pessoas que começam investindo uma quantidade pequena de recursos; na maioria das vezes são atividades precárias, pequenas unidades geradoras de renda abertamente informais, cujos proprietários acumulam funções produtivas e administrativas, contando especialmente com os membros da família — já que a remuneração escassa não permite que se racionalize suas atividades. Na medida em que a estrutura do negócio é simples, existe uma grande flexibilidade para mudanças devido à sazonalidade das vendas ou por problemas pessoais<sup>107</sup> (MESQUITA, 2008, pp. 75-77).

Pela própria precariedade envolvida no negócio (um pequeno salão de manicure dentro de casa, uma barraca de cachorro quente, um pequeno comércio etc.), caso ele malogre, pode-se tentar de novo. Não se perdeu muito. Para as igrejas neopentecostais é uma relação bastante confortável e conveniente: vende-se o sonho e, se der certo, a igreja é recompensada; mas se der errado, a responsabilidade é toda do devoto. Entretanto, esta prédica empreendedora também acarreta consequências, pois fortalece o comportamento individualista, definhando a visão de comunidade que guiou o cristianismo, especialmente em sua origem. Quando a TP lida com os problemas que afetam seus fiéis, ela o faz de uma maneira muito dissonante em relação à história de todo o cristianismo:

---

<sup>106</sup> Mesmo que o número de neopentecostais tenha crescido significativamente, de acordo com o Censo, a IURD teve uma diminuição do número de fiéis entre 2000 e 2010. Uma pesquisa constatou que 29% dos que saíram da instituição o fizeram porque perderam o emprego, 23% por conta de doença e morte na família e 23% porque vida piorou em todos os aspectos. Fica comprovado, desta forma, o caráter utilitarista do devoto com a instituição (BARBIERI JUNIOR, 2007, p. 108).

<sup>107</sup> Eventuais condições desfavoráveis, é claro, são vinculadas pelos fiéis a ataques do “Devorador”, que investe contra aqueles que não aceitam a derrota e a miséria, mas buscam suas vitórias.

os pastores não veem causas e soluções comuns para os problemas que afligem a humanidade. Todas as demandas e suas respectivas soluções têm cunho individual — ou, no máximo, familiar (SILVA, 2006, pp. 168-9). Mais uma vez aqui observamos, coerentemente com as categorias do materialismo dialético e histórico, a influência neoliberal na Teologia da Prosperidade.

Deste modo, a solução neopentecostal para a pobreza que não é pré-moderna (o empreendedorismo), é uma solução parcial, fragmentária, que visa o benefício de alguns poucos — afinal de contas, não é possível que todos sejam empresários como Edir Macedo insta seus fiéis a serem<sup>108</sup>.

Tendo este embasamento prévio, podemos agora fazer uma análise direta sobre os escritos de seus grandes teóricos, estrangeiros e brasileiros.

### 2.3.3 Análise das obras dos teólogos da prosperidade

Em ponto que é emblemático na compreensão da TP, E. W. Kenyon (2014, pp. 66-67) afirma que se os cristãos fossem cientes de sua identificação e unidade com Cristo, da Justiça que carregam em si, eles se tornariam “inteiramente independentes das circunstâncias”, não estariam mais presos na “escravidão da necessidade e miséria” e nunca mais sentiriam dor. Kenyon também alega que a Palavra trouxe dinheiro para si, quando ordenou em nome de Jesus que espíritos fizessem o dinheiro vir (1989, p. 71). Alguns analistas da TP afirmam que Kenneth Hagin foi quem efetivamente a começou, entretanto, ante tais afirmações de E. W. Kenyon podemos concluir que ele é de fato seu precursor<sup>109</sup>, cabendo a Hagin um avanço agressivo especialmente no que tange às contribuições financeiras dos fiéis.

O livro *Chaves Bíblicas para a Prosperidade Financeira* (2001), de Kenneth Hagin, é um dos mais emblemáticos na conformação da Teologia da Prosperidade pois, como seu próprio título aponta, é uma tentativa de transformar a Bíblia em um manual de negócios com vistas a enriquecer seus usuários. Para Hagin (2001, p. 9), não é possível fazer um estudo correto sobre prosperidade sem se abordar a verdade bíblica da redenção. Segundo ele, as pessoas não compreendem que, através de Cristo, foram redimidas da

---

<sup>108</sup> É famosa entre os membros de sua igreja a asserção de Macedo dizendo que prefere catar latinhas do que trabalhar para outra pessoa (MESQUITA, 2008, pp. 69-70).

<sup>109</sup> E também é um dos formuladores da batalha espiritual, outro grande atributo do neopentecostalismo. Cf. também E. W. Kenyon, *The Blood Covenant*, 2016, p. 114.

morte espiritual, da enfermidade, mas também da pobreza (2001, p. 16) — especialmente porque Jesus, ao ter vindo à Terra, derrotou Satanás e, por isso, os cristãos devem desfrutar das bênçãos de Deus, incluso as financeiras (2001, p. 55). O grande propagador da TP afirma: “Jesus destruiu as obras de Satanás, entre elas a miséria e a escassez” (2001, p. 60). Em postura muito recorrente no campo neopentecostal, ele também exemplifica três empresários que estavam em condição financeira calamitosa, entretanto, deram o restante do dinheiro que tinham para a igreja como contribuição e, por conta disso, ficaram em boa situação nos negócios (2001, pp. 27-28). Hagin defende que os cristãos têm a autoridade de ordenar que Satanás retire a mão daquilo que os pertence — inclusive as finanças (2001, p. 56). Avançando dentro da ideia da “batalha espiritual”, ele considera que os cristãos são soldados em guerra, mas de uma guerra já vencida, e que cabe a estes se apropriar dos despojos que Jesus supostamente já conquistou (2001, pp. 56-57). Como é habitual em sua obra, Hagin relata diálogos diretos com Jesus (2001, pp. 45-46, 88, 114-115, 131-134 etc.), sendo que uma das coisas que mais chama atenção nestes supostos colóquios é a forma extremamente simplória e caricata com que o Messias é retratado:

O Senhor me revelou tudo isso, relacionando com o contexto das finanças. Como eu estava orando e esperando diante dEle uma direção nesse assunto, Ele me disse pelo Espírito Santo: “O dinheiro que você precisa está aí na terra. Não está aqui no céu. Eu não tenho dólares aqui no céu. Não posso fazer chover dólares do céu, porque, se o fizesse, seria um falsificador. Eu não sou um falsificador”. (HAGIN, 2001, p. 54)<sup>110</sup>

E mais adiante:

O Senhor me havia dito: “O dinheiro de que você necessita não está aqui em cima, no céu. Não tenho dinheiro algum aqui em cima. O dinheiro que você precisa está aí embaixo. Satanás que o está segurando, não Eu”. [...]  
O Senhor me orientou: “Não ore por dinheiro, como você tem feito. Seja qual for sua necessidade, *reivindique-a* em Nome de Jesus. Diga: ‘Satanás, tire suas mãos do meu dinheiro’. Depois, fale: “Espíritos ministradores<sup>111</sup>, tragam o dinheiro necessário”. (HAGIN, 2001, p. 62, grifo nosso)<sup>112</sup>

Em fato que é comum na obra dos autores da TP, Hagin diz em certo momento que a Lei judaica não cabe aos cristãos (2001, p. 16)<sup>113</sup>, mas depois afirma que os cristãos precisam obedecer a Bíblia na “área das finanças” e pagar os dízimos, ofertas e ofertas

<sup>110</sup> Cf. também Hagin, *O Toque de Midas*, 2004, p. 14.

<sup>111</sup> Ele chama anjos de “espíritos ministradores” (HAGIN, 2001, p. 63).

<sup>112</sup> Cf. também Hagin, *O Toque de Midas*, 2004, p. 19.

<sup>113</sup> Cf. também Hagin, *É necessário que os cristãos sofram?*, 1990, p. 3.

extras (2001, p. 127) — sendo que o dízimo é fundamentado exatamente no AT (Gn 14,18-20; 28,20-22; Lv 2,1-3.8-10; 6-7; Ml 3,10-12 +). Em alegação particularmente polêmica (2001, pp. 131-137), o autor afirma em seu livro que se não houvesse feito determinadas doações financeiras a outros pastores em dificuldades, ele não teria conseguido salvar uma mulher enferma já desenganada pelos médicos. De maneira direta e clara, Hagin assevera que se os cristãos pagarem seus dízimos e ofertas, colherão bênçãos em abundância (2001, p. 137)<sup>114</sup>. Em frases que, como já demonstrado, viriam a inspirar os teólogos da prosperidade brasileiros, Hagin assegura que Deus fez *investimentos* nos cristãos e espera *retorno* desses investimentos (2001, p. 142). Segundo ele, Deus deseja não somente que as pessoas sejam salvas, mas que glorifiquem o Seu nome. Isso, segundo Hagin, representa “grandes lucros para Deus pelo Seu investimento em nós!” (2001, pp. 142-143). Em uma tentativa de amenizar seus outros dizeres, ele contrapõe que pagar apenas o dízimo não basta — a pessoa também precisa viver as outras partes bíblicas para ser abençoada física e financeiramente (2001, pp. 161-162, 170). Hagin também alega que as pessoas não progridem financeiramente por três razões: 1) preguiça; 2) extravagâncias e excessos nos gastos; 3) má administração financeira (2001, pp. 164-169).

Os elementos que guiam o pensamento de Hagin são iniludíveis:

O Nome de Jesus foi dado ao Corpo de Cristo para nosso benefício. Deus fez um *investimento* com esse Nome para a Igreja. Deus fez um *depósito*, o Nome de Jesus, do qual a Igreja tem o *direito de sacar* para toda sua necessidade. (HAGIN, 2002, p. 82, grifo nosso)

Hagin escreve que o momento decisivo de sua vida se deu quando repetia orações por mais de mil vezes, entretanto, o fazia alterando os pronomes utilizados pelo apóstolo Paulo — de “vós”, ele o mudava para “eu” (1997, p. 6). De modo similar à Kenyon, Hagin afirma que o plano de Deus é que os cristãos governem e reinem sobre as circunstâncias, pobreza, enfermidades e obstáculos de toda ordem (1997, pp. 33, 50). De maneira particularmente emblemática, Hagin se dissocia do pentecostalismo clássico: “Reinamos por Jesus Cristo. Na outra vida? Não, *nesta* vida” (1997, p. 33), e segue afirmando que os cristãos não são mendigos, são coerdeiros com Jesus. De acordo com Hagin, Deus deseja que as pessoas em vida reinem como reis e que Jesus andou no Cadillac de sua época, um jumento — que, segundo ele, era o melhor meio de transporte (1997, pp. 33-34).

---

<sup>114</sup> Cf. Hagin, *Idem*, p. 15.

Depois de muitas polêmicas a respeito da forma como a prosperidade era tratada por ele e por seus seguidores, Kenneth Hagin escreveu a obra *O Toque de Midas* (2004). Nela, tenta estabelecer um meio-termo sobre a questão do dinheiro e da prosperidade em uma ótica bíblica. Neste livro ele também tenta explicar as posses materiais por parte dos cristãos, dizendo que se um pai normal deseja o bem de seus filhos, Deus quererá muito mais e melhor (2004, p. 23). No entanto, segundo ele, existem pessoas para quem a prosperidade bíblica não tem relação com coisas materiais; já para outras ficar rico é o principal objetivo da fé. Estas últimas defendem que a principal preocupação de Deus é o bem-estar material, sendo o dinheiro uma verdadeira medida da espiritualidade (2004, pp. 4-5). Segundo Hagin, a verdade estaria no meio-termo. Em certas partes desta obra, ele tenta amenizar a agressividade dos pregadores em suas coletas (2004, pp. 50-51, 53, 67-69), entretanto, volta a afirmar taxativamente crer na prosperidade como atributo divino, significando esta bem-estar espiritual e saúde física, assim como bênçãos materiais e financeiras — coisa que repete intensamente ao longo do livro, citando exemplos de Abraão, Salomão e Jó (2004, pp. 5, 7-8). Para o autor, o Salmo 50 prova que não é errado ter bens deste mundo (2004, p. 6). Segundo ele, em sua antiga denominação<sup>115</sup> ensinavam que era errado ter qualquer coisa (2004, p. 7). Hagin relata que em um dos múltiplos diálogos que teve com Deus, recebeu a orientação de abandonar certa casa pastoral que lhe pagava o maior salário que teve na vida e, por conta disso, ele passou a ter de viver em um apartamento de três quartos — e por isso ele reclamou com o Senhor, pois seus dois filhos não estariam adequadamente acomodados em tal lugar (2004, p. 11). Nesta obra Hagin volta a vincular a pobreza à intervenção demoníaca (2004, p. 19), bem como afirma que já foi ungido por Deus a tirar ofertas de um dólar dos fiéis (2004, p. 21). Estabelecendo um caminho que seria determinadamente seguido pelos adeptos da Teologia da Prosperidade, Hagin (2004, p. 43) alega que quando se paga o dízimo ofertas, Deus repreende o Devorador, e por conta disso o dinheiro investido retorna aos fiéis mentalmente, emocionalmente e materialmente: os carros e utensílios não quebram, os filhos não ficam tão doentes e, por conseguinte, a conta médica é menor; o tempo ruim não os impede de trabalhar, surgem rendas extras inesperadas (horas extras, bônus, recebimento de dívidas antigas, herança) etc.

De maneira taxativa, o fundador da Teologia da Prosperidade explica:

---

<sup>115</sup> Hagin era batista até sua conversão à Assembleia de Deus em 1937 (MARIANO, 2014, p. 151).

Como foi dito antes, ele promete dinheiro pelo dinheiro; você me paga a décima parte, Deus diz, e eu te darei bênçãos terrenas e materiais. Eu te darei perícia para as mãos como de máquinas; farei com que empregados sejam propensos a você; você receberá as mais altas remunerações; greves não te afetarão; eu estou contigo, e cuidarei para que você tenha provisão.

Farei de você um próspero homem de negócios; eu te conduzirei a lugares onde você poderá fazer bons negócios; enviarei pessoas ao seu redor para comprarem de ti; enquanto o homem da casa ao lado, que negligencia minha causa, pode até falir, esta maldição não te tocará. Eu cuidarei das suas contas quando chegar o dia para o pagamento; cuidarei para que sua conta bancária esteja suficientemente gorda; em uma palavra, *eu sou seu sócio* e tomarei conta dos interesses dos seus negócios. [...] Apenas paguem-me sua décima parte, vocês serão muito bem cuidados. (HAGIN, 2004, p. 40, grifo nosso)

No livro *Redimidos da miséria, da enfermidade e da morte* (1990), que possui nome particularmente revelador, Hagin repete as considerações acerca do suprimento das necessidades financeiras, materiais e todas as demais (1990, p. 4). Nesta obra, ele relata uma das prédicas que é bastante comum à TP: o pedido para que os fiéis façam doações até do que não possuem. Ele relata o caso de alguns empresários que estavam em más condições financeiras, mas doaram a igreja o dinheiro que tinham pegado emprestado. Contudo, trinta dias depois, todas as suas dívidas supostamente haviam desaparecido (1990, pp. 6-7).

Já Edir Macedo escreveu a obra *O Perfeito Sacrifício* (2004), que é toda destinada a justificar as doações financeiras que o tornaram bilionário. Em seu livro, ele afirma que a oferta representa Jesus Cristo, por isso é tão santa e sagrada quanto a própria Palavra de Deus (2004, p. 12)<sup>116</sup>; defende que a oferta está intimamente relacionada com a salvação eterna (2004, p. 13), que a oferta é o instrumento através do qual o ser humano se aproxima de Deus (2004, p. 15), que a oferta simboliza Jesus (2004, p. 19) e é uma grande bênção para o ofertante (2004, p. 32). De acordo com Edir Macedo, não há oferta sem sacerdote e não há altar sem oferta (2004, p. 20); ele afirma ainda que todos os cristãos têm obrigação de sempre ofertar sacrifícios espirituais agradáveis a Deus (2004, p. 21). Da mesma maneira que Kenneth Hagin, Macedo acredita que a maioria dos cristãos vive nos limites da pobreza e da miséria porque suas ofertas têm revelado falta de temor, amor e respeito com Deus (2004, p. 33). O líder da Universal assevera que na relação entre Deus e o ser humano, está sempre presente o dar e o receber (2004, p. 45). Do mesmo modo que E. W. Kenyon e Kenneth Hagin, Macedo também se utiliza de

---

<sup>116</sup> Este também é um dos lemas oficiais da Universal. Cf. <<http://www.eusouauniversal.com/em-que-cremos>>. Acesso em 05/05/2019.

autossugestionamento, instando que as pessoas, depois de terem feito o devido pagamento, creiam que sua conquista já foi realizada — mesmo que ela efetivamente ainda não tenha sido (2004, pp. 50-51). Ele alega ainda que o dízimo não possuía e nem possui apenas valor simbólico, mas representa na verdade o próprio Jesus Cristo (2004, p. 65). Para Macedo, as contribuições financeiras à igreja têm, inclusive, vínculo com a fidelidade conjugal (2004, p. 65).

O proprietário da Igreja Universal do Reino de Deus dá interpretações bastante polêmicas sobre inúmeros versículos, bem como mistura partes do AT e do NT, selecionando aquilo que o interessa e descartando o que o contradiz. Por exemplo, ele cita o v. de 1 Pedro 2,5<sup>117</sup>, o qual conclama os cristãos a oferecer “sacrifícios espirituais” (2004, p. 54). Segundo Macedo, através de Jesus Cristo, o Senhor garante todas as bênçãos e provisões, tanto as que as pessoas necessitam, quanto até mesmo as *que venham a desejar* (2000, p. 27). O proprietário da IURD afirma que para receber as bênçãos materiais, os fiéis precisam: 1) acreditar que Deus deseja que eles prosperem financeiramente; 2) Estar dispostos a aceitarem a responsabilidade de serem *sócios* e administradores da obra divina (2000, p. 28). Ele assevera: “Nunca ouça a voz dos inimigos de Cristo, que através de mensagens demoníacas, afirmam que o dinheiro é mau, que a riqueza é diabólica ou coisas semelhantes.” (2000, p. 30).

Da mesma maneira que o suposto caso dos três empresários de Hagin, Macedo descreve o caso de uma pessoa que recebeu uma herança inesperada depois de ter feito contribuições à igreja (2000, p. 36). Para ele, o dinheiro é uma “ferramenta sagrada usada na obra de Deus” e, para prosperar, as pessoas precisam pagar o dízimo, pois a lei de dar para receber não é apenas física, mas também espiritual. Macedo alega ainda que até o próprio Deus não escapou dessa lei quando enviou Jesus para que pudesse receber as vidas dos cristãos e o seu louvor (2000, pp. 52-53). Igualmente a outros teólogos da prosperidade<sup>118</sup>, ele cita que os milionários fundadores das empresas homônimas Colgate, Ford e Caterpillar eram dizimistas e, se o fiel contribuir com o dízimo, todas as pessoas ao redor ficarão surpresas com a sua prosperidade; o dinheiro do fiel *nunca acabará*, ao contrário, se multiplicará de tal maneira que ele terá oportunidade de *adquirir* aquilo que *sempre desejou* (2000, pp. 58-59).

---

<sup>117</sup> “Do mesmo modo, vocês também, como pedras vivas, vão entrando na construção do templo espiritual, e formando um sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais que Deus aceita por meio de Jesus Cristo.”

<sup>118</sup> Ver, por exemplo, R. R. Soares, *As bênçãos que enriquecem*, 2005, pp. 123-25.

Por sua vez, R. R. Soares — uma espécie de santo anárgiro ao inverso — logo no início do livro *Como tomar posse da Bênção* (1997) diz qual é o objetivo de sua obra: explicar “como ter, usar e desfrutar tudo o que Cristo *comprou* para nós”. (1997, p. 3, grifo nosso).

De maneira um tanto contraditória, ele afirma:

Imagine que transformação a Igreja do Senhor Jesus Cristo faria no mundo se os seus membros começassem a praticar os ensinamentos da Palavra de Deus!

Se pegassem no chicote como fez o Senhor, e começassem a limpar o templo (o coração), expulsando os cambistas que trocam a verdade pelos ensinamentos dos homens, que vendem a Palavra pelos seus interesses pessoais. (SOARES, 1997, p. 52)

Fica a dúvida se não expulsariam ele mesmo.

O livro de R. R. Soares *Perguntas e respostas sobre o dízimo: os 10% que nunca faltam* (2013) se assemelha muito a *O Perfeito Sacrifício* de seu cunhado. Para o proprietário da IIGD, pode-se afirmar que se o filho de Deus não for dizimista jamais prosperará, pois não apenas está desobedecendo ao Senhor, mas também se abrindo para atuação do Diabo em sua vida (2013, p. 7). De acordo com ele, quando uma pessoa paga o dízimo, o inimigo sabe que não pode mais agir na vida financeira dela (2013, pp. 7-8). Segundo R.R. Soares:

A rejeição ao dízimo é grande e, na verdade, é uma das mais fortes armas que Satanás usa para fechar o coração das pessoas em relação à conversão. O inimigo sabe que aquele que não conhece o Senhor vive apegado ao dinheiro e que alguns até traem e matam por causa dele. Há quem venda o corpo e a alma para conseguir um pouco mais do conhecido “vil metal”. Inegavelmente, o amor às riquezas é a causa da maioria das confusões, traições e dos acordos espúrios que se fazem “por baixo dos panos”. Por isso, muitos quando sentem o chamado de Deus para converter-se e nascer de novo, logo pensam na questão do dízimo. Não são poucos os que recusam o convite do Senhor, deixando de ir para o céu, por não entenderem que entregar a Deus a décima parte de suas finanças não significa perder algo, mas ganhar muito. (SOARES, 2013, pp. 8-9)

O dono da IIGD (cf. 2013, p. 14) estabelece uma série de perguntas e respostas, nas quais se utiliza especialmente de versículos do AT para referendar seu raciocínio. De acordo com ele, quando a pessoa faz o pagamento do dízimo, o pastor recebe a parte material e Jesus a parte espiritual (2013, p. 15); ele assevera que mesmo se a pessoa estiver passando por dificuldades financeiras, não poderá deixar de pagar o dízimo (2013, p. 15). Alega ainda que, caso a pessoa não pague o dízimo, Jesus não recebe o que lhe



pertence e fica *impossibilitado* de abençoar (2013, p. 16)<sup>119</sup>. R. R. Soares reitera que não pagar o dízimo impede o Senhor de abençoar a pessoa financeiramente, impede que Ele se mostre pai e pastor — que é quando Ele previne que alguma coisa falte, repreendendo o devorador que consome o que pertence ao homem (2013, pp. 17-18)<sup>120</sup>.

De acordo com R. R. Soares, depois de ter entregado o dízimo, a pessoa pode entrar em guerra contra o diabo — o qual, segundo ele, impede a prosperidade (2013, p. 34). O dono da IIGD adverte ameaçadoramente a pessoa não dizimista: “se, até hoje, você tem roubado de Deus, arrependa-se enquanto é tempo” (2013, p. 42). Ele adverte também que, assim que a pessoa receber salário, mesada ou o que quer que seja, antes de comprar qualquer coisa — até mesmo um copo d’água, ele exemplifica —, deve separar o dízimo e deixá-lo em lugar seguro até que possa entregá-lo na igreja (2013, p. 42). O dono da IIGD expõe no livro os números das contas e dos bancos, para que as pessoas moradoras de cidades onde não existam filiais da igreja da qual é proprietário possam fazer seus depósitos (2013, pp. 42-43). Em afirmação que é paradigmática na Teologia da Prosperidade, R. R. Soares afirma em relação ao dízimo: “É bom lembrar que ninguém está autorizado a dividi-lo, nem mesmo para dá-lo aos pobres e necessitados” (2013, p. 45).

No livro *As bênçãos que enriquecem: Um estudo aprofundado sobre dízimos, ofertas e exemplos de pessoas que provaram a Deus* (2005), no próprio título do primeiro capítulo, “Dinheiro, ferramenta sagrada”, R. R. Soares já mostra qual é o propósito da obra. A Lei determinava o pagamento do dízimo para os judeus e o cristianismo declarou a invalidade dela. Entretanto, em leitura surpreendente da Bíblia, R. R. Soares alega que a invalidade da Lei significa dizer que as contribuições financeiras devem ser ainda maiores do que anteriormente (2005, p. 20), pois, como Jesus é superior a Moisés, a contribuição dos crentes deve ser maior do que o dízimo (2005, p. 49). Para o proprietário da IIGD, as pessoas que *provam* o Senhor com dízimos e ofertas veem seu dinheiro render como nunca, as bênçãos surgem em suas vidas de maneira inesperada; o prazer, a felicidade e tudo o que é necessidade vital torna-se algo normal (2005, p. 29). Nesta mesma página, ele afirma taxativamente: “Não existe, nem pode haver, no mundo, um dizimista leal que seja carente do essencial”.

O dono da Igreja Internacional da Graça de Deus, seguindo a prédica recorrente da Teologia da Prosperidade, afirma que, por mais que trabalhem e sejam inteligentes, a

---

<sup>119</sup> R. R. Soares, *Idem*, p. 66.

<sup>120</sup> R. R. Soares, *Idem*, p. 28.

maioria das pessoas não vive com fartura porque não faz as devidas contribuições ao Altíssimo (2005, p. 51). Avançando na temática, R. R. Soares afirma que o Criador nunca exigiu *apenas* 10% da renda de seus fiéis, pois, na verdade, esse valor “**é o mínimo com que devemos contribuir para a causa de Deus**” (2005, p. 63, grifo do autor). De maneira um tanto contraditória, ele admite que “no Novo Testamento, vemos poucos relatos quanto ao dízimo. O próprio Jesus não transmitiu mandamento algum a esse respeito” (2005, p. 63). Entretanto, na interpretação dada pela Teologia da Prosperidade, isto implica dizer não só que o fiel deve pagá-lo, mas também que deve pagar mais do que isto, pois doar apenas os 10% seria uma demonstração de mesquinha (2005, pp. 63, 65).

Sem maiores pudores, R. R. Soares afirma: “A *transação* que Deus nos propõe é simples e muito fácil: damos a Ele, por meio de Sua Igreja, dez por cento do que ganhamos e, em troca, Ele nos presenteia com bênçãos sem medida” (2005, p. 75, grifo nosso). O autor elenca trinta e duas razões para pagar o dízimo, dentre elas: para que o fiel se torne *sócio* do Senhor, porque *todos* os dizimistas são felizes, porque promove bons métodos de *negociação* e também porque evita a avareza (2005, p. 129, grifo nosso). Embasando-se na Lei<sup>121</sup>, Soares afirma que não pagar o dízimo é roubar de Deus (2005, p. 141). De maneira particularmente impressionante, ele alega que se um homem recebe seu salário, paga o dízimo e, do dinheiro que lhe sobra, dá uma parte para sua mulher, esta também deve pagar o dízimo deste valor que recebeu do marido (2005, p. 143) — ou seja, uma bitributação.

Esta obra do proprietário da IIGD é uma das raras que tenta explicar porque alguns fiéis que pagam religiosamente o dízimo não prosperam, bem como algumas pessoas que não pagam o dízimo são ricas (2005, pp. 143-45). As explicações são erráticas e alienadas, mas deve-se destacar que ao menos ele toca neste assunto espinhoso para a Teologia da Prosperidade, pois desmente o fulcro deste ensinamento. Em sua tentativa de explicar estas contradições, Soares afirma que a riqueza de quem não contribui é injusta e que muitos ricos não dizimistas são infelizes; bem como afirma que os negócios na terra são administrados por humanos e estes serão prósperos se, somado às bênçãos do Altíssimo, forem inteligentes, astutos e souberem aproveitar boas oportunidades. Ou seja, há uma mudança significativa de entendimento, o dízimo e as ofertas não garantem a

---

<sup>121</sup> Que é válida, como se pode observar, conforme o interesse e a necessidade.

prosperidade, mas são apenas um dos pré-requisitos para que se possa alcançá-la<sup>122</sup>. Para ele, o Diabo é que vem oprimindo, fazendo com que as pessoas não façam suas contribuições financeiras às igrejas e, conseqüentemente, impede as pessoas de ascenderem (2005, pp. 103-04).

Repetindo a prédica de outros autores neopentecostais, R. R. Soares afirma que quem não paga o dízimo e não dá ofertas está, na verdade, sendo guiado pelo Demônio (2005, pp. 150-51); que se um cristão deseja ser feliz e abençoado, deve contribuir com dízimos e ofertas tantas vezes quanto possível (2005, pp. 148-49); que o cristão não está mais sob a ordem da Lei, mas as ofertas e o dízimo (nelas prescritas) continuam válidos (2005, p. 160), que “a fidelidade a Deus nos dízimos e nas ofertas é a maior prova de fé que alguém pode apresentar diante dEle” (2005, p. 190).

Mas há duas passagens de sua lavra nessa obra que chamam particular atenção:

Quando viajo pelo nosso país, particularmente, confesso que, como ministro de Deus, fico frustrado. O que vemos por toda parte é a fome, a miséria, o desconhecimento do Senhor e a opressão de Satanás! Lembrome, então, das grandes cidades e igrejas. Que ingratidão! Muitos se banqueteiam e se preocupam em engordar a conta bancária, enquanto tantos no mundo jamais ouviram as doces Palavras do bom Mestre. (...) Fico impressionado como, muitas vezes, Satanás distorce o sentido da Palavra de Deus. Mais perplexo ainda fico quando percebo que cristãos e membros de igrejas usam certos textos de um modo completamente distante das Escrituras. (SOARES, 2005, pp. 106, 171)

Silas Malafaia, proprietário do ministério Vitória em Cristo, ligado à igreja Assembleia de Deus, afirma em seu livro *Como ser abençoado?* (2010), que quem não paga o dízimo *sonega* de Deus, bem como alega que é o Diabo quem estimula o egoísmo no coração das pessoas, para que elas não *invistam* no reino Dele. Em sua obra *O poder da decisão* (2012b), da mesma maneira que R. R. Soares, afirma que antes de se pagar qualquer conta deve-se separar o dinheiro do dízimo, para que o Senhor atenda sua promessa de abundância e impeça o *devorador* de acabar com as finanças do fiel. Ele afirma ainda que uma pessoa que quer compromisso com Deus deve agir como uma ovelha que humildemente obedece à Sua liderança e a de um pastor. No livro *Provisão de Deus: Como recebê-la e o que ela realiza* (2012c), diferentemente de Macedo (2000, p. 27), Malafaia (2012c, pp. 7, 15) explica que os cristãos não receberão aquilo que desejam,

---

<sup>122</sup> Destaque-se que esta explicação contradiz abertamente inúmeras outras passagens deste autor já aqui citadas (SOARES, 2013, pp. 7-9, 34; 2005, pp. 29, 75, 129). Para lembrar duas, ele afirma que se o filho de Deus não for dizimista *jamais prosperará* (2013, p. 7) e que *todos* os dizimistas são felizes (2005, p. 129).

mas sim o que efetivamente precisam. Explicitando algo que é muito comum na prédica da IURD (mas não tanto nos livros de seu proprietário), Malafaia (2012c, pp. 21-22) incita os fiéis à ação para se livrarem do que os aflige. No livro *Um Novo Tempo Para Você* (2011), o dono do ministério Vitória em Cristo reitera a incitação dos homens à ação, apontando certa acomodação em Êxodo 1, que levava os israelitas a quererem voltar à escravidão egípcia quando passavam por agruras no deserto. Destaque-se, na prédica das igrejas estas incitações à ação se transmutam em incentivos ao empreendedorismo.

É interessante notar que em seus livros Malafaia de certa maneira contrapõe o que ele mesmo e demais pastores neopentecostais defendem e praticam. Cita passagens bíblicas que tratam do apego ao dinheiro (por exemplo, 1 Tm 6,12) e suas lesivas consequências (2010)<sup>123</sup>; que as pessoas devem se desligar das coisas deste mundo e apegar-se às celestiais<sup>124</sup> (2009); que os falsos profetas devem ser rejeitados<sup>125</sup> (2012a); contrapõe o exemplo de Daniel — que não se deixou seduzir pelas regalias do dinheiro durante sua estada na corte babilônica (2012b). Afirma que as obras da carne exercem domínio total sobre a pessoa distanciada de Deus e espiritualmente morta, levando-a à destruição (2008b). Tece uma série de restrições ao ganho da riqueza, asseverando que o maior dever dos cristãos é amar ao próximo (2012c); bem como repete o versículo bíblico (Nt 6,24) de que não se pode servir a Deus e a Mamom<sup>126</sup> (2011).

Tendo exposto os elementos nucleares da Teologia da Prosperidade através dos escritos de seus grandes teóricos, chega-se a um momento delicado da pesquisa, pois a tendência natural é uma reação indignada e moralista contra estas ideias. Entretanto, mesmo que tal reação seja justificada, naturalmente, não interessa realizar todo um estudo apenas para se reprochar o comportamento ético destas lideranças — para isso, até o senso comum já atenderia. Como afirmado no preâmbulo desta pesquisa, o que interessa, na verdade, é se dissociar de uma crítica rasa e analisar se não é a própria estrutura econômica da sociedade que induz as igrejas a se tornarem empresas lucrativas, os bispos a se tornarem empresários, os pastores a se tornarem vendedores, os fiéis a se tornarem consumidores, a Bíblia ser tratada como um manual de negócios, o púlpito virar um balcão de compra e venda, o templo religioso se transmutar em um shopping onde são vendidos sonhos financeiros. Uma indignação banal contra estas lideranças que

<sup>123</sup> Malafaia (2008a) cita também Ef 4,17-24 e 2Tm 3,2-5, versículos que atacam duramente a cobiça e a ganância.

<sup>124</sup> Ideia cara ao pentecostalismo clássico.

<sup>125</sup> Naturalmente, ele não observa suas ações como similares às dos falsos profetas.

<sup>126</sup> Ou seja, a Deus e ao dinheiro.

afirmaram tais coisas acabaria por escamotear as categorias filosóficas capazes de decifrar o movimento real do tema pesquisado. Importa compreender, portanto, o que as induz a tanto, até porque, se não fossem estas lideranças, seriam outras, a realizar as mesmas práticas.

Portanto, faz-se necessária nesse momento uma análise crítica geral do pensamento destes autores neopentecostais em relação ao livro religioso que adotam. Este confronto, ao comprovar que não há fundamentação bíblica para o que defendem, permitirá que avancemos em nossa pesquisa e possamos reconhecer o que foi apontado no primeiro capítulo, onde realmente está o embasamento da TP — destacando, como sempre, que se trata de protestantes, adeptos do *Sola Scriptura*, por isto, não se recorrerá à Tradição para tentar compreender suas ações.

#### 2.3.4 Crítica

É muito claro nos trechos expostos que os pastores neopentecostais estabeleceram um objetivo arrecadatório e, a partir desta base, desenvolveram um pretensão embasamento teológico para justificar biblicamente que os fiéis doem tudo o que puderem para suas instituições. A pedra angular, o objetivo primordial, o tema mais recorrente de suas pregações é a arrecadação financeira — cabendo aos outros elementos teológicos se adequarem a este intuito. Pôde-se observar que os teólogos da prosperidade invertem o que deveria ser a lógica de um argumento: primeiro eles estabelecem uma conclusão — de fim arrecadatório — e depois vão atrás das premissas que possam sustentá-la.

Os judeus ao longo de seus escritos apresentam uma quantidade marcante de observâncias: no AT existem decálogos, dodecálogos, códigos legais, listas de preceitos, decisões de jurisprudência etc. A tradição rabínica enumerou no Antigo Testamento 613 preceitos, 365 proibições e 248 mandamentos (Bíblia do Peregrino, 2011, pp. 2431-2), entretanto, Jesus transformou todo este volume colossal em dois mandamentos: amor a Deus e ao próximo (Mt 22,36-40, Mc 12,28-31 e Lc 10,25-28). Posteriormente, este mandamento é sintetizado ainda mais: Jesus manda que se ame ao próximo como ele amou a humanidade (Jo 13,34)<sup>127</sup>. Esta concepção — teologicamente muito avançada —

---

<sup>127</sup> Cf. também Jo 15,10-17.

compreende que Deus e o ser humano estão intrinsecamente unidos e, portanto, quando se ama ao próximo, também se ama a Deus (Bíblia Pastoral, 1990, p. 1312).

O que os pastores fazem é — no meio de centenas de mandamentos, preceitos e proibições — selecionar um único dos (superados) mandamentos do Antigo Testamento e, a partir dele, construir todo seu edifício teológico. Já os mandamentos propriamente cristãos — de amor ao Pai e ao próximo — não são os mais relevantes no neopentecostalismo, muito ao contrário.

Para tentar justificar suas pretensões financeiras, os pastores da TP cometem toda sorte de abuso exegetico. Por exemplo, afirmam que o dízimo seria anterior à Lei (MACEDO, 2000, pp. 57-58; SOARES, 2013, p. 12). Na verdade, todos os preceitos, proibições e mandamentos do Pentateuco compõem a Lei — e ela foi superada de quando da morte de Cristo, como é amplamente exposto nas epístolas paulinas<sup>128</sup>.

O apóstolo Paulo de Tarso via o trabalho e as doações de modo muito divergente dos teólogos da prosperidade (At 28, 29-30.33-35). Paulo reconhecia o direito dos missionários à sua subsistência (1Cor 9, 6-14; Gl 6, 6; 2Ts 3,9; cf. Lc 10,7), mas sempre preferiu trabalhar com as próprias mãos (1Cor 4, 12), de modo tanto a não ser pesado a ninguém (1Ts 2,9; 2Ts 3,8; 2Cor 12,13s), quanto para provar que sua pregação não era interesseira (At 20,33s; 1Cor 9, 15-18; 2Cor 11,7-12). Só aceitou auxílio dos filipenses em momento particularmente necessitado de sua jornada (Fl 4,10-19; 2Cor 11, 8s; At 16,15 +). O apóstolo dos gentios recomendava também aos fiéis que trabalhassem para prover não só às suas próprias necessidades (1Ts 4,11s; 2Ts 3, 10-12), mas também às dos indigentes (At 20, 35; Ef 4, 28). Tanto por sua prática quanto por sua prédica, Paulo se posicionou de uma forma que é exatamente a inversa ao que a Teologia da Prosperidade prega e pratica.

Se os teólogos da prosperidade afirmam recorrentemente, como os trechos acima citados puderam mostrar, o vínculo entre as doações financeiras às instituições religiosas (no entender deles, pretensamente à Deus) e um intenso crescimento material, eles precisam responder sobre os inúmeros ateus prósperos financeiramente, bem como pelo fato de que alguns países detentores dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do mundo terem percentual de ateus tão elevado: 1) Suécia, 85% de sua população composta de ateus e 8º IDH mundial em 2019; 2) Dinamarca, 80% de sua população composta de ateus e 11º IDH mundial em 2019; 3) Noruega, 72% de sua população

<sup>128</sup> Rm 4,15; 6,14; 7; 8,2; 1Cor 15,56; 2Cor 3,7; Gl 2,16.21; 3,13; 4,3.5.9-6,18; Ef 2,15 etc.

composta de ateus e 1º IDH mundial em 2019. Se o tal “Devorador” impede o crescimento econômico das pessoas caso elas não façam as devidas contribuições, os teólogos da prosperidade precisam explicar porque esta entidade maligna não se digna a ir até os países do norte da Europa sugar a renda de países de população majoritariamente atea, porque o “Devorador” não “amarra” o desenvolvimento deles, não “tranca” o progresso econômico e social de incrédulos — mas na verdade prefere atuar aqui, em um país majoritariamente cristão. É uma contradição intransponível.

Sem ingressar em tema caro a fé alheia, pode-se pontuar que a Bíblia não é um manual de negócios e a base estatística comprova que ser cristão não implica crescimento material. A Bíblia é um livro com outro foco, outra abordagem, outros propósitos.

Hagin (2004, pp. 50-51, 53, 67-69) eventualmente tenta estabelecer um meio-termo sobre a prosperidade material e sua relação bíblica. Na maior parte de seus livros e de suas pregações ele era agressivo nas coletas financeiras e, como mostramos, na obra *O Toque de midas* (2004) tenta em algumas passagens matizar esta característica. Entretanto, não consegue se abstrair de sua prédica comum e em vários trechos acima descritos ele volta à carga (cf. HAGIN, 2004, pp. 5-8), vinculando o crescimento financeiro ao pagamento do dízimo e ofertas. Hagin (2004, p. 7) alega que sua antiga congregação afirmava que ter qualquer bem material era errado. Neste caso, pode-se observar que ele está utilizando a “falácia do espantalho”<sup>129</sup>. Não é crível que sua antiga denominação — Batista — defendesse tal coisa. O fato de Hagin (2004, p. 11) dizer que Deus não estava cumprindo a parte Dele porque o líder da TP estava vivendo com sua família em um apartamento de três quartos faz voltar o questionamento: se assim o é, por que existem centenas de milhões de cristãos no mundo vivendo em situação de indigência, insegurança alimentar, morando em favelas e outros locais inapropriados? A quantos sinceros cristãos um apartamento de três quartos seria uma bênção? Hagin demonstra com sua fala uma insensibilidade absurda ante as dificuldades econômicas alheias, bem como repercute aqui suas distorções exegéticas: foi o próprio Jesus quem afirmou não ter lar para repousar a cabeça (Lc 9,58) — e Hagin reclama a Deus pois julga que um apartamento de três quartos era insuficiente para ele, sua esposa e seu casal de filhos.

As afirmações dos teólogos da prosperidade de que os cristãos teriam recompensas financeiras justamente por serem cristãos não é bíblica — muito ao contrário. Para citar um exemplo, quando interpelado por um pedinte coxo de nascença,

---

<sup>129</sup> Quando se deturpa, exagera ou inventa o argumento de um adversário, para que o seu próprio pareça razoável e equilibrado.

o apóstolo Pedro afirma não ter dinheiro (At 3,6), mas ainda assim pratica um milagre e o cura de sua doença (At 3). Se o apóstolo Pedro, em quem Jesus funda sua igreja (Mt 16,18), capaz segundo a Bíblia de não só realizar curas, mas até mesmo de ressuscitar uma pessoa (At 9,32-43), não tinha sequer um pouco de dinheiro para dar a um pedinte, o que faz pensar que um cristão deva ser rico *por conta* de sua religião? Tal raciocínio, como afirmado, não tem base bíblica.

As distorções, mistificações e desvios exegéticos cometidos pelos teólogos da prosperidade puderam ser observados ao longo de todos os trechos que aqui foram detalhados. Quando Kenneth Hagin (2001, p. 9) afirma que não é possível fazer um estudo correto sobre prosperidade sem se abordar a verdade bíblica da redenção, de maneira patente ele mistura categorias cristãs com neoliberais. A forma como Hagin (2001, pp. 131-137) pede doações é o início de uma agressiva campanha arrecadatória, que é feita nas igrejas neopentecostais de maneira acintosa e coercitiva, compondo aquela talvez seja a característica mais emblemática da Teologia da Prosperidade. O fato de uma mulher enferma supostamente ter sido salva da morte apenas porque ele deu dinheiro a alguns pastores também é uma idiossincrasia da TP (2001, pp. 131-137): não há gratuidade ou generosidade, mas sim uma espécie de comércio sagrado, em que se faz um pagamento e se recebe um retorno por ele — algo coerente com o regime neoliberal.

O mesmo autor alega que Jesus Cristo era rico, mas se fez pobre para que os cristãos pudessem ser ricos (2004, p. 25) — tal entendimento contradiz suas próprias palavras, quando afirma em outra obra que o jumento utilizado por Jesus para ingressar em Jerusalém seria o mesmo que um Cadillac nos dias de hoje (1997, pp. 33-34)<sup>130</sup>. Hagin (2001, pp. 161-162, 170) também alega que somente o pagamento de dízimos e ofertas não basta, as pessoas precisam viver as outras partes bíblicas. Na verdade, aqui está de antemão a justificativa caso as bênçãos materiais prometidas pelos “investimentos” na igreja não venham<sup>131</sup>. Quando Hagin afirma que Deus fez um *investimento* nos cristãos e que deles espera *retorno* (2001, p. 142; 2002, p. 82) — ou, mais especificamente, *grandes lucros* (2001, pp. 142-143); que Deus fez um *depósito* (e este depósito é Jesus), do qual a Igreja tem o *direito de sacar* (2002, p. 82), nos próprios termos que ele utiliza, podemos observar o vínculo indissociável entre o neoliberalismo e a TP, o que é estritamente coerente com as categorias do materialismo histórico e dialético.

<sup>130</sup> Cf. Hagin, *A autoridade do crente*, 1997, pp. 33-4.

<sup>131</sup> As mesmas desculpas são dadas em seu livro *O toque de midas*, 2004, pp. 12 e 23.



Ademais, quando Hagin (2001, pp. 164-169) explica as razões para o insucesso financeiro (preguiça, extravagâncias e má administração<sup>132</sup>), pode-se perceber que ele não aponta nenhuma causa social, nenhum contexto socioeconômico, educacional, de saúde e cultura providas pela sociedade, nada. As causas apontadas por ele para o desenvolvimento financeiro ou seu fracasso são exclusivamente individuais: nada mais neoliberal.

Quando Hagin (1997, p. 6), afirma que repetia orações por mais de mil vezes, entretanto, o fazia alterando os pronomes utilizados pelo apóstolo Paulo — de “vós”, ele o mudava para “eu” —, bem como que Deus supostamente deseja que as pessoas em vida reinem como reis; que Jesus andou no Cadillac de sua época, um jumento — que, segundo ele, era o melhor meio de transporte, Hagin distorce tudo o que a Bíblia afirma. A substituição do pronome “vós” por “eu” é sintomaticamente neoliberal e estritamente coerente com as categorias do materialismo histórico e dialético já destacadas nesta pesquisa. Sobre a analogia com o Cadillac, nos tempos bíblicos, o jumento era cavalgada pacífica e mansa (Jz 5,10), podia ter conotação régia (1Rs 1,38.44; Zc 9,9); para a guerra, serviam mulas e cavalos (Jz 5,22; 2Sm 18,9) — a passagem de Jesus entrando em Jerusalém montado num jumento, descrita na Bíblia nos quatro evangelhos (Mt 21,1-11; Mc 11,1-11; Lc 19,28-38; Jo 12,12-19) expressa a ideia de um reinado pacífico e humilde (cf. Bíblia de Jerusalém, 2016, pp. 1741 e 1874). Entretanto, de maneira totalmente oposta à que Hagin afirma, Jesus teve dificuldades financeira em sua vida (Mt 8,20; Lc 9,58) e a questão do jumento não auxilia seu argumento, ao contrário, o desmente por completo. Está expressamente detalhado na Bíblia que o jumento não era de Jesus nem de seus discípulos e, justamente por não tê-lo, Cristo ordena aos discípulos que peguem um emprestado, avisando ao dono que logo o devolverá (Mt 21,1-5; Mc 11,1-3; Lc 19,29-34; Jo 12,14-15). Para um líder religioso, autor de dezenas de livros sobre o assunto, é particularmente impressionante tanto a ignorância bíblica de Hagin, quanto a forma como ele perverte a mensagem cristã. Também é impressionante que os fiéis seguidores de sua doutrina não tenham feito este tipo de cotejamento e observado as inconsistências patentes na pregação de seu líder.

A citação direta de Hagin (2004, p. 40) é apodítica, mostra como ele vê a religião: um reles comércio, no qual se estabelece uma relação burguesa de pague-e-leve. O suposto desejo de Deus de se tornar *sócio* dos homens — ao invés de manter a relação

---

<sup>132</sup> Ele não parece ter percebido que o terceiro item abarca o segundo.

pai/filho — é sintomaticamente neoliberal e será utilizado por outros teólogos da prosperidade. Mas faz-se necessário destacar dois pontos deste trecho citado. O primeiro, é que quando Hagin diz que o Senhor abençoará o fiel materialmente, exemplifica que Ele o fará impedindo que greves o afetem. Ou seja, Hagin não vê o trabalhador tendo sua renda acrescida devido ao movimento coletivo do qual participa como um benefício divino: seu olhar é o olhar do capital, com vistas ao benefício deste. Logo adiante, corrobora o raciocínio: “farei de você um próspero homem de negócios” (2004, p. 40). Estes dois trechos mostram claramente para quem o grande divulgador da Teologia da Prosperidade escreve — e para quem não escreve. Não é para o trabalhador, mas sim para o proprietário, algo sintomaticamente neoliberal.

O caso destacado por Hagin (1990, pp. 6-7) do êxito financeiro de certos empresários que fizeram doações a igreja de um dinheiro que haviam pegado emprestado é um exemplo emblemático e recorrente do que acontece nas igrejas neopentecostais. Os pastores coagem seus fiéis a fazerem contribuições às igrejas citando exemplos desta ordem o tempo todo, instruindo os devotos a deixarem de pagar até mesmo contas elementares, indispensáveis (tais como água e energia elétrica), que podem trazer repercussões graves na vida das pessoas. O fato de pedir dinheiro de maneira tão coerciva pode extrapolar os limites da religião, configurando-se até mesmo em tipos penais — especialmente os de extorsão e estelionato<sup>133</sup>. E como pode-se ver, tal problemática não é um equívoco pontual de um ou outro pastor, ela na verdade tem embasamento no ideário dos próprios fundadores da TP — pois, obviamente, fazer com que uma pessoa doe o dinheiro que ela pegou emprestado (ou seja, que ela na prática não tem), extrapola em muito o razoável.

As afirmações de Edir Macedo de que as ofertas representam Jesus e por isso são tão santas e sagradas quanto a própria Palavra de Deus (MACEDO, 2004, pp. 12, 65), que a oferta está intimamente relacionada com a salvação eterna (MACEDO, 2004, p. 13) e que simbolizam Jesus (MACEDO, 2004, p. 19) não têm suporte no livro sagrado cristão. O Novo Testamento não vincula absolutamente nem uma única ação de Jesus ao pagamento de dízimos e ofertas, mas sim à fé que age por meio do amor<sup>134</sup>. Quando Jesus

---

<sup>133</sup> De acordo com o art. 158 do Código Penal Brasileiro, extorsão é o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa. Já estelionato é o ato de obter, para si ou para outro, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento (Título II, Capítulo VI, art. 171).

<sup>134</sup> Cf. Gl 5,6.

envia 72 discípulos missionários (Lc 10,1-12), não os orienta que cobrem o dízimo nas cidades onde passam, mas que peçam ajuda direta para seu sustento. A alegação do proprietário da IURD de que as contribuições financeiras feitas à sua igreja têm vínculo com a fidelidade conjugal (MACEDO, 2004, p. 65) é sintomático pela caricatura do argumento: para os teólogos da prosperidade, tudo gira ao redor do dinheiro que vai para seus cofres, até mesmo traições de cônjuges.

Imerso em suas distorções exegéticas, Edir Macedo (2004, p. 54) cita o v. de 1 Pedro 2,5<sup>135</sup>, o qual conclama os cristãos a oferecer “sacrifícios espirituais”. Mas para Macedo, estes “sacrifícios espirituais” são as ofertas financeiras que patrocinam seu império bilionário. Em outros termos, a interpretação de Macedo transmuta os “sacrifícios espirituais” em “sacrifícios materiais” — que têm como beneficiário último ele mesmo. Em outro trecho (2004, pp. 60-61), fazendo um paralelo com os dias atuais, ele relata a história bíblica de que a tribo judaica de Levi não tinha direito à propriedade nem à herança como as outras onze tribos, entretanto, a estas onze cabia o dízimo para sustentar os levitas. A questão é que a Lei judaica não é válida para os cristãos<sup>136</sup>, Macedo não é levita e, especialmente, se o dízimo é válido como ele o afirma, porque também não o é a proibição de os sacerdotes terem direito à propriedade e à herança? Ou seja, o dono da igreja Universal deliberadamente ignora aquilo que não o interessa, pinça as partes que sustentam seu raciocínio, distorcendo, manipulando e comprometendo aquilo que a Bíblia quer dizer<sup>137</sup>.

Um dos versículos mais citados na TP (KENYON, 2014, p. 27; MACEDO, 2000, p. 24; SOARES, 2005, pp. 47, 113 etc.) é o de Jo 10,10b, onde Jesus afirma: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”. Quando se lê todo o evangelho, é suficientemente claro que Jesus está se referindo à vida eterna<sup>138</sup>. Entretanto, Kenyon abriu um caminho que seria utilizado por muitos outros autores da TP, distorcendo o entendimento do versículo. Para os teólogos da prosperidade, a “vida em abundância” referida por Jesus se transmuta em “dinheiro em abundância” ou “bens materiais em abundância”. Naturalmente, se Jesus quisesse dizer *bens materiais* ou *dinheiro* em

---

<sup>135</sup> “Do mesmo modo, vocês também, como pedras vivas, vão entrando na construção do templo espiritual, e formando um sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais que Deus aceita por meio de Jesus Cristo.”

<sup>136</sup> Rm 4,15; 6,14; 7; 8,2; 1Cor 15,56; 2Cor 3,7; Gl 2,16.21; 3,13; 4,3.5.9-6,18; Ef 2,15 etc.

<sup>137</sup> Fato comum aos falsos profetas. Cf. 2Pd 3,16.

<sup>138</sup> Jo 3,16.36; 4,14.36; 5,24.29.39-40; 6,27.35-40.47-63.68; 7,37-39; 10,28; 11,25-26; 12,24-25.50; 14,6; 17,2. Cf. também no NT Ap 7,17; Lc 18,29-30, Mc 10,17.29-30 (Mt 19,16 e Lc 18,18), Mt 25,46; e mesmo passagens do AT, tais como 2Mc 7,9 (este um livro deuterocanônico) ou Dn 12,2.

abundância, assim o teria feito, teria utilizado exatamente estas palavras. Com o tempo, este versículo se tornou uma espécie de pedra filosofal da TP, de onde tudo pode sair, de onde todas as coisas podem ser justificadas. A ironia é que é o próprio Kenneth Hagin (1997, p. 26) quem afirma: “Você pode causar grande prejuízo, às vezes, isolando um verso de seu capítulo, tirando-o de seu contexto, fazendo com que signifique algo que realmente não quer significar”. O caso se aplica a ele mesmo e aos outros ideólogos da TP.

Edir Macedo assevera que ao fazerem as devidas contribuições financeiras, o dinheiro das pessoas *nunca acabará*, bem como que os dizimistas garantem não só as coisas de que necessitam, mas até o que *venham a desejar* (2000, pp. 27-28, 58-59). Tal assertiva é tão abrangente que chega a ser espantoso a inação do Ministério Público contra sua pessoa pelos tipos penais já aqui expostos<sup>139</sup>. Por óbvio, esta é uma promessa que não pode ser cumprida. Em uma sociedade de consumo, com o bombardeio de toda sorte de produtos (carros, casas, viagens, roupas, eletroeletrônicos etc.), é impraticável que uma pessoa não deseje algo que não tenha condições de possuir — a não ser, claro, as exceções de multimilionários que, obviamente, são exceção em sua igreja.

É importante destacar que a Bíblia é escrita por um tempo muito extenso e abarca contextos e necessidades históricas muito diversas. A absolutização de determinados trechos pode justificar a escravidão, a poligamia, a vingança, o genocídio, o racismo etc. (ARENS, 2007, p. 226). Em uma análise filosófica, percebe-se que Jesus promove mudanças exegéticas significativas. Uma delas, muito clara, é a forma como a riqueza é observada. Ao longo do Antigo Testamento, a opulência foi eventualmente saudada como símbolo de benção e eventualmente criticada como símbolo de injustiça e opressão<sup>140</sup>. De fato, as riquezas de Abraão, Jó e Salomão foram consideradas símbolos das benesses divinas — mesmo que eventuais contradições possam ser observadas mesmo nestes casos<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> Naturalmente, a fala de Macedo também é contraditória com a Bíblia. Cf. 1Jo 5,14-15.

<sup>140</sup> Sl 62,11; Sf 2,1-3, etc.

<sup>141</sup> O livro de Jó é uma parábola — fato comumente ignorado pelos ideólogos da TP — que discute a relação entre Deus e o homem. Ainda assim, na história Javé chega a condenar à morte os amigos de Jó que vinculavam as benesses a uma vida correta (são salvos, ao fim, pela intercessão do próprio Jó). Já quanto a Salomão, a despeito de as descrições de sua riqueza serem obviamente fabulosas, mesmo a riqueza que foi real acarretou consequências trágicas: vinha de onde a fortuna usufruída pelo rei israelita? Quem tinha de trabalhar para sustentar o luxo de Salomão e sua corte? Estas contradições explodem quando ele falece e os líderes do norte reclamam da “dura servidão” (1Rs 12,4) — expressão que rememora a dorida escravidão egípcia — que os governos sulistas impunham para sustentar tal opulência. Roboão, filho que Salomão designou como sucessor, não alivia o jugo político e fiscal, o que culmina na revolta capitaneada por Jeroboão e na consequente divisão do reino em norte e sul (respectivamente Israel e Judá). Esta divisão

De acordo com Macedo, os inimigos de Cristo afirmam que a riqueza é diabólica e coisas semelhantes (2000, p. 30). A questão é que não são os inimigos de Cristo que censuram a riqueza. Dentre várias outras passagens bíblicas que demonstram a manipulação exegética do pensamento do dono da IURD<sup>142</sup>, é o próprio Jesus quem afirma contundentemente que é mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus (Mt 19,23-24, Mc 10,23-25 e Lc 18,24-25). É Jesus quem afirma que as preocupações do mundo e a sedução da riqueza sufocam a Palavra, tornando-a infrutífera (Mt 13,22, Mc 4,19 e Lc 8,14). É Jesus quem orienta as pessoas a não juntarem riquezas na terra, mas sim no céu (Mt 6,19-21). É Jesus quem veda a cobiça aos cristãos — explicando que, por mais rico que alguém seja, sua vida não depende dos bens (Lc 12,15)<sup>143</sup>. É Jesus quem afirma que os ricos agora têm sua consolação, mas na vida eterna passarão fome (Mt 5,1-12 e Lc 6,20-26). Por outro lado, quem promete riquezas no Novo Testamento não é Cristo, mas sim o próprio Demônio quando está tentando o Messias (Mt 4,8-10 e Lc 4,5-8). Jesus, ao contrário, adverte de maneira peremptória: “Ninguém pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará a um e amará o outro, ou será fiel a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e às riquezas” (Mt 6,24 e Lc 16,13). Para os cristãos, Mamon, Deus do dinheiro e da cobiça, é rival inconciliável do Deus verdadeiro<sup>144</sup>. Ao longo das Escrituras, os desejos desmedidos, a ambição irrefreável de possuir e a autossuficiência da riqueza não são características dos apóstolos, mas sim dos falsos profetas. O embasamento de Edir Macedo não é cristão, portanto. A coisa toma proporção mais grave quando se sabe que as advertências que Jesus faz contra a riqueza cabem ao próprio Edir Macedo — que possui patrimônio bilionário. Fica claro que a tentativa que o proprietário da IURD faz de distorcer as Escrituras para tentar justificar a riqueza nada mais é do que uma tentativa de justificar a si mesmo, de escamotear sua própria inconsistência com os ensinamentos cristãos.

Já a fala de Macedo alegando que a lei de dar para receber não é apenas física, mas também espiritual (2000, pp. 52-53) expõe mais uma vez de maneira evidente que sua compreensão religiosa não é cristã, mas sim oriunda de uma das versões extremadas

---

enfraqueceu o reino e mais adiante facilitou o domínio estrangeiro, acarretando consequências trágicas para a história do povo judeu (Cf. Bíblia do Peregrino, 2011, pp. 636-7).

<sup>142</sup> Sl 62,11; Is 5,10-23; Ez 16,49; Am 6,1-9; Sf 1,3; Mt 15,3-9.12-14 (Mc 7,5-13); Lc 16,19-31; 1Tm 6,3-10; Hb 13,5; Tg 1,9-11; 2,1-7; 5,1-6; 1Jo 2,15-17.

<sup>143</sup> Cf. também Tg 3,14-4,8.

<sup>144</sup> Bíblia do Peregrino, 2011, pp. 2331, 2398, 2510, 2517; Is 65,11; Cl 3,5 etc.

do capitalismo que é a neoliberal. O proprietário da IURD afirma que o dinheiro é “ferramenta sagrada usada na obra de Deus” (2000, p. 52), e que o dinheiro é o sangue da igreja (2004, p. 19). Tal afirmação não possui respaldo nas Escrituras, muito ao contrário, o que a Bíblia afirma é que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males (1Tm 6,10). Para um cristão, naturalmente, tal raciocínio é absurdo, pois o sangue da igreja não é o dinheiro, mas sim a fé (Gl 5,6).

As alegações de Edir Macedo (2000, p. 57) e R. R. Soares (2013, p. 16), dizendo que sem o dízimo nem Deus nem Jesus nem a igreja nada podem fazer para alcançar os perdidos, ficando *impossibilitados* de abençoarem, não possuem base bíblica<sup>145</sup> e são objetivamente equivocadas nas duas pontas. No aspecto divino, os cristãos creem na onipotência divina — desta maneira, Sua ação não é vinculada a qualquer tipo de pagamento. No aspecto prático, é dissonante por completo do que a própria Bíblia relata — basta ver como a pregação de Paulo foi realizada, a descrição de seu trabalho e de suas dificuldades, bem como os múltiplos esforços e sacrifícios realizados no início do cristianismo. Mesmo quando pedia ofertas, frise-se, Paulo nunca cobrou dízimo<sup>146</sup>. Ao contrário, segundo a Bíblia, quando Deus quer abençoar uma pessoa — por exemplo, Sansão (Jz 14-16), o próprio apóstolo Paulo (At 9) ou Ciro (Is 45) —, Ele o faz de motopróprio, não se vincula a pagamento de dízimo, e pode fazer como instrumento de Sua vontade pessoas de comportamento licencioso, perseguidoras de cristãos ou até mesmo pagãos<sup>147</sup>.

O proprietário da igreja Universal (2000, pp. 58-59) e outros teólogos da prosperidade utilizam como exemplo pessoas que supostamente pagaram o dízimo e por isso foram milionários fundadores de grandes empresas (Colgate, Ford e Caterpillar). Entretanto, este argumento carece de lógica e incorre na falácia da generalização. Por um

---

<sup>145</sup> Cf. Lc 18,9-14.

<sup>146</sup> Depois da morte de Jesus, no ano de 48 a.C, a comunidade pobre de Jerusalém passava fome devido à colheita fraca do ano anterior, sabático — no qual os judeus não semeavam para que a terra pudesse descansar (Bíblia Pastoral, 2009, p. 1418). Paulo então se esforçou duramente realizando uma coleta de dinheiro entre as comunidades que pregava (At 24,17b; 25,26; Rm 1,13; 15,25-27; Gl 2,10; 1Cor 16,1-4; 2Cor 8-9 etc.) para que pudessem auxiliar os cristãos humildes de Jerusalém. Entretanto, em nenhum momento ao longo desta extensa coleta o apóstolo cobrou dízimo destas comunidades. Ao se deparar com este tipo de contradição, é muito comum que as igrejas neopentecostais se voltem para o texto do AT. Afinal de contas, de acordo com a Bíblia, no momento financeiro mais crítico que a recém-fundada Igreja atravessava, ela não cobrava o dízimo — pois o sacrifício perfeito já fora realizado na figura de Cristo (Ef 5,2; Hb 9,9-14 etc.).

A coleta de Paulo, frise-se, não era com o intuito de deixar as lideranças religiosas com patrimônio milionário — e sim para aplacar a fome que afligia os cristãos de Jerusalém.

<sup>147</sup> Cf. também Dt 1,17; 10,17-18; 2Cr 19,7; Jó 34,19; At 10,34; Rm 2,11; Gl 2,6; Ef 6,9; Cl 3,25; Tg 2,1; 1 Pd 1,17 etc.

lado, não se explica porque inúmeras pessoas que contribuem com o dízimo também não se tornam milionárias. Por outro, também não explica porque os demais milionários e bilionários conseguiram sê-lo sem o respectivo pagamento.

R. R. Soares alega que o objetivo de seu livro é explicar “como ter, usar e desfrutar tudo o que Cristo comprou para nós” (1997, p. 3). Não se mostra na Bíblia Jesus comprando, mas sim doando generosamente — por exemplo, quando promove a partilha do pão que alimenta a milhares (Mt 14,13-21; Mc 6,30-44; Lc 9,10-17; Jo 6,1-14). De acordo com a Bíblia Jesus não comprou nada pela humanidade, mas sim garantiu através de Sua morte a salvação das pessoas. A distorção do foco, do objetivo, da missão do Messias é muito clara. Em sua tentativa de explicar o fato de haver pessoas muito ricas que não são dizimistas, Soares (2005, pp. 143-45) afirma que a riqueza de quem não contribui é injusta — contrariando o Novo Testamento, para a qual toda riqueza é injusta<sup>148</sup>.

É interessante notar na citação direta (2013, pp. 8-9) que Soares observa em outrem o apego ao dinheiro, o amor às riquezas, a venda de corpo e da alma para conseguir o vil metal. De acordo com sua fala, não são os pastores neopentecostais os detentores de tal apego monetário, não são eles que distorcem, manipulam e comprometem as Escrituras em sua cobiça arrecadatória — mas sim as pessoas que não pagam o dízimo. Silas Malafaia (2010) incorre na mesma observação, afirmando que o dízimo serve para libertar as pessoas do egoísmo, da ganância<sup>149</sup>. Pode-se contrapor, naturalmente, que este egoísmo e ganância podem levar líderes religiosos que ostentam patrimônios milionários a tentar subtrair dinheiro de pessoas humildes e carentes de tudo.

A forma como R. R. Soares observa o dinheiro é comum na Teologia da Prosperidade: se é dado pelo fiel à sua instituição, torna-se “ferramenta sagrada” (2005, pp. 13-22), mas se não vem a ela, é ferramenta de perdição (2005, p. 144). As afirmações genéricas e infundadas de Soares — tais como dizer que *todos* os dizimistas são felizes (2005, p. 129) — também são recorrentemente citadas e culminam em uma que é emblemática. Para ele ninguém está autorizado a dividir o dízimo, nem mesmo para dá-lo aos pobres e necessitados (2013, p. 45), agindo de maneira frontalmente contrária tanto

<sup>148</sup> Mt 19,23-24 (Mc 10,23-25 e Lc 18,24-25); Mt 13,22 (Mc 4,19 e Lc 8,14); Mt 15,3-9.12-14 (Mc 7,5-13); Mt 5,1-12 (Lc 6,20-26); Lc 16,19-31; Cl 3,5; 1Tm 6,3-10; Hb 13,5; Tg 1,9-11; 2,1-7; Tg 3,14-4,8; 5,1-6; 1Jo 2,15-17. Cf. também Sl 62,11; Is 5,10-23; 65,11; Ez 16,49; Am 6,1-9; Sf 1,3 etc.

<sup>149</sup> Observa-se nestas passagens dos pastores mais uma contradição bíblica: Silas Malafaia e R. R. Soares veem o cisco no olho alheio, mas não a trave em seu próprio (Mt 7,3-5).

ao que o AT (no qual este autor tanto se embasa) quanto ao que Jesus no NT recomendam<sup>150</sup>.

Silas Malafaia incorre basicamente nas mesmas compreensões de Macedo e R. R. Soares, com a diferença de que cita com mais constância passagens amorosas — que, na verdade, são totalmente incoerentes com sua prática e sua prédica. Quando Malafaia (2010) afirma que uma pessoa *sonega* do Senhor, naturalmente, está vinculando um crime ao não pagamento do dízimo. A afirmação, no mesmo livro, de que é o Diabo quem estimula o egoísmo no coração das pessoas, para que elas não *invistam* no reino de Deus é, da mesma maneira que outros trechos dos teólogos da prosperidade, uma passagem direta da pré-modernidade à pós-modernidade neoliberal. Por um lado, ele atribui responsabilidades decisivas ao Diabo e, por outro, simultaneamente utiliza um conceito burguês — investir — para mostrar a forma como observa a relação com o divino.

As contínuas prédicas televisivas de Malafaia vinculando ganhos financeiros a quem fizer contribuições às igrejas<sup>151</sup> é absolutamente contraditória com os fatos. Depois da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda em 2015 e as respectivas aplicações de medidas neoliberais por parte de sucessivos ministros e governos, promoveu-se uma razia na economia brasileira, prejudicando todos os setores da economia — com a exceção notória do mercado financeiro (ou seja, banqueiros, especuladores e rentistas). O pagamento de ofertas e dízimos não coibiu os efeitos da crise que as políticas neoliberais acarretaram nos setores neopentecostais. Para exemplificar concretamente a antinomia, basta saber que a própria editora de Silas Malafaia, a Central Gospel, entrou em recuperação judicial em junho de 2019<sup>152</sup>. Se o suposto êxito econômico se dá por conta de doações financeiras, faltou explicar (em termos religiosos) porque a editora da igreja dele entrou em recuperação judicial.

Por seu turno, há de se reconhecer que a asserção de Malafaia, de que os cristãos não receberão aquilo que *desejam* como diz Edir Macedo (nem aquilo que *merecem*, pode-se deduzir), mas sim aquilo que *precisam*, é mais razoável. Contudo, infelizmente, não é o que o mundo real demonstra. Existem penúrias de diversas ordens as quais os cristãos (e membros de outras religiões) são submetidos (pobreza, fome, guerras, exílio,

---

<sup>150</sup> O AT reconhece a possibilidade de doação do dízimo como forma de atendimento a pessoas carentes (Dt 14,22-29; cf. também Is 58,6-12). No NT, cf. Mt 25,40; 1 Cor 13,13, Hb 13,16 etc.

<sup>151</sup> São inúmeros os exemplos possíveis, qualquer simples pesquisa na internet encontra vários semelhantes, mas para referenciar ao menos um, conferir: <<https://www.youtube.com/watch?v=WQ8cSlvgkYg>>. Acesso em 08/07/2020.

<sup>152</sup> Cf. <<https://www.revistaforum.com.br/pastor-silas-malafaia-explica-por-que-sua-empresa-pediu-recuperacao-judicial>>. Acesso em 08/07/2020.



doenças, frustrações das mais diversas ordens etc.). A fala de que os cristãos recebem o que precisam, portanto, não é consistente com os fatos, pois, alguns (como os próprios líderes da TP) têm muito mais do que precisam, e inúmeros têm muito menos. A análise de Malafaia possui a mesma precariedade e distorções exegéticas de outros teólogos da prosperidade, porém, frise-se, é mais balanceada por trechos bíblicos amorosos. Entretanto, há uma incoerência grave entre o que ele escreve e o que pratica. De todos os proprietários de grandes igrejas neopentecostais, Malafaia se porta (fora dos livros) justamente como o mais rancoroso e agressivo deles.

Na Bíblia não se descreve Jesus exigindo contribuição ou dízimo de nenhuma ordem para que Ele fizesse nem uma única intervenção. As falas a respeito de ofertas de Silas Malafaia, Edir Macedo, R. R. Soares e outros proprietários de igrejas neopentecostais não têm base no Novo Testamento — tendo vínculo, sim, com as obras dos fundadores da TP já aqui relatadas. Os versículos que utilizam do NT são claramente manipulados; por isso, habitualmente se fundamentam na Lei — a qual o próprio Jesus denunciou sua impossibilidade de cumprimento (Lc 11,46) e Paulo sua invalidade<sup>153</sup>. Ainda assim, a leitura que fazem do AT também é enviesada, deliberadamente ignorando ou distorcendo inúmeras passagens<sup>154</sup>. Para detalhar um exemplo destes citados, Dt 14,22-29 orienta que a cada três anos os fiéis entreguem o dízimo aos pobres e aos levitas que não receberam contribuições em outra oportunidade. Ou seja, se as igrejas neopentecostais realmente quisessem adaptar a passagem do dízimo para os dias atuais, a cada triênio, apenas os pobres e os pastores que não tivessem recebido contribuição nos dois anos anteriores poderiam recebê-lo. Entretanto, não há um único caso conhecido de igreja que tenha adotado tal prática trienal. É um caso clássico da já dita escolha de trechos bíblicos convenientes e obliteração de trechos que julgam desfavoráveis às suas pretensões financeiras.

Com efeito, os cristãos foram libertos das observâncias da Lei, mas aproveitam do Antigo Testamento seu ensinamento moral e religioso (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 31). Nas obras da Teologia da Prosperidade não é isto que acontece. A essência da doutrina não é aproveitada, mas apenas se pinçam os elementos úteis à arrecadação financeira.

<sup>153</sup> Rm 4,15; 7; 8,2; 1Cor 15,56; 2Cor 3,7; Gl 2,16.21; 3,13; 4,3; Ef 2,15 etc.

<sup>154</sup> Dt 14,22-29; Sl 50,8-23; Pr 21,3; Eclo 34,18-35,21 (este um deutero-canônico); Is 1,10-20; 58; 66,3; Jr 6,20; 7,1-15; 11,15; Am 4,4-6; 5,21-26; Mq 6,6-9 etc.

Por outro lado, no que tange aos fiéis, pode-se contrapor que mesmo contrariando os desígnios bíblicos, eles estão de boa-vontade seguindo as lideranças e é por esta característica que devem ser avaliados — mas tal entendimento também não possui fundamentação bíblica. Basta rememorar que ante as embasadas reclamações de Jó contra o destino injusto que lhe recaía, seus amigos acreditavam sinceramente que defendiam a Deus — e é mostrado em sua história que quase recebem punição fatal por fazê-lo (Jó 42). O poema serve como advertência: defender o Criador enquanto se age contra seus princípios, como bem afirma a Bíblia de Jerusalém (2002, p. 410), é prestar homenagem a alguém diferente de Deus, é cair na idolatria<sup>155</sup>. O dinheiro — o Baal dos dias de hoje — também é um ídolo e sua prostituição com ele é duramente combatida na Bíblia<sup>156</sup>.

A forma como os líderes da TP se autorreferenciam é sintomática: profeta, missionário, apóstolo, ungido, bispo, etc. — talvez algum dia descubram o nome de nazireu. É particularmente impressionante o fato de se autoalcanharem como “ungidos de Deus”. Durante interrogatório, Jesus confirmou ser o Messias (Mc 14,61-62), e é consabido que a palavra “Messias” significa precisamente “ungido” (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 2570). Cientes de tal significado, os pastores se alcunham com o codinome pelo qual o próprio Jesus era chamado. Correndo atrás da vaidade, eles próprios se tornaram vaidade afirma 2Rs 17,15, ideia repetida ao longo do livro do Eclesiastes. Ao utilizarem a mesma designação que cabia a Cristo, acabam por incorrer em uma série de equívocos, reiteradamente avisados ao longo do livro religioso que adotam<sup>157</sup>. A sede de grandeza, a cobiça por uma elevação de status e prestígio, características da Teologia da Prosperidade, têm contradições com o texto bíblico. Fazendo uma metáfora, Jesus advertiu que se não se portarem como as crianças, os homens não adentrarão no Reino dos Céus<sup>158</sup>. Mais adiante, quando os discípulos discutem entre si a respeito de quem entre eles seria maior, Jesus os corrige, pois o reino de Deus não se baseia na riqueza e no poder, mas no serviço desinteressado ao próximo (Bíblia Pastoral, 1990, p. 1235). O ensinamento destas passagens é reiteradamente explicado: “O menor de vocês será o maior” (Lc 9,48), “quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se o servo de todos” (Mt 20,26; Mc 10,44),

---

<sup>155</sup> Para os crédulos, idolatria é a substituição de Deus por falsos deuses ou ídolos. Fruto de uma realidade distorcida, a idolatria é a deificação de uma coisa relativa (dinheiro, prestígio, poder), que perverte a consciência e a torna incapaz de perceber o que esta adoração provoca (Bíblia Pastoral, 2008, p. 1046).

<sup>156</sup> Cf. Lv 17,7; Dt 31,16; Jz 2,17; Os 1,2; Is 1,21; Jr 2,8; Ez 16,16 etc.

<sup>157</sup> Sl 19,14; Is 29,13s. 56,9-12 etc.

<sup>158</sup> Um homem se torna criança pela sua simplicidade (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 1736). A metáfora de Cristo destaca que no reino celeste todos os filhos de Deus serão pequenos — e essa será sua grandeza (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 2359). Cf. Mt 18,1-5, Mc 9,33-37 e Lc 9,46-48.

“os últimos serão os primeiros” (Mt 20,27; Mc 9,35) — tendo esta última forma se tornado proverbial<sup>159</sup>. Entretanto, como pôde ser observado, há um forte contraste entre a forma como os líderes da TP se observam e o conceito defendido por Jesus ao longo do Novo Testamento.

Com efeito, os “profetas” hodiernos repetem com sua ação exemplos proféticos de outrora — mas não os mais felizes<sup>160</sup>. A situação dos verdadeiros profetas na Bíblia não é fácil, passam dificuldades financeiras<sup>161</sup>, enfrentam perseguições de diversas ordens<sup>162</sup> — a Bíblia adverte justamente para que eles não sejam abandonados<sup>163</sup>. Já os grandes líderes da Teologia da Prosperidade, autoalcanhados “profetas”, têm vida nababesca, com patrimônios milionários e até bilionário<sup>164</sup>. A diferença entre “não ser abandonado” como a Bíblia pressupõe e levar uma vida opulenta é muito extensa. A coisa toma pior proporção quando se sabe que estes “profetas” subtraem recursos justamente da parcela mais desfavorecida da população. Ademais, se os líderes religiosos outrora eram perseguidos, hoje, são eles que perseguem — como é bastante claro que ocorre, por exemplo, com LGBT’s. A forma como Jesus agia em relação aos que sofriam preconceitos em sua época (publicanos, samaritanos etc.) é bastante clara na Bíblia<sup>165</sup> — a vida humana está acima de preconceitos. O Messias exemplifica isto quando enfrenta os fariseus e cura um homem com mão atrofiada no dia de sábado<sup>166</sup>, fato proibido pelos religiosos da época que compreendiam que tal dia da semana deveria ser, conforme o mandamento discriminava, sem trabalho de nenhuma ordem, apenas reservado ao Senhor (Ex 20,8-11; Dt 5,12-15). A decisão ética de Jesus se concretiza no auxílio ao próximo necessitado, exigência superior às instituições religiosas humanas (mesmo que se digam

<sup>159</sup> Cf. Mt 23,10-12.

<sup>160</sup> Cf. 1Rs 13,11-32; 1Rs 18; 22,1-38; 2Rs 12; Is 9,14; Jr 5,20-31; 6,13 (8,10); 14,14; 23,11.16.33.26.31s; 27,14-15; 28; 29,8s.23; Lm 2,14; Br 6,9 (deuterocacônico); Ez 13,1-16; 14,4-11; 22,28-30; 34; Os 6,9; Sf 1,8-9; 3,4; Mq 2,6-11; 3,5-8; Zc 13,2-6; Ml 2,1-9; Mt 7,15-23; 12,38-40 (Lc 20,45-47); Mt 23,1-34 (Lc 11,37-54); 24,11-12 (Mc 13,22s.); 24,24s; Mc 12,38-40 (Lc 20,45-47); Lc 16,14-15; Jo 10,12-13; At 8,18-23; Rm 16,17-18; 1Cor 5,11-13; 2Cor 2,17; 2Cor 11,13-15; Fl 2,21; 3,18-19; 2Tm 4,3-4; 2Pd 2; 1Jo 2,18-19; 4,1.5; Jd 1,4.11-19; Ap 3,14-21.

<sup>161</sup> Para citar um exemplo, Eliseu é um profeta descrito como feitor de grandes milagres: dentre outros, ressuscitou uma criança (2Rs 4,32-37) e, mesmo quando morto, lançaram um soldado em sua tumba que, ao encostar em seus ossos, também ressuscitou (2 Rs 13,21). Mas na Bíblia, ele é descrito vivendo em uma casa pequena, apertada (não é um apartamento de três quartos como o que Hagin despreza) e até o machado que utiliza é emprestado — o que gera desespero quando é perdido no Rio Jordão e mais um milagre para ser recuperado (2Rs 6,1-7).

<sup>162</sup> Jr 26,1-24; Mt 14,1-12 (Mc 6,14-29; Lc 9,7-9); 2Cor 6,3-10.

<sup>163</sup> Dt 12,19.

<sup>164</sup> Cf.: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#b462f255b1e3>>. Acesso em 18/06/2019.

<sup>165</sup> Cf. Mt 9,9-13, Mc 2,13-17, Lc 5,27-32; 10,25-37.

<sup>166</sup> Mt 12,9-14; Mc 3,1-6; Lc 6,6-11.

divinas), e ainda mais, superior à sua interpretação rigorosa e inumana. Os adversários de Cristo pensavam que se deveria sacrificar o homem à instituição; Jesus se indignou e inverteu o conceito, pondo a instituição ao serviço do homem (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 2400)<sup>167</sup>. Entretanto, mesmo tão reiterado, tal preceito também não foi assimilado pelos teólogos da prosperidade. Os líderes neopentecostais não se portam de maneira coerente com o que a Bíblia defende, ao contrário, agem de maneira estritamente similar aos falsos profetas que este livro denuncia.

Convém lembrar que o único momento na Bíblia em que Jesus se indigna ao ponto de tomar uma ação física é justamente contra os vendilhões do Templo, denunciando a corrupção, a venalidade e o suborno dentro da estrutura religiosa que se transformara em comércio — fato narrado, frise-se nos quatro evangelhos (Mt 21,12-13, Mc 11,15-17, Lc 19,45-46, Jo 2,14-16). Analisando apenas sob o prisma religioso, é muito incoerente que os pastores neopentecostais incorram na mesma idolatria pelo dinheiro, na mesma ganância e sanha arrecadatória seguidamente denunciada no livro religioso que dizem seguir<sup>168</sup> — especialmente porque tais atitudes foram denunciadas de maneira indignada pelo próprio Jesus.

E é exatamente neste comércio com o sagrado, nesta simonia, que a Teologia da Prosperidade compreende os dízimos e as ofertas tão açodadamente buscados. Estas contribuições financeiras se tornam uma relação de compra-e-venda com o sagrado, uma relação corrompida, de suborno — fato ao qual inúmeras passagens das Escrituras recriminam<sup>169</sup>.

O núcleo do livro de Jó é uma crítica a esta relação retributiva que a TP tenta defender. A Bíblia Pastoral (1990, p. 605) bem detalha:

O tema central do livro de Jó não é o problema do mal, nem o sofrimento do justo e inocente, e muito menos o da “paciência de Jó”. O autor desse drama apaixonante discute a questão mais profunda da religião: a natureza da relação entre o homem e Deus. O povo de Israel concebia a relação com Deus através do dogma da retribuição: Deus retribui o bem com o bem e o mal com o mal. Ao justo, Deus concede saúde, prosperidade e felicidade; ao injusto, ele castiga com desgraças e sofrimentos. Tal concepção arrisca produzir uma religião de comércio, onde o homem pensa poder assegurar a própria vida e até ditar normas para o próprio Deus. Contra isso, o autor mostra que a religião verdadeira é mistério de fé e graça: o homem se entrega livre e gratuitamente a Deus;

<sup>167</sup> Ensinamentos de ordem semelhante se dão em Mt 12,1-8 (Mc 2,23-28, Lc 6,1-5); Mt 12,9-14 (Mc 3,1-6, Lc 6,6-11); Lc 13,10-17; 14,1-6.

<sup>168</sup> A cobiça é idolatria, afirma Paulo (Cl 3,5). Cf Ez 7,19; 9; Ef 5,5 1Ts 2,3-5.

<sup>169</sup> Dt 10,16-19; 2Cr 19,7; Jó 34,19; Ez 33,31; Am 5,21-25; 1Pd 5,1-4 etc.

e Deus, mistério insondável, volta-se para o homem gratuitamente, a fim de estabelecer com ele uma comunhão que o leva para a vida.

Este é o grande questionamento presente no livro de Jó, se existe uma relação gratuita com a religião, uma relação independente de qualquer interesse (Bíblia Pastoral, 2008, p. 606). Os amigos de Jó continuamente recorrem ao dogma da retribuição para explicar as agruras que ele está passando, incorrendo em uma visão comercial da religião — algo denunciado pelo próprio Satã<sup>170</sup>. Os amigos tentam replicar as queixas de Jó para com sua sorte através de respostas tradicionais: a felicidade dos maus é curta (Sl 37 e 73), o infortúnio dos justos prova sua virtude (Gn 22,12) ou a pena é castigo (Sl 19,13; 25,7)<sup>171</sup>. Mas a mensagem do livro demonstra que a doutrina tradicional sobre a justiça divina e sua respectiva retribuição, defendida pelos amigos de Jó, na verdade está mais perto de Satã do que do verdadeiro Deus (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 1076).

Com a pretensão de defendê-Lo, os amigos de Jó acabam condenando o homem inocente, transformando assim a teologia em idolatria, colocando um obstáculo à fé e à experiência de Deus (Bíblia Pastoral, 2008, p. 612). Ao fim do livro, mostra-se que o Ser Supremo não condena o justo que está sofrendo; ao contrário, se solidariza com ele e o defende contra a teologia que considera qualquer sofredor como um pecador (Bíblia Pastoral, 2008, p. 618). A perversão de se compreender a religião em termos utilitaristas para proveito próprio, exatamente como Satã supunha, foi defendida pelos teólogos da retribuição (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 1101), demonstrando uma relação viciada, onde imperam o suborno e o interesse. Tal relacionamento não deixa lugar para a gratuidade e a misericórdia, transformando a religião em meio de manipular o próprio Deus (Bíblia Pastoral, 2008, p. 621). Qual é a concepção da Teologia da Prosperidade se não exatamente a defendida pelos amigos de Jó?

Cumprir destacar também a grande mudança teológica ocorrida no livro de Jó. Os religiosos não podiam ignorar as muitas injustiças que não eram punidas e as pessoas justas que sofriam. Nos livros bíblicos mais antigos existe a ideia de recompensa direta, em vida, pelos feitos realizados a Javé. Esta ideia vem a ser questionada — e não apenas

---

<sup>170</sup> Deve-se destacar que no livro de Jó, Satã não é uma personificação do mal — com efeito, não é sequer nome próprio como aqui designado, só o será a partir de 1Cr 21,1. Segundo a etimologia da palavra, “satã” designa “o adversário” (cf. 2Sm 19,23; 1Rs 5,18; 11,14.23.25) ou o “acusador” (Sl 109,6). Neste livro ele é um personagem pessimista e cético em relação ao homem, desejoso de encontrar nele alguma culpa que possa acarretar uma punição e arrastá-lo até o mal. Seus papéis são o de espião (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 803), uma espécie de investigador (Bíblia Pastoral 1990, p. 606), um opositor ambíguo (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 1063).

<sup>171</sup> Cf. Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 801.

no livro de Jó, mas em várias outras partes do AT, tais como o Eclesiastes<sup>172</sup>, e em inúmeros salmos<sup>173</sup>.

Esta discordância teológica é bastante conhecida nos estudos teológicos. Nos livros mais antigos da Bíblia (especialmente o pentateuco) não havia uma concepção de vida pós-morte, assim sendo, qualquer tipo de retribuição só poderia se dar em vida. Entretanto, se estas recompensas não vinham o problema estava posto — e são estas as denúncias promovidas nos livros já relatados de Jó, Eclesiastes, Salmos etc., onde as críticas e pendências se avolumam. A teologia judaico-cristã compreende que a resposta efetiva a estes questionamentos se deu apenas quando se teve a compreensão da vida transcendente — que ocorre, frise-se ainda no AT, como o demonstram, por exemplo, os livros deuterocanônicos dos Macabeus, onde já se fala de outra vida (2Mc 5,5) bem diferente do Xeol de outrora. Tal concepção, evidentemente, segue para o NT, quando se declara abertamente que Deus não é um Deus de mortos, mas sim de vivos (Mt 22,32b; Mc 12,27a; Lc 20,38)<sup>174</sup>.

Se pudemos deslindar aqui resumidamente o avanço do entendimento da Palavra, o que a Teologia da Prosperidade faz é o caminho inverso, é retornar à Teologia da Retribuição presente nos livros mais antigos do AT — a qual já havia, em seu período histórico, mostrado suas limitações e antinomias<sup>175</sup>. Através da TP os neopentecostais defendem claramente um anacronismo, uma compreensão restrita, questionada e superada dentro do próprio Antigo Testamento. No Novo Testamento, a coisa toma proporção mais dissonante ainda, pois a missão de Cristo na Terra não é a de distribuir recompensas materiais aos homens, mas sim de sofrer para salvá-los (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 1740). A retribuição cristã se dá no pós-morte (Mt 16,24-28; Mc 8,34-38; 9,23-27)<sup>176</sup>.

---

<sup>172</sup> Ver, por exemplo, Ecl 7,15; 8,14; 9,11-12 etc.

<sup>173</sup> Nos salmos há um evidente desconcerto entre o que se espera e o que se está colhendo, há inúmeras reclamações e denúncias contra as injustiças — bem como, depois de tê-las denunciado, muitos salmos se finalizam de maneira otimista, com a expectativa de que tudo se resolverá (cf. nota 182).

<sup>174</sup> A inserção da ideia da vida eterna dentro da teologia judaico-cristã não é compreendida como uma mudança, mas sim como uma ampliação do entendimento da Palavra revelada, que vai sendo cada vez mais compreendida com o avanço da cultura e do entendimento do que Deus deseja aos seus fiéis (ARENS, 2014, p. 281). Com tal ideia pré-concebida e já assimilada pelos judeus que o rodeiam, Jesus afirma que Seu reino não é deste mundo (Jo 18,36), e o apóstolo Paulo crava: Penso que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura que deverá ser revelada em nós (Rm 8,18).

<sup>175</sup> Como bem o explica a Bíblia do Peregrino (2011, p. 1075), a oração que está nos limites da retribuição, é uma religiosidade interesseira. Por outro lado, o desinteresse material que Paulo pratica (2Cor 11,7-15) é característico da missão de apóstolo (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 2027).

<sup>176</sup> Cf. também Lc 16,19-31; Hb 10,34-35.

Naturalmente, isto não implica a defesa de uma resignação social, uma conformação com o atual estado de coisas — que é, aliás, o fundamento de muitos críticos da religião<sup>177</sup> —, mas sim a constatação de que as categorias cristãs não são destinadas a compor fortuna material. A Bíblia não é um manual de negócios ou de prosperidade financeira como os pastores da Teologia da Prosperidade habitualmente a utilizam. De acordo com as Escrituras, Jesus substituiu o poder pelo serviço gratuito, o comércio pela partilha, a concorrência pelo amor ao próximo<sup>178</sup>. Jesus viveu e morreu como dom gratuito, como entrega de si mesmo aos outros, antagonizando-se a uma sociedade em que as pessoas vivem para si mesmas e para seus próprios interesses (Bíblia Pastoral, 2008, p. 1243). As categorias, os valores, as ordens de pensamento e o foco são muito distintos do que o neopentecostalismo prega.

Todos pecaram e estão privados da glória de Deus, mas se tornam justos **gratuitamente** pela sua graça, mediante a libertação realizada por meio de Jesus Cristo. Deus o destinou a ser vítima que, mediante seu próprio sangue, nos consegue o perdão, contanto que nós acreditemos. (Rm 3,23-25a — grifo nosso)

Percebe-se que só um trecho como este desmonta a Teologia da Prosperidade de maneira integral: o dom é gratuito e seu pressuposto é a crença<sup>179</sup>.

Em Lc 6,27-36 reforça-se tal compreensão:

Mas, eu digo a vocês que me escutam: amem os seus inimigos, e façam o bem aos que odeiam vocês. Desejem o bem aos que os amaldiçoam, e rezem por aqueles que caluniam vocês. Se alguém lhe dá um tapa numa face, ofereça também a outra; se alguém lhe toma o manto, deixe que leve também a túnica. Dê a quem lhe pede e, se alguém tira o que é de você, não peça que devolva. O que vocês desejam que os outros lhes façam, também vocês devem fazer a eles. Se vocês amam somente aqueles que os amam, que gratuidade é essa? Até mesmo os pecadores amam aqueles que os amam. Se vocês fazem o bem somente aos que lhes fazem o bem, que gratuidade é essa? Até mesmo os pecadores fazem assim. E se vocês emprestam somente para aqueles de quem esperam receber, que gratuidade é essa? Até mesmo os pecadores emprestam aos pecadores, para receber de volta a mesma quantia. Ao contrário, amem os inimigos, façam o bem e emprestem, sem esperar coisa alguma em troca. Então, a recompensa de vocês será grande, e vocês serão filhos do Altíssimo, porque Deus é bondoso também para com os ingratos e maus. Sejam misericordiosos, como também o Pai de vocês é misericordioso.

---

<sup>177</sup> O contexto bíblico geral não é este, mas algumas passagens, de fato, fundamentam certa resignação. Cf., por exemplo, o supracitado Rm 8,18 ou 2Pd 2,19-25.

<sup>178</sup> Cf. Mt 16,6-12; Mc 8,14-21; Lc 12,33-34.

<sup>179</sup> Cf. Rm 6,23.

Habitualmente, a vida em sociedade é composta de relacionamentos baseados no interesse e na reciprocidade, relações que circundam ao redor do poder, lucro e prestígio. Entretanto, para os cristãos, o Evangelho transforma o campo das relações humanas, demonstrando que em uma sociedade fraterna e justa, as relações devem ser gratuitas, à semelhança do amor misericordioso de Deus (Bíblia Pastoral, 2008, p. 1258). O mediador da palavra do Pai Celestial não pode ser um comerciante que, barganhando com a mensagem, a torna inofensiva como faziam os falsos profetas: o evangelho não é mercadoria (Bíblia do Peregrino, 2011, pp. 2772-3). Mas é exatamente nisso que a TP o transforma. Esta concepção religiosa também mostra sua face interesseira quando os pedidos são sempre concretos e específicos — notoriamente por dinheiro. Não se conhece caso de pastores induzindo a agirem da mesma maneira, por exemplo, que Salomão. Quando foi ao rei israelita concedida oportunidade de pedir algo, ele pediu sabedoria (1Rs 3,5-14; 2Cr 1,7-12; cf. Pr 16,16)<sup>180</sup>. Os pastores, tão focados no Antigo Testamento, não aprenderam com o exemplo.

A forma como o apostolado de Paulo de Tarso se desenvolveu deveria ser o grande exemplo para líderes religiosos cristãos<sup>181</sup>: a coragem de anunciar o Evangelho mesmo quando precisa enfrentar oposição intensa de grupos interesseiros; não agir com segundas intenções, à moda de ladinos que aproveitam de sua função para se promoverem à custa de lisonjas; não abusar da própria autoridade, mas sim ter amor profundo pela comunidade (mesmo que tal gesto acarrete até risco de morte); não ter o dinheiro como motivação do apostolado; e, mais importante, fazer com que a vida da comunidade seja um testemunho da presença de Deus (Bíblia Pastoral, 2008, p. 1452). A prescrição do apostolado paulino é exatamente o inverso da prática dos teólogos da prosperidade.

Como bem afirma o apóstolo dos gentios:

Pois, quem ensina coisas diferentes, que não concordam com as sãs palavras de nosso Senhor Jesus Cristo e com o ensinamento conforme a piedade, é cego, não entende nada, é doente à procura de discussões e brigas de palavras. É daí que nascem invejas, brigas, blasfêmias, suspeitas, polêmicas intermináveis, coisas típicas de homens de espírito corrupto e desprovidos da verdade. Eles supõem que a piedade é fonte de lucro. De fato, a piedade é grande fonte de lucro, mas para quem sabe se contentar. Pois não trouxemos nada para o mundo, e dele nada podemos levar. Se temos o que comer e com que nos vestir, fiquemos contentes com isso. Aqueles, porém, que querem tornar-se ricos, caem na armadilha da tentação e em muitos desejos insensatos e perniciosos, que fazem os homens afundarem na ruína e perdição. Porque a raiz de todos

<sup>180</sup> Cf. também o livro deuterocanônico Sb 7,7-12.

<sup>181</sup> Cf. 1Ts 2,1-12; 3,8-9.



os males é o amor ao dinheiro. Por causa dessa ânsia de dinheiro, alguns se afastaram da fé e afligem a si mesmos com muitos tormentos. (1Tm 6,3-10)

Citações bíblicas como esta evidenciam como a pregação da TP é antagônica às Escrituras. O afã de lucro, característico dos falsos profetas, vicia e deforma o culto.

Os tempos de crises e grandes dificuldades também ensejam expectativas que podem facilmente acarretar a presença de falsos profetas. De um lado o povo tenta se iludir para suportar o sofrimento, está disposto a crer no que dissimula a realidade ou a consciência, bem como naquilo que confirma seus desejos e esperanças. Levado pela insegurança, busca alguém que possa prover orientação, conselho e discernimento em situações difíceis. Por outro lado, existe a proliferação de falsos profetas, aproveitadores e vendedores de ilusões, charlatões sem escrúpulos que exploram a boa-fé e a religiosidade do povo, abusando de seu ofício para inventar mensagens, enganando os ouvintes em busca de seus interesses pessoais. Já o profeta verdadeiro desmascara os demagogos e leva o povo a construir uma visão crítica e realista (Bíblia Pastoral, 2008, pp. 992, 1046; Bíblia do Peregrino, 2011, p. 2035).

Como já dito, o livro que possui mais capítulos na Bíblia é o dos Salmos, com 150, e nele são abundantes as denúncias contra a injustiça e opressão<sup>182</sup>, que se somam às inúmeras passagens bíblicas que clamam por justiça, que defendem os pobres, humilhados e oprimidos; bem como não deixa de ser crítico contra aqueles que alcunha de “perversos” — no qual, claro, devem estar aqueles que oprimem e exploram o próximo<sup>183</sup>. Os provérbios não deixam por menos<sup>184</sup>. É um erro teológico grave que os pastores não reconheçam, não identifiquem quem são os vilões, os opressores, os perversos e, por outro lado, não se posicionem devidamente, estruturalmente, na defesa

<sup>182</sup> Cf. Sl 1,1.4-6; 3,2; 5,5-7; 7,7.10.15-17; 9,10.13.17-21; 10,2.15.17-18; 11,5-7; 12,6; 14,5-6; 15,2-3; 18,28; 25,9; 26, 31,7; 33,5; 34,3; 34,7; 35,10; 36,2-5; 37 (cf. Bíblia do Peregrino, p. 1208, 37 e p. 1209, 37,10-11); 40; 41,2-4; 43,1; 49; 50,8-23; 52; 62,11; 68,2-7.11; 72,2-4.12-13; 73; 74,21; 82,2-4; 85,11-14; 89,15-17; 94,3-6; 97,2b.6a.11-12; 99,4; 101; 102; 103,6.8; 107,9.33-41; 109,31; 113,7-8; 115,3-8; 116,6; 119,14.21; 123,4; 125,3; 128; 129,3-4; 131,1; 135,14-18; 138,6; 140,13-14; 146; 147,6; 149,4.

<sup>183</sup> Dt 15,1-11; 24,10-22; 26,12s; Jó 34,28ss; Pr 3,34; 17,5; 19,17; 22,23; Sb 1,15; 6,6-8; 16,17; Eclo 4,1-11; 5,1-8; 13,2-7; 13,18-24; 21,4-5; 29,8-13; 35,17-24; (estes dois últimos são deutero-canônicos); Is 1,17.23; 3,14; 10,1-4; 26,3-6; 29,19-24; 30,19; 49,13; 56,1; 57,14-15; 58,6-12; 59; 61,1.8; 65,21-22; 66,2b; Jr 2,34; 7,5-11; 21,12; 22,3.15-17; Lm 3,33-36; Br 2,18 (também deutero-canônico); Ez 16,49-50; 18,5-7-10.12-13; 22,12.23-31; 46,16-18; 47,13-14; Am 2,6-8; 3,9-4,6; 5,7.10-15.21-27; 6,1-12; 8,4-7; Mq 2,1-2.8-11; 3; 6,9-16; Sf 1,7-18; 2,3; Ag 1,5-6; Zc 7,9-10; Ml 2,1,7; 3,5; Mt 5,1-12 (Lc 6,20-26); 5,20; 11,4-6 (Lc 7,22-23); 11,25; 21,31b-32; Lc 1,51-53; 3,11; 12,33-34; 16,19-31; 18,7; Rm 15,1; 2Cor 8,13-14; 2Cor 9,6-14; Tg 1,9-11.27; 2,5-8.14-26; Ap 3,17-18; 7,17-18.

<sup>184</sup> Pr 1,19; 3,31.34; 10,2-16; 11,2.4.7.16.18.24.25.28; 14,31; 15,25.27; 16,8.16; 17,5; 18,5; 19,7; 21,3.13.21.27; 22,8.22-23.28; 23,4-5.10-11; 28,20; 29,7; 30,7-9; 31,5.8-9.

dos mais fracos<sup>185</sup>. O erro é grave também porque, em determinados momentos bíblicos, do amor à injustiça nasce uma falsa ideia de Deus; em outros, da falsa ideia de Deus nasce o amor à injustiça (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 1525).

Os pastores neopentecostais, através das categorias da Teologia da Prosperidade, fazem no máximo defesas individuais, particulares, por aqueles irmãos em específico, e não pensam na sociedade como um todo, não tem a pretensão universal característica do cristianismo. Especialmente, ao invés de os pastores lutarem para acabar com um sistema que invariavelmente gera pobres, eles na verdade querem que seus fiéis ascendam dentro deste sistema — ou seja, não querem acabar com a pobreza, mas sim que seus fiéis neopentecostais se tornem aqueles que explorarão os mais humildes. É por ter tal pensamento que, recorrentemente, quando os pastores se utilizam de exemplos com supostos dizimistas que ascenderam na vida, mostram que eles passaram de uma vida pobre e limitada enquanto empregados à farta e rica enquanto empregadores<sup>186</sup>. Nestes exemplos, não se mostra que estes novos empregadores evangélicos agem de maneira diferente com seus empregados do que seus antigos patrões agiam consigo. Ou seja, o problema não é a injustiça da relação — mas quem a pratica. Se forem dizimistas e ofertantes de fartas contribuições à igreja que explorarem o trabalho alheio, pagando salários injustos e precários, não há problema. O que interessa é subir na vida — nas costas de quem, não importa. Só há problema quando um fiel neopentecostal passa por esta situação.

Cabe aqui lembrar do exemplo peremptório de Kenneth Hagin (2004, p. 40) dizendo que se a pessoa for dizimista, as greves não o atrapalharão: a visão, reitere-se não é universal como se caracteriza o cristianismo, muito ao contrário. Não se defende que os trabalhadores tenham remuneração e direitos trabalhistas suficientes para não serem constrangidos a fazer uma greve. O mesmo ocorre quando Edir Macedo afirma ser preferível catar latinhas do que trabalhar para alguém. Como o proprietário da IURD obviamente sabe, é absolutamente impossível que todas as pessoas trabalhem para si mesmas, qualquer tipo de atividade minimamente mais complexa (comercial, industrial, estatal etc.) requererá uma organização maior e, portanto, invariavelmente a maior parte dos trabalhadores estarão em estruturas organizacionais hierárquicas. Ao invés de

---

<sup>185</sup> Como bem afirma a Bíblia Pastoral (2008, p. 696), o injusto é um ateu prático, pensa que Deus não vê a injustiça e nem escuta os clamores que ela provoca.

<sup>186</sup> O jornal *Folha Universal* é paradigmático neste aspecto, mas exemplos assim também são onipresentes nos cultos (inclusive os televisionados).

defender, então, maior justiça social para todos, o que eles promovem abertamente é a ideia de que sejam os seus fiéis os beneficiários deste regime. Edir Macedo e os demais líderes neopentecostais, não tem por princípio basilar a defesa de maior justiça social — mas sim o avanço dos seus dentro desta estrutura injusta. Eles não têm problema em estar no Titanic, desde que estejam na primeira classe.

Nos livros proféticos outra denúncia ignorada pela TP é feita. Isaías (2,6-22) critica duramente a autossuficiência humana como raiz da idolatria. De acordo com o profeta, para sustentar-se como absoluto, o homem cria falsos deuses: absolutiza uma economia de abundância fundamentada na riqueza; absolutiza uma política opressora fundamentada no poder militar; absolutiza um sistema de ideias (magia) que dá solidez e coesão à exploração econômica e à opressão política. Dessa maneira, o homem se aliena, tornando-se caricatura da divindade. Entretanto, para Isaías, no confronto com o único Absoluto — que é Deus — toda a autossuficiência humana é desmascarada e cai por terra, porque é uma falsidade (Bíblia Pastoral, 2008, p. 904).

Sugando toda sorte de recursos dos mais desvalidos, os adeptos da Teologia da Prosperidade ignoram os mais elementares avisos apresentados no livro religioso que adotam: “Que direito têm vocês de oprimir o meu povo e de esmagar a face dos pobres?” (Is 3,15). O Criador exige justiça nas relações sociais e sinceridade no culto a Ele (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 1238). Ao transformarem a ganância, a opressão e a insensibilidade social em nova religião, os pastores da TP incorrem em equívocos recriminados com dureza na Bíblia (Is 5,20), submetendo-se ao dinheiro, alienando-se a ele e, por fim, transformando-o em novo Deus — que é a verdadeira causa e objetivo do culto que pregam.

Ante situação estritamente similar, adverte o profeta Jeremias (5,31): “Os profetas só falam mentiras, os sacerdotes só querem dinheiro, e o meu povo gosta disso! O que vocês vão fazer quando chegar o fim?”

A perspectiva coletiva neopentecostal é na própria evangelização (como nas visitas à hospitais e presídios, por exemplo). Vai-se nestes locais não exatamente para ajudar as pessoas, mas sim para arregimentar novos membros — o que é por eles, claro, considerado uma ajuda. Mesmo as ações sociais destas igrejas, na verdade, são apenas efeitos colaterais do processo de evangelização, que permitem ainda aos pastores tentar amenizar as críticas sobre a ausência de trabalhos sociais por sua parte. Ademais, estes trabalhos são divulgados em seus veículos de comunicação de maneira totalmente desproporcional ao que é efetivamente realizado (por exemplo, cerca de 15 fiéis da igreja

doarem sangue e tal feito ser destacado no jornal *Folha Universal*<sup>187</sup> — com tiragem de quase 2 milhões de exemplares). Estas “ações sociais”, muito mais demagógicas e publicitárias do que efetivas, não conseguem esconder que as igrejas neopentecostais têm como o foco o receber e não o dar, invertendo o preceito bíblico (At 20,35).

Um aspecto destacado ao longo de toda a TP é a total ausência de gratuidade. Tudo tem um preço, tudo tem valor, todas as ações são decorrentes de investimentos — não à toa, se torna *sócio* de Deus. Tal venalidade não tem respaldo bíblico. Jesus não cobra dízimo de ninguém para realizar nenhuma de suas ações e, mesmo quando ele orienta os discípulos que sairão em missão, adverte:

Curem os doentes, ressuscitem os mortos, purifiquem os leprosos, expulsem os demônios. **Vocês receberam de graça, deem também de graça!** Não levem nos cintos moedas de ouro, de prata ou de cobre; nem sacola para o caminho, nem duas túnicas, nem calçados, nem bastão, porque o operário tem direito ao seu alimento. (Mt 10,8-10 — grifo nosso)

É outra passagem completamente antagônica a tudo o que a Teologia da Prosperidade defende.

Enquanto os apóstolos, pessoas que conviveram diretamente com Cristo, pessoas que realizaram milagres até de ressurreição, punham todas as suas coisas em comum, vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos (At 2,44-45; 4,32-35), os teólogos da prosperidade defendem exatamente o contrário: sempre soluções egoístas, individuais e parciais. No neopentecostalismo nunca existe a ideia de comunhão e partilha entre os irmãos, mas sempre de crescimentos financeiros individuais — habitualmente garantidos pela exploração do trabalho alheio. Paulo podia categoricamente afirmar: “Acolham-nos no coração de vocês. Não fizemos injustiça a ninguém, a ninguém causamos dano, a ninguém exploramos” (2Cor 7,2) ou “nossa pregação não nasce do erro, nem de segundas intenções, nem de esperteza” (1Ts 2,3). Os pastores da TP podem dizer o mesmo?

Por mais que os teólogos da prosperidade tentem selecionar os versículos que lhes são convenientes e ignorar os que os contradizem, a mensagem das Escrituras é clara:

De fato, sendo administrador de Deus, o dirigente deve ser irrepreensível, não arrogante, nem beberrão ou violento, **nem ávido de lucro desonesto**. Pelo contrário, deve ser hospitaleiro, bondoso, ponderado, justo, piedoso, disciplinado, e de tal modo fiel à fé verdadeira, conforme o ensinamento

---

<sup>187</sup> Ed. 1408, 7 de abril de 2019, p. 29.

transmitido, que seja capaz de aconselhar segundo a sã doutrina e também de refutar quando a contradizem.

De fato, há muitos rebeldes, faladores e enganadores [...]. É preciso fazer com que eles se calem, pois estão pervertendo famílias inteiras, ensinando o que não devem, com a **intenção vergonhosa de ganhar dinheiro**. Tudo é puro para os puros; mas nada é puro para os impuros e descrentes, porque a mente e a consciência deles estão corrompidas. Eles dizem que conhecem a Deus, mas negam isso com os próprios atos, pois são cheios de ódio, desobedientes e incapazes de fazer qualquer obra boa. (Tt 1,7-11.15-16 — grifo nosso)

Quando se observa uma passagem como esta, parece que Paulo está descrevendo os adeptos da teologia da prosperidade de nossos dias. A questão é que aqueles contra os quais o apóstolo dos gentios se opunha não tiveram toda a possibilidade de estudo, reflexão e acúmulo de conhecimento que os atuais líderes religiosos possuem — portanto, se tais feitos denunciados à época já eram graves, os mesmos equívocos serem cometidos nos dias de hoje são incomparavelmente piores.

Outra falha séria — e deliberada — promovida pelo neopentecostalismo é sobre a própria compreensão do que representou o sacrifício de Cristo na cruz. De maneira muito clara, a Bíblia explica que o sacrifício de Jesus é absoluto e definitivo (Hb 7,27-28; 9,1-15.24-28; 10,1-18<sup>188</sup>). Diferentemente dos sacrifícios progressos, ineficazes, parciais e transitórios (Hb 8,3-13), para os cristãos, o sacrifício messiânico é único e eterno, foi feito uma única vez e de uma vez por todas. Como bem explicam estes trechos citados das Escrituras, é absolutamente desarrazoado para os cristãos a necessidade de uma nova oferta — seria eliminar a perfeição do sacrifício de Jesus, seria considerá-lo como os demais sacrifícios de animais da Antiga Aliança, indefinidamente repetidos porque impotentes para levar à salvação (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 2092), posto que utilizavam vítimas sem consciência, externas ao homem e sem relação íntima com Deus (Bíblia do Peregrino, 2011, p. 2883). Para os cristãos não existe outro sacrifício a ser realizado (Bíblia Pastoral, 1990, p. 1482). Se houvesse, implicaria dizer que o sacrifício messiânico não remiu a humanidade, transformaria a morte de Cristo na cruz em gesto inócuo.

Cientes destas passagens bíblicas, ainda assim os pastores neopentecostais exigem outros sacrifícios — o que não faz outra coisa senão transformar o sacrifício de Jesus em sacrifício similar ao que era o da morte de animais da religião judaica. Com o fim espúrio de arrebanhar toda e qualquer doação financeira, com a intenção corrompida e farisaica

---

<sup>188</sup> Cf. também 1Pd 1,17-20 e, dos já citados, especialmente Hb 10,10.12.14.18.

de auferir mais e mais recursos financeiros de seus fiéis, os teólogos da prosperidade transformam aquele que deveria ser o sacrifício perfeito em imperfeito, aquele que deveria ser o sacrifício eterno em perecível, aquele que deveria ser o sacrifício definitivo em transitório. Se Edir Macedo possui um livro chamado “O Perfeito Sacrifício”, é o próprio Jesus quem contrapõe: “Aprendam, pois, o que significa: ‘Eu quero a misericórdia e não o sacrifício’. Porque eu não vim para chamar justos, e sim pecadores.” (Mt 9,13; 12,7<sup>189</sup>).

Com efeito, desde a segunda destruição do Templo de Salomão (70 d.C.), embasando-se em Os 6,6<sup>190</sup>, nem mesmo os judeus promovem mais sacrifícios expiatórios, mas hoje vinculam o perdão de seus pecados a orações, estudo sobre o Criador, boas ações e arrependimento. Portanto, se nem os judeus, se nem os próprios seguidores da Antiga Aliança promovem mais sacrifícios, se até eles consideram as expiações teologicamente ultrapassadas, como um cristão, seguidor da Nova Aliança, crédulo no sacrifício messiânico perfeito, poderia realizar novos sacrifícios?

É indubitável que os “sacrifícios” neopentecostais não têm respaldo no cristianismo, mas sim em elementos extrínsecos a ele. Na verdade, o sacrifício que a Bíblia orienta os cristãos é de ordem totalmente inversa ao pregado pela Teologia da Prosperidade: “Não se esqueçam de ser generosos, e **saibam repartir com os outros, porque tais são os sacrifícios que agradam a Deus**” (Hb 13,16 — grifo nosso). Este sacrifício é que compõe um mandamento cristão, muito distinto daquele que os pastores neopentecostais afirmam.

Ao longo deste capítulo pudemos observar de maneira direta e clara como os teólogos da prosperidade distorcem toda sorte de versículos, sempre com um viés que possa de alguma maneira justificar doações financeiras para si e seu respectivo império econômico. Para os cristãos, a relação dialética de Deus com seus filhos se dá pelo trinômio amor/fé/obras e seu vínculo com a Graça. Já para os pastores neopentecostais, é uma relação de investimento na qual se fazem pagamentos e dos quais se espera em troca, especialmente, bens materiais.

Entretanto, pode-se acabar concluindo do que foi exposto que as doações financeiras às igrejas são vedadas ao longo do Novo Testamento — o que não é verdade. Há passagens que garantem, sim, contribuições financeiras aos pregadores (1Cor 9, 6-14; Gl 6, 6; 2Ts 3,9; cf. Lc 10,7). Ademais, a partir do momento em que se participa de uma

<sup>189</sup> Cf. 1Sm 15,22; Sl 40,7; Os 6,6.

<sup>190</sup> “Pois eu quero amor e não sacrifícios, conhecimento de Deus mais do que holocaustos”.

instituição, é muito lógico que a pessoa deve se responsabilizar por sua manutenção. Em um mundo capitalista onde se preconiza sempre o individualismo, é difícil chegar a mente para compreender instituições que se realizam coletivamente. Isto posto, o que a Teologia da Prosperidade faz com estas doações é totalmente antagônico ao que o Novo Testamento prega: não são prometidas divinas recompensas financeiras pelas contribuições feitas à igreja, o dízimo foi superado, a igreja não é comércio, a riqueza é anticristã; líderes religiosos milionários e vorazes não têm vínculo com os apóstolos cristãos — ao contrário, estas são características dos falsos profetas.

Mas se não há fundamentação bíblica para a Teologia da Prosperidade, devemos reconhecer o que foi afirmado no primeiro capítulo deste trabalho e encontrar na estrutura da sociedade as respostas para sua existência. Não são apenas erros individuais que têm levado os líderes religiosos a uma compreensão tão distanciada do que a Bíblia realmente defende. Com efeito, através das categorias do materialismo histórico e dialético, é possível compreender o que está levando os pastores neopentecostais a agirem como vendedores e os fiéis a se comportarem como clientes, numa clara relação absolutamente comercial — até por eles admitida — de pagar e receber.

Com efeito, a partir do que observamos nas categorias filosóficas do materialismo dialético e histórico, podemos compreender que a Teologia da Prosperidade é concomitantemente um subproduto e um indutor deste sistema socioeconômico neoliberal; ela é um mecanismo que não só auxilia os fiéis em suas pretensões consumistas por mercadorias, como também transforma a própria religião em mais uma mercadoria disponível a quem estiver disposto a pagar.

## Conclusão

Leo Kofler (2010, p. 75) afirma que a conexão causal é o que permite se reconhecer os momentos que desempenham um papel primário e determinante daqueles que são secundários, dependentes e limitados na estrutura total do processo — em outros termos, o lugar que ocupam no interior dessa articulação. Pertence à consideração causal o conhecimento da articulação estrutural de uma sociedade — conhecimento que metodologicamente antecede a verdadeira análise do todo em sua totalidade e que, desta maneira, constitui o início, ainda que apenas provisório como afirma Hegel. Entretanto, também há outro significado. Se cada totalidade de um regime social representa uma conexão de estrutura ordenada de acordo com relações de dependência causal, isto implica em que, a depender do lugar que ocupam na articulação, a amplitude das relações e mediações por meio das quais os fenômenos singulares se relacionam com os fatores que determinam primariamente o todo, pode ser menor ou maior, mais simples ou mais complexa. Desta maneira, quanto mais mediatizado e quanto mais travada e complexa é a relação do momento com os fatores determinantes do todo, tanto mais complicado se torna o caminho pelo qual deve ser examinado o movimento dialético deste momento. Por essa razão a pesquisa da esfera superior e mais mediatizada da realidade social — o reino das ideologias — é sempre mais forte e apresenta tantas dificuldades. Assim sendo, é justamente quando a concepção materialista da história deveria revelar-se mais concretamente qualificada que há uma tendência a esquematizar e pôr em segundo plano a dialética (KOFLER, 2010, pp. 75-76).

Nosso intuito ao longo deste trabalho foi justamente no sentido de evitar a ocorrência do problema apontado por Leo Kofler.

Pôde-se observar que o neoliberalismo desempenha um papel primário e determinante, enquanto que o neopentecostalismo possui caráter secundário, dependente e limitado.

O senso comum julga o neopentecostalismo como um pensamento religioso fruto de pastores gananciosos que querem apenas sugar mais e mais recursos de seus fiéis. Tal análise se atém apenas ao fato dado e ignora como é conformada a sociedade que está ao redor destas igrejas, ignora o processo histórico que induz tal comportamento. Se fosse apenas devido à uma imoralidade de uma ou outra figura, tal pensamento religioso não obteria a adesão de dezenas de milhões de pessoas. É preciso compreender que as relações no regime neoliberal são por excelência relações venais e competitivas, relações de



interesse cujo objetivo é obter mais dinheiro. Se a sociedade capitalista neoliberal se movimenta ao redor do dinheiro, do consumo, do egoísmo narcísico, é evidente que a religião acabaria sendo influenciada por esta força descomunal.

Quando se observa quais são as classes sociais mobilizadas pela Teologia da Prosperidade, a forma ideológica de sua existência, os tipos de soluções dadas pelos pastores para o problema da pobreza, o efeito alienante que ela promove, os mecanismos individualistas e consumistas que ela estimula, o culto ao dinheiro que provoca, enfim, quando se compreende dialeticamente as causas da Teologia da Prosperidade através das categorias aqui analisadas, pode-se decifrar o movimento real que levou e segue levando tanto as lideranças religiosas quanto os fiéis — cada vez mais abundantes — rumo a esta concepção teológica.

Como descrevemos, a Teologia da Prosperidade é um subproduto e um indutor do neoliberalismo e é através das categorias do materialismo histórico e dialético que podemos compreender ontologicamente esta manifestação religiosa. O que viemos decifrando ao longo desta pesquisa permitiu que conseguíssemos compreender o vínculo umbilical existente entre a Teologia da Prosperidade e o neoliberalismo, ou, mais bem dizendo, não apenas afirmar que ela *é* um epifenômeno neoliberal, mas reconhecer *porque* a TPé concretamente a religião neoliberal.

De maneira clara e direta, podemos observar a infraestrutura condicionando a superestrutura, a economia e suas relações de produção condicionando a religião. Não se pode compreender a Teologia da Prosperidade sem se compreender a forma como a vida hodierna é estruturada: a vida pós-moderna oferece toda a sorte de prazeres, as necessidades são multiplicadas, vincula-se a felicidade ao atendimento destes desejos e, simultaneamente, não se provê os meios de atendê-los — vivendo-se, portanto, o deserto da eterna escassez de algo a mais, sempre a necessidade insaciável de que algo a mais está faltando. O que esta concepção econômico-religiosa faz é ideologizar as causas destas privações e oferecer meios alienantes de se escapar da pobreza resultante de um sistema da qual ela mesma é defensora contumaz.

Marx (1982, p. 39) afirma que o âmbito das mercadorias nunca se fecha definitivamente, mas ao contrário, se expande constantemente. E esta expansão da mercadoria à todas as relações pode ser observada no mundo neoliberal, que privatiza e venaliza a sociedade. As relações humanas — de maneira particularmente relevante o trabalho, mas além dele o amor, a saúde, a informação, a educação, a política, a arte, a comida, a natureza etc. — são degradadas por esta força pujante e cancerosa. Seria

incoerente tanto com a categoria do materialismo histórico (que compreende a força econômica como grande indutora da sociedade) quanto com a do materialismo dialético (que analisa as múltiplas interações e reflexos que distintos fenômenos, ao longo do tempo, ocasionam entre si) que a religião saísse incólume desta tempestade diluviana que afoga a todos.

As estruturas e valores coletivos são esterelizados pelo regime neoliberal, as pretensões transcendentais são obliteradas, e a religião também sofre a pressão de atender os desejos consumistas e narcísicos do hoje. Se no mundo capitalista tudo pode ser comprado, é natural que a salvação também possa sê-lo — e esta salvação não é a vida eterna, mas o paraíso terreno. Neste regime socioeconômico até o ser humano é transformado em mercadoria e o que a TP faz é transformar a religião em apenas mais uma destas mercadorias disponíveis no mercado. Quem estiver apto e disposto a pagar, leva.

Deste modo, o neopentecostalismo só se propagou tanto — mesmo carregando categorias tão eminentemente mercadológicas e anticristãs — por conta da corrupção que o capitalismo (em sua versão extremada que é a neoliberal) conseguiu engendrar na sociedade. Não foram somente as formas de se relacionar com os outros, mas até a forma de se relacionar consigo mesmo, até as próprias subjetividades humanas foram degradadas neste processo. Nada restou ileso.

Desvinculada da propulsão econômica do regime neoliberal pós-moderno, a Teologia da Prosperidade se tornaria absolutamente anacrônica. Seria impensável que surgisse uma concepção religiosa como a TP em outro tempo histórico, com relações econômicas distintas das hoje existentes. Imaginar o desenvolvimento da TP, por exemplo, na Idade Média, chega a ser um ultraje intelectual — e o que explicará a impossibilidade de tal afloramento no mundo medieval são justamente as categorias do materialismo histórico e dialético, deslindadas ao longo desta pesquisa.

De cristã, a Teologia da Prosperidade só tem a aparência — e uma aparência que não se esforça para (ou simplesmente não consegue) disfarçar tanto assim seus verdadeiros objetivos. O simulacro teatral mágico-religioso que realiza só pode ser fecundo em meio ao desespero de um povo sofrido que não tem onde se ancorar. A TP é uma concepção religiosa que se retroalimenta do neoliberalismo. Em outros termos, que recolhe em seu seio as vítimas deste sistema e as lança no mercado com o intuito que estas reproduzam as mesmas práticas excludentes e desiguais que acarretarão, por si,

outras vítimas. E estas vítimas, novamente, poderão ser atendidas nestes comércios que se alcunham de igrejas.

Em síntese, pudemos nesta análise despersonalizar este movimento religioso, dissociando-o de causas contingentes e encontrando sua gênese — que está nas relações econômicas. Não é pelo fato de alguns pastores terem boa oratória, capacidade administrativa ou possuírem alguns veículos de comunicação que eles puderam converter dezenas de milhões de pessoas a um pensamento que é absolutamente antagônico ao cristianismo, que se substancia muito mais nas veredas neoliberais do que na Bíblia. O materialismo histórico mostra que as relações econômicas condicionam a superestrutura, o materialismo dialético mostra as interações e influências entre distintos fenômenos da sociedade — e a Teologia da Prosperidade é exatamente isto, uma religião condicionada pelas relações econômicas, uma espécie de pus que verte da ferida neoliberal.

Com este método, pudemos nos abstrair da crítica moralista, inócua e estéril, encontrando na própria estrutura econômica da sociedade os elementos que induzem as lideranças religiosas a observarem os fiéis como clientes e os fiéis a verem as lideranças religiosas como vendedores.

Naturalmente, estas palavras não servem para abonar o que as lideranças da Teologia da Prosperidade fazem. Sabe-se que estes pastores instrumentalizam a religião para fins alheios; sabe-se que estes pastores possuem vida nababescas enquanto seus fiéis padecem na miséria e na pobreza; sabe-se que estes pastores deliberadamente distorcem, manipulam e pervertem o sagrado em benefício próprio. Entretanto, ater-se aos desmandos e possíveis crimes destas figuras seria desconsiderar o movimento real que os condiciona. Com a estrutura social existente, se não fossem estas as figuras, seriam outras a exercer as mesmas ações.

Quem considera as práticas da Teologia da Prosperidade nefastas, quem considera o neopentecostalismo como o maior inimigo (posto que interno) do verdadeiro cristianismo, cabe a reflexão de que se opor a este movimento antagonizando-se às suas lideranças e às suas respectivas igrejas é atacar os sintomas, e não a causa — que se encontra na própria ordem neoliberal<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> “Para que a sociedade de exploração capitalista possa, em algum momento, ultrapassar o limite de sua própria indigência interpretativo-ideológica, é preciso combater esse horizonte estruturalmente criado pelas grandes máquinas da ideologia. Elas são, por sua vez, materialidades da reprodução capitalista, de sua própria forma de sociabilidade”. (MASCARO, 2015, p. 27)

A análise que Marx faz da religião a generaliza, por isso não a utilizamos nesta pesquisa, pois, por exemplo, é muito difícil explicar a religião budista como legitimadora das classes dominantes ou agindo como um ópio do povo — os budistas não têm paraíso, não têm uma realidade posterior a uma vida de sofrimento que justifique as agruras atuais. Trazendo para a realidade latino-americana, em uma ironia da história, a própria Teologia da Libertação — que se aproxima de algumas categorias marxistas na análise que faz da sociedade — prova que a concepção marxista da religião não pode ser aplicada em todos os casos. A religião pode sim ser fonte de escravização (e o foi incontáveis vezes ao longo da história), mas também pode ser fonte de emancipação, como a própria Teologia da Libertação o comprova peremptoriamente. *A priori* não se pode falar que a religião é boa ou ruim, a forma como ela se materializa é que irá aboná-la ou desaboná-la. Dito isso, é bastante claro que o neopentecostalismo, fundamentado especialmente na Teologia da Prosperidade, é uma miséria religiosa que constitui simultaneamente a expressão e o protesto contra a miséria real<sup>192</sup>. O neopentecostalismo atua como o suspiro da criatura oprimida, como o ânimo de um mundo sem coração, como o espírito de estados de coisas embrutecidas. O neopentecostalismo se porta como o ópio ou, atualizando o termo anacrônico, a morfina do povo (MARX, 2010, p. 145)<sup>193</sup>. Se a análise de Marx não cabe à todas as formas religiosas, cabe perfeitamente àquelas que se utilizam da Teologia da Prosperidade como fundamento.

Na história do cristianismo, em uma relação dialética, através do trinômio fé, obras e, especialmente amor (que são um meio) se chega a Deus (que é o fim) e que, por si, também é amor (1Jo 4,8). Guiado por uma ética capitalista, o que a Teologia da Prosperidade faz é perverter totalmente este ensinamento bíblico. Nesta religião neoliberal, Deus é apenas um meio e o fim é a ascensão material. Dentro dos pressupostos religiosos cristãos, o Deus da Teologia da Prosperidade não é outro senão Mamon. O Ser Supremo da Teologia da Prosperidade não é Deus, mas o Capital. O Deus da religião neopentecostal não tem filhos, mas sócios. A relação não é amorosa, mas interesseira e venal. Na teologia da Prosperidade, o filho encarnado do Senhor não é Jesus, mas o dinheiro.

---

<sup>192</sup> Seria uma leitura precária e literalista imaginar que esse *protesto* ao qual Marx se refere (que antes de tudo ele entendia muito mais como uma lamuriosa expressão de impotência) seria tão literal como a denúncia e toda a movimentação política concretas promovida pela Teologia da Libertação.

<sup>193</sup> Cf. também Marx e Engels, *A ideologia alemã*, 2007, pp. 156, 162, 249 e 523.

Em suma, o neopentecostalismo é guiado, de fato, pela mão invisível — mas esta mão invisível não é propriamente a divina.

## Referências

- ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: ALTHUSSER, Louis e BADIOU Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.
- ARENS, Eduardo. **A Bíblia sem mitos**: uma introdução crítica. São Paulo: Paulus, 2007.
- ARMSTRONG, Karen. **A Bíblia**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARBIERI JUNIOR, Walter. **A troca racional com Deus**. A Teologia da Prosperidade praticada pela Igreja Universal do Reino de Deus analisada pela perspectiva da Teoria da Escolha Racional. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERTANI, Silvia Mara Novaes Sousa. **Neopentecostalismo e empreendedorismo**: prosperidade e mobilidade social. Uma “nova” classe média?. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.
- Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia do Peregrino. São Paulo: Paulus, 2011.
- Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.
- BOBSIN, Oneide. Teologia da Prosperidade ou Estratégia de Sobrevivência. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 35, n. 1, p. 21-38, 1995.
- BORRÉ, Melchisedec. **A Igreja Universal do Reino de Deus, seu discurso religioso e seus projetos sociais**: um estudo de avaliação à luz do conceito de diaconia. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2014.
- CAES, Valdinei. **Tópicos Especiais em Filosofia Contemporânea**. Curitiba: InterSaber, 2017.
- CARVALHO, Osiel Lourenco de. **Hermenêuticas contemporâneas**: a interpretação bíblica a partir da academia, da Igreja Católica, da Igreja Universal do Reino de Deus, da

Teologia da Libertação e da Assembléia de Deus. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2010.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista**: Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COMTE, Auguste. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Moab César Carvalho. **Mudança de *ethos* do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo**. Estudo de caso: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política**: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Bloch**, em 21-22 de setembro de 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em 21/06/2019.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer\\_marx/tme\\_09.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/tme_09.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

FARIA, Adriano Antônio. **Filosofia da religião**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin**: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, Curitiba, n. 55, p. 177-194, jul./dez. 2011.

GARRARD-BURNETT, Virginia. Neo-pentecostalism and Prosperity Theology in Latin America: a religion for late capitalist society. **Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**. Vol. XLII: 1-2, pp. 21-34, 2012.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- GONDIM, Ricardo. **O Evangelho da Nova Era**: Uma análise e refutação bíblica da chamada Teologia da Prosperidade. São Paulo: Abba Press, 1993.
- HAGIN, Kenneth E. **A autoridade do crente**. Rio de Janeiro: Graça, 1997.
- HAGIN, Kenneth E. **Chaves Bíblicas para a Prosperidade Financeira**. Rio de Janeiro: Graça, 2001.
- HAGIN, Kenneth E. **Compreendendo como combater o bom combate da fé**. Rio de Janeiro: Graça, 2002.
- HAGIN, Kenneth E. **O Toque de Midas**: uma abordagem equilibrada para a prosperidade bíblica. Rio de Janeiro: Graça, 2004.
- HAGIN, Kenneth E. **Redimidos da miséria, da enfermidade e da morte**. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico (2010)**: Características Gerais da População. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 09/03/2019.
- JUNGERSEN, Christian. **A Exceção**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- JUSTINO, Mário. **Nos Bastidores do Reino**: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus. São Paulo: Geração, 2002.
- KENYON, E. W. **Dois tipos de Justiça**: a mais importante mensagem já oferecida à igreja. Campina Grande — PB: Rhema Brasil, 2014.
- KENYON, E. W. **New Creation Realities**: A revelation of redemption. Lynnwood, Washington: Kenyon's Gospel Publishing Society, 1989.
- KENYON, E. W. **The Blood Covenant**. Lynnwood, Washington: Kenyon's Gospel Publishing Society, 2016.
- KOFLER, Leo. **História e dialética**: Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIBANIO, J. B. e MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia**: perfil, enfoques, tarefas. São Paulo: Loyola, 2007.



- LOPES, Rodrigo Barbosa. **A miséria da teologia**: um estudo sobre práticas e praticantes da religiosidade pentecostal. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida — SP: Ideias & Letras, 2006.
- LÖWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MACEDO, Edir. **O Perfeito Sacrifício**: o significado espiritual do dízimo e das ofertas. Rio de Janeiro: Universal, 2004.
- MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias**: Deuses ou Demônios?. Rio de Janeiro: Universal, 2006.
- MACEDO, Edir. **Vida com abundância**. Rio de Janeiro: Universal, 2000.
- MALAFÁIA, Silas. **Como ser abençoado?**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2010.
- MALAFÁIA, Silas. **Felicidade ou sofrimento**: qual a sua escolha?. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2009.
- MALAFÁIA, Silas. **Instruções de Deus para uma vida vitoriosa**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012a.
- MALAFÁIA, Silas. **O poder da decisão**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012b.
- MALAFÁIA, Silas. **Para que Você não Seja Derrotado**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008a.
- MALAFÁIA, Silas. **Por Que o Justo Sofre e o Ímpio Prospera?**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008b.
- MALAFÁIA, Silas. **Provisão de Deus**: Como recebê-la e o que ela realiza. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012c.
- MALAFÁIA, Silas. **Um Novo Tempo Para Você**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2011.
- MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARIA, Ruben Ferreira. **Evangelização ou mercantilização da fé**. Cotejamentos entre sagrado, fé, ética e igreja na modernidade a partir dos estudos sobre a evangelização através do uso da mídia. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Editora Loyola, 2014.
- MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 44, março de 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista** / LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Teses de abril**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Carta a Pável V. Annenkov**, em 28 de dezembro de 1846. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>>. Acesso em 15/06/2019.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas Fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MASCARO, Alysso Leandro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Curso livre Marx-Engels: A criação destruidora**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2015.
- MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- MESQUITA, Wania Amélia Belchior. A promessa, a crença e a prosperidade: As gramáticas da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Antropológicas**, ano 12, volume 19 (1): p. 67-90, 2008.
- MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. São Paulo: José Olympio e Instituto Liberal, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos ou Como Se Filsofa com o Martelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009c.
- NUNES, Éber. **Da Burocracia para a Profecia: mudanças no neopentecostalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.
- OLIVEIRA, Derli Machado de. **Testemunho, mídia e prosperidade: o evangelho segundo o capitalismo neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Letras). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. São Paulo: Record, 2002.

- PEREIRA FILHO, Antônio José e BRANDÃO, Rodrigo. **História e filosofia**: uma introdução às reflexões filosóficas sobre a história. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PODOSETNIK, V. e YAKHOT, O. **Pequeno manual do materialismo dialético**. São Paulo: Argumentos, 1967.
- RAMOS, Argentina Pinho Cavalcante. **Adesão de católicos ao evangelismo de prosperidade**: uma análise dos motivos da mudança de denominação religiosa em São José da Coroa Grande. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2012.
- READ, Piers Paul. **Os templários**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- RODRIGUES, Kleber Fernando. **“Vida e vida com abundância”** - Teologia da Prosperidade, sagrado e mercado: um estudo de afinidade eletiva entre a TP, o Mercado e a Ética de Consumo na Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- ROMEIRO, Paulo. **Supercrentes**: O Evangelho Segundo Kenneth Hagin, Walnice Milhomens e os profetas da prosperidade. São Paulo: Mundo Cristão, 1993.
- RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**: A Filosofia Antiga. Volume 01. Companhia Editora Nacional, 1957.
- RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**: A Filosofia Católica. Volume 02. Companhia Editora Nacional, 1969.
- SANTOS, Maria Iris Abreu. **Experiência religiosa e teologia da prosperidade entre fiéis da Igreja Universal**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.
- SANTOS, Valdelice Conceição dos. **O discurso de Edir Macedo no livro *orixás, caboclos e guias*. Deuses ou demônios?: impactos e impasses no cenário religioso brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político**. Imaginários de Poder Político construídos a partir da História das Bancadas Evangélicas. Dissertação (Mestrado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- SILVA, Agenor Martins da. **Jesus Cristo, o rosto misericordioso do pai**: prosperidade ou redenção?. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2016.

- SILVA, Drance Elias da. **A sagração do dinheiro no neopentecostalismo**: Religião e Interesse à Luz do Sistema da Dádiva. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- SILVA, Luis Eduardo Andrade da. **“Nação dos 318” da IURD**: um estudo sobre concepções e práticas mágico-religiosas para a prosperidade financeira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- SILVEIRA, Marcelo. **O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**. Estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- SOARES, R. R. **As bênçãos que enriquecem**: Um estudo aprofundado sobre dízimos, ofertas e exemplos de pessoas que provaram a Deus. Rio de Janeiro: Graça, 2005.
- SOARES, R. R. **Como tomar posse da Bênção**. Rio de Janeiro: Graça, 1997.
- SOARES, R. R. **Perguntas e respostas sobre o dízimo**: os 10% que nunca faltam. Rio de Janeiro: Graça, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. A teologia da prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: uma abordagem à luz da análise do discurso. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 11, p. 221-245, Setembro 2011.
- SOUZA JUNIOR, José Sebastião de. **Religião e poder**: uma crítica da teologia cristã. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2014.
- TAVOLARO, Douglas e LEMOS, Christina. **O bispo**: a história revelada de Edir Macedo. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Da controvérsia às práticas**: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- VAN DER WATT, Gideon. "...But the poor opted for the Evangelicals!"- Evangelicals, poverty and prosperity. **Acta theologica**, Bloemfontein, v. 32, supl. 16, p. 35-53, Jan. 2012.
- VITAL, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.